

JOSÉ BATISTA DA GAMA

**O PRONAF E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS:
INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G184p
2008

Gama, José Batista da, 1950-

O PRONAF e o programa de aquisição de alimentos :
instrumentos de desenvolvimento da agricultura familiar
no município de Petrolina-PE / José Batista da Gama.
– Viçosa, MG, 2008.
xviii, 107f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 83-89.

1. Agricultura familiar - Petrolina (PE). 2. Famílias
rurais. 3. Economia agrícola. 4. Integração social.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 338.1

JOSÉ BATISTA DA GAMA

**O PRONAF E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS:
INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 9 de maio de 2008.



Prof. Geraldo Magela Braga



Profª Sheila Maria Doula



Prof. Elias Moura Reis
(Co-orientador)



Prof. José Norberto Muniz
(Co-orientador)



Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

A Deus.

Aos meus pais (*in memoriam*).

À minha esposa e aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado a fé e a coragem para tornar possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais (*in memoriam*), por terem sido a razão da minha existência e os verdadeiros timoneiros da minha formação.

À Margarida, minha esposa, pela confiança e pela compreensão, sobretudo, nos momentos mais difíceis e durante a minha ausência.

Ao meu filho André Alexandre (*in memoriam*), fonte de inspiração durante esta nova caminhada, e aos meus filhos Taciana, Wanderson e Walberth, pelo incentivo e pela confiança em mim depositada.

Aos meus irmãos, pelo incentivo antes e durante esta grande jornada.

Aos meus colegas professores do Cefet-Petrolina, Rosival, Adelmo, Selma, Fátima Palitot, Delmo, Virgínio, Arsênio, Fernando, Flávia, Walmira, Ana Eliza, Amâncio, Afonso, Ana Guivares, Bernadete, Almir e Rose, pelas palavras de conforto e pelo incentivo no percurso desta caminhada.

Ao meu amigo professor Nelson Minussi, grande artífice na realização deste mestrado.

Aos amigos Sebastião Amorim, Adriana e Macário, pelos momentos inesquecíveis durante nossa permanência em Viçosa, minimizando a dor pela distância e pela saudade de nossos familiares.

Ao professor José Ambrósio Ferreira Neto, professor e orientador, pela compreensão, paciência e confiança, e pelos ensinamentos na orientação desta dissertação, minha admiração.

Aos professores Geraldo Magela Braga, Sheila Maria Doula, José Norberto Muniz, Franklin Daniel Rothman, Maria de Fátima Lopes e Fábio Faria Mendes, pelos inestimáveis ensinamentos que muito contribuíram para a consolidação deste trabalho.

Ao doutor Elias Moura Reis, pesquisador de respeito do CPATSA, pelo gesto de grandeza e pela sabedoria, sempre disponível no trabalho de co-orientador, minha gratidão.

Aos servidores do Departamento de Economia Rural da UFV, especialmente Carminha e Graça, pela atenção durante o curso.

Aos amigos Erisvaldo Lima, Técnico em Informática; Carlos Pessoa, Técnico Agrícola; e Simone Mara, pedagoga, pela eficiente colaboração durante a coleta de dados no campo.

Ao meu sobrinho Francisco de Assis de Lima Gama, Chico, pela grande colaboração na ocasião da formatação deste trabalho.

Ao colega Bruno Guivares, pela generosa colaboração na formatação e organização da minha apresentação no seminário.

Aos agricultores familiares do município de Petrolina, pela presteza por ocasião da pesquisa de campo, razão maior do êxito deste trabalho.

A todos os amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram com palavras de estímulo e com incentivo para a realização deste sonho.

Ao meu particular amigo, deputado estadual Geraldo Coelho, pelo incentivo, pela confiança e pelo apoio moral.

Ao meu grande líder, Fernando Bezerra Coelho, ex-prefeito de Petrolina e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, pelo apoio logístico, pelos gestos de grandeza e pela confiança em mim depositada.

Aos colegas de mestrado, Éderson, Vívian, Adriane, Ana Flávia, Flávia e Zênio, pelo bom relacionamento durante o curso e pela amizade fraterna.

Finalmente, à Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de realização do curso.

BIOGRAFIA

JOSÉ BATISTA DA GAMA, filho de Juvêncio Antonio da Gama e Anália Helena Batista da Gama, nasceu em 4 de maio de 1950, na cidade de Petrolina-PE.

Em 1973, graduou-se em Licenciatura Curta em Letras, pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina/Universidade de Pernambuco. Em 1974, graduou-se em Agronomia, pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (Famesf/Juazeiro-BA). E, em 1995, concluiu o curso de Esquema I, pelo Cefet-MG. Especializou-se em Capacitação Pedagógica de Professores pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

De 1975 a 1988, foi extensionista agrícola na Emater-PE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco). Em 1994, ingressou na Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, onde permanece até a presente data.

De janeiro de 2005 a dezembro de 2006, exerceu atividades como Secretário de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Abastecimento do município de Petrolina-PE.

Em 2006, ingressou o Programa de Mestrado em Extensão Rural, no Departamento de Economia Rural da Universidade de Viçosa, defendendo tese em 9 de maio de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. A importância econômica e social da agricultura familiar	4
1.1.1. O importante papel da agricultura familiar brasileira: panorama, potencialidades e limitações	6
1.2. O problema e sua importância	13
1.3. Objetivos	19
1.3.1. Objetivo geral	19
1.3.2. Objetivos específicos	19

	Página
2. REFERENCIAL CONCEITUAL	20
2.1. Elementos socioeconômicos do semi-árido pernambucano	20
2.2. A irrigação como fator de desenvolvimento	22
2.3. Microcrédito do Pronaf e sua função social	24
2.4. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	32
3. UNIDADE DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1. A realidade de onde se localiza o estudo	36
3.2. Âmbito espacial do estudo	37
3.3. Organização e desenvolvimento das etapas do trabalho	39
3.4. Aspectos gerais sobre a metodologia e as técnicas empregadas	40
3.5. Sobre as técnicas empregadas no trabalho	42
4. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A PESQUISA	45
4.1. Delineamento do perfil das famílias entrevistadas	45
4.2. Unidades familiares analisadas	50
4.3. Delineamento da organização produtiva dos produtores rurais	57
4.4. Relações com a Conab	66
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS GERADOS PELO PROGRAMA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO	70
5.1. Resultados na infra-estrutura física	70
5.2. Resultados na família das comunidades	71
5.3. Resultados sociais e potencialização da capacidade de ação das comunidades	71

	Página
5.4. Resultados na segurança alimentar	73
5.5. Resultados no meio ambiente	74
5.6. Outros resultados na pobreza	74
5.7. Ampliação da auto-estima	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	77
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE	90

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Agricultura familiar: participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, valor bruto da produção e financiamento total destinado aos agricultores familiares, em 2000	29
2 Taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, por grupos de idade, em 2003	49

LISTA DE FIGURAS

	Página
1	Mapa do município de Petrolina com locais da pesquisa de campo 38
2	Perfil etário dos produtores rurais entrevistados em áreas de sequeiro, Petrolina-PE, 2007 46
3	Perfil etário das famílias de produtores entrevistados em áreas de sequeiro, Petrolina-PE, 2007 47
4	Perfil educacional das famílias de produtores entrevistados em áreas de sequeiro, Petrolina-PE, 2007 48
5	Área total e área explorada das propriedades rurais pesquisadas, em ha, Petrolina-PE, 2007 50
6	Infra-estrutura das residências das famílias entrevistadas, Petrolina-PE, 2007 52
7	Área média de culturas plantadas pelos produtores pesquisados, em ha, Petrolina-PE, 2007 58
8	Produtividade média obtida pelos produtores entrevistados, em kg/ha, Petrolina-PE, 2007 60

	Página
9	Percentual médio das perdas sofridas pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007 63
10	Linhas de crédito acessadas pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007 64
11	Destino do crédito tomado pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007 65

LISTA DE SIGLAS

- APLs – Arranjos Produtivos Locais.
- Asplan-PMP – Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Petrolina.
- BNB – Banco do Nordeste.
- Bandepe – Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco.
- Celpe – Companhia Energética do Estado de Pernambuco.
- Conab – Companhia Brasileira de Abastecimento.
- Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
- CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido.
- DFA – Delegacia Federal da Agricultura.
- Emater-PE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco.
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- Fetrasul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- IPA – Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias.
- MPMEs – Médias, Pequenas e Microempresas.
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.
- Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- NEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais.
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
- PDI – Pólo de Desenvolvimento Integrado.
- PEP – Prêmio por Escoamento de Produto.
- PFZ – Programa Fome Zero.
- PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- PNAD – Programa Nacional de Amostra de Domicílios.
- Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- Seagri-CE – Secretaria de Agricultura e Pecuária do Ceará.
- Secdur – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Abastecimento.
- SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.
- UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.
- UFV – Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO

GAMA, José Batista da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2008.

O Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos: instrumentos de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Petrolina-PE.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-orientadores: Elias Moura Reis e José Norberto Muniz.

Esta dissertação tem como finalidade analisar os resultados das dimensões econômica, social, política e ambiental brasileira, ocorridos na vida dos produtores e suas famílias, em suas propriedades, na produção, na produtividade dos cultivos e na renda. A mais recente política de crédito voltada para a agricultura familiar é o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996. Este programa considerou a diversidade de tipos de unidades agrícolas familiares, permitindo a inclusão de novos atores individuais e coletivos, que até então estavam excluídos do acesso ao crédito rural. O Pronaf, sendo uma política dinâmica, tem condições de incorporar a lógica da produção familiar e de um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Porém, a grande dificuldade ainda enfrentada pelos agricultores familiares com relação ao Pronaf diz respeito à relação com bancos, setor que algumas vezes tem dificuldades em incorporar essa nova concepção em seus

procedimentos do dia-a-dia. Pode-se afirmar que, apesar do ambiente macroeconômico às vezes bastante desfavorável à agricultura em geral e aos agricultores familiares em particular, especialmente os mais descapitalizados, os dados revelam que este segmento continua sendo extremamente relevante, tanto do ponto de vista da participação produtiva como da geração de emprego agrícola. Com somente 30,5% da área e contando com apenas 25% do financiamento total, a agricultura familiar foi responsável por aproximadamente 38% de toda a produção agrícola nacional. Estes fatos sugerem que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, a agricultura familiar é viável e pode dar importantes contribuições para o desenvolvimento mais equitativo da economia brasileira, e também que uma política de apoio à agricultura familiar é fundamental para reverter o quadro negativo no qual os agricultores familiares lutam para sobreviver. No caso do município de Petrolina, pode-se observar que a grande maioria da população rural carece da presença mais intensa de políticas públicas voltadas para o apoio à agricultura familiar. Nas duas últimas décadas, tem havido grande avanço com relação às entidades civis e classistas, principalmente a organização dos pequenos produtores em entidades associativas. Observa-se que as ações dessa política pública precisam ser ampliadas para melhor acompanhamento dos agricultores familiares no que concerne à organização da cadeia produtiva das culturas e criações exploradas nas suas unidades de produção, na organização associativista e na forma mais eficiente da comercialização da produção. O Pronaf tem permitido mostrar um quadro promissor na redução da pobreza rural da região em estudo. O desenvolvimento das comunidades e o fortalecimento da participação das famílias são as chaves para assegurar a consolidação dessas tendências. De maneira geral, o Pronaf tem sido um excelente instrumento de desenvolvimento para a região, sendo visível a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas. Este programa influenciou positivamente na organização das comunidades e possibilitou uma considerável redução da migração para centros urbanos. Por fim, deve-se destacar que este programa, de certa forma, promove a

inovação sustentável, pois traz o desafio de organizar os canais de participação e os processos produtivos e de inclusão social.

ABSTRACT

GAMA, José Batista da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2008. **The Pronaf and the food acquisition program: instruments of development of the family agriculture in the Petrolina-PE county.** Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-advisers: Elias Moura Reis and José Norberto Muniz.

The purpose of the present dissertation is to analyze the results in the lives of producers and their families, their properties, production, crop productivity and income, by means of the economic, social, political and environmental dimensions. The credit policy most recently directed toward family agriculture is the PRONAF, which appeared in 1996. This program considered the diverse types of family agricultural units, allowing the insertion of new individual and collective actors, who until then did not have from access to the agricultural credit. The PRONAF, as a dynamic policy, is able to incorporate the logic of the familiar production and a new model of development for the field. On the other hand, familiar agriculturists still face great difficulties regarding the PRONAF in relation to banks, a sector that sometimes has difficulties incorporating this new conception in its everyday procedures. It is correct to affirm that, despite the macroeconomic environment, sometimes

greatly unfavorable to agricultural activity in general and to family agriculturists in particular, especially the undercapitalized, the study reveals that this segment continues to be extremely relevant from the following points of view: productive participation and the increase in agriculture job offers. With only 30.5% of the area and counting on only 25% of the total financing, family agriculture was responsible for approximately 38% of all the national agricultural production. These facts suggest that, in contrast to what many believe, family agriculture is feasible and can be an important contributor for a more equitable development of the Brazilian economy. It also suggests that policies that support family agriculture are fundamental to revert the negative picture in which the familiar agriculturists fight to survive. Regarding the city of Petrolina, it can be observed that the great majority of the agricultural population lack a more intense public policy directed toward the support of family agriculture. In the two last decades there has been considerable advance regarding civil and class representative entities, mainly, the organization of the small producers in associative entities. It is observed that the actions of this public policy need to be extended in order to provide better support for family agriculturists, with respect to the organization of the productive chain of the crops explored in their production units; in the association's organization and in finding the most efficient commercialization methods for the production. With PRONAF it is possible to view a promising picture in the reduction of agricultural poverty in the studied region. The key to assure the consolidation of these new ideas are the communities' development and the strengthening of the families' participation. In general, PRONAF has been an excellent instrument for the region's development: the noticeable improvement in quality of life of benefited families; the positive influence in the community's organization and the contribution to a considerable reduction of the migration to urban centers. Finally, it should be emphasized that in certain ways this program promotes the sustainable innovation, by creating the challenge of organizing the participation means, productive processes and social insertion.

1. INTRODUÇÃO

O governo brasileiro tem, ao longo dos anos, interagido nos mais diversos aspectos dos mercados agrícolas, como no controle dos preços, no estabelecimento de cotas de exportação e importação, na determinação de preços mínimos de garantia, na aquisição e venda de produtos agrícolas, no financiamento da comercialização, entre outros.

Segundo Caffagni (1994, *apud* ALVES, 2000), um marco importante dessa intervenção foi a implantação, na década de 60, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), cujos objetivos eram financiar parte dos custos operacionais e de comercialização da produção agrícola e estimular a formação de capital, dando condições de adoção de tecnologias modernas e de fortalecimento da posição econômica aos pequenos e médios produtores.

De acordo com Deser (1995, *apud* ALVES, 2000), a política de crédito tornou-se, em meados da década de 60 e início da década de 70, o principal instrumento de política agrícola, considerando o expressivo montante de recursos disponibilizados e a grande expansão de seu alcance.

Em agosto de 1995, o governo brasileiro lançou, oficialmente, o Planaf (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi transformado, em 1996, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa mudança foi fruto das negociações apresentadas nas

manifestações do “Grito da Terra Brasil”, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que visava a buscar alternativas de crédito que permitissem o fortalecimento, a reestruturação e ou a reconversão da agricultura familiar. O Banco Central do Brasil, mediante a Resolução n.º 2.191, de 24 de agosto de 1995, instituiu, oficialmente, o Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar. De acordo com Alves (2000), o Pronaf se caracteriza por ser um programa voltado para o apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como gerador de postos de trabalho e renda. O Programa prevê sua execução de forma descentralizada, tendo como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

A institucionalização do Pronaf só se deu um ano após sua criação e regulamentação, por meio do Decreto Presidencial n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. O governo federal, nesse caso, contava com a ajuda dos governos municipais e estaduais e com a própria iniciativa privada para aplicar os recursos destinados à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adequação e à implantação de infra-estrutura, beneficiando os pequenos produtores de alimentos básicos. Para viabilizar o programa, definiu-se uma nova estrutura para gerenciamento e acompanhamento no âmbito municipal, mediante adesão voluntária de prefeituras municipais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), agricultores familiares, organizações de agricultores familiares e entidades de parcerias; no âmbito estadual, o governo estadual, Conselho Estadual do Pronaf e Secretaria Executiva Estadual do Pronaf; e, no âmbito nacional, o governo federal, Conselho Nacional do Pronaf, Secretaria Executiva Nacional do Pronaf, Delegacias Federais da Agricultura (DFA) e órgãos e entidades de âmbito nacional, públicos e privados.

No entanto, o fortalecimento da agricultura familiar, como fator de desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. Sua efetiva valorização e reconhecimento dependem de um conjunto de fatores econômicos e sociais, políticos e culturais que necessitam ser implementados de forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos.

Paralelamente ao Pronaf, e de forma complementar, a partir de 2003, o governo federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sob responsabilidade da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab). Esse programa buscava criar condições mais satisfatórias para que os agricultores familiares pudessem comercializar sua produção e obter maior renda, inseridos nos esforços do governo para remediar a fome no campo e nas cidades no âmbito do Programa Fome Zero. Foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, alterado pelo Decreto n.º 5.873, de 15 de agosto de 2006.

Quanto mais estas políticas públicas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de desenvolvimento com sustentabilidade e, ao mesmo tempo, às demandas concretas e imediatas da realidade conjuntural, mais adequadamente cumprirão o seu papel (BRASIL, 2005).

O Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab se propõem a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento a agricultura familiar como atividade geradora de emprego e renda. Em sua essência, buscam o aumento da capacidade produtiva e a melhoria da renda dos agricultores familiares. Supõe-se que, se bem aplicados, poderão contribuir para o desenvolvimento local e regional. É nesse contexto que este estudo analisou os impactos desses programas na dinâmica socioeconômica da agricultura familiar no município de Petrolina-PE.

Este trabalho está dividido em seis seções, sendo a primeira a Introdução. No primeiro item desta seção, fez-se uma contextualização do debate sobre a agricultura familiar no processo de desenvolvimento econômico nacional, focando questões como geração de emprego e renda, combate à fome e sua inserção no contexto de uma política pública específica, como o Pronaf. Também é apresentado, nesta primeira seção, o problema conceitual que orientou a realização desta pesquisa e a contextualização empírica da investigação no município de Petrolina-PE. No terceiro item desta seção, são apresentados formalmente os objetivos da pesquisa, em sintonia com as proposições apresentadas no item anterior.

Na seção 2, apresenta-se a discussão conceitual que orienta o trabalho, realizando-se um resgate da literatura que aborda a temática. Na terceira seção, são apresentados os pressupostos metodológicos que orientaram a realização do trabalho, enfocando as técnicas de pesquisa utilizadas, os informantes e as áreas do município de Petrolina analisadas. Já na seção 4, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, retratando as relações entre o Pronaf e a recente política de compra antecipada da Conab no município de Petrolina. Na quinta seção, são também discutidos os impactos dessas políticas na organização social e produtiva do município. Na última seção, são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho, assim como algumas recomendações sobre otimização e implementação dessas políticas como fator de desenvolvimento local e regional no município de Petrolina-PE.

1.1. A importância econômica e social da agricultura familiar

A análise da agricultura familiar requer, em primeiro lugar, sua caracterização. No que diz respeito à sua importância quantitativa, os números falam por si só... e falam alto. No Brasil, mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar. No Chile, 50% da produção de alimentos básicos têm sua origem em unidades familiares de ação diversificada, isto é, que têm outra atividade além da agrícola. Na África, nas zonas áridas próximas do Saara, cerca de 8 milhões de habitantes vivem em sistemas de produção familiar nos oásis, e tendo-se em conta que um hectare pode alimentar uma família de até 10 pessoas, trata-se de uma agricultura familiar altamente eficiente (LAMARCHE, 1993).

Nos países do Sahel, ao sul do Saara, quase 90% das comunidades de produção agrícolas são familiares. Na Ásia, um exemplo importante é a Índia, que é o segundo maior produtor mundial de frutas e verduras, depois do Brasil, com um total de 80 milhões de toneladas por ano, sendo 80% dessa produção proveniente da agricultura familiar (LAMARCHE, 1993). A mesma observação vale para a produção de leite. Ao todo existem na Índia nada menos que 100 milhões de explorações agrícolas do tipo familiar.

Uma primeira aproximação teórica para agricultura familiar se obtém da definição proposta por Hugues Lamarche: “a exploração familiar é uma unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente relacionados com a família” (LAMARCHE, 1993). A agricultura familiar é um sistema complexo em que o processo de decisão está organizado a partir de vários objetivos – não somente técnicos, senão também econômicos e sociais - por isso tem a capacidade de adaptar-se a contextos marcados por fortes limitações. Esta agricultura se caracteriza por uma obrigação: enfrentar os riscos e reduzir a instabilidade. E por uma constante: valorizar a diversidade (DOLLÉ, 1997).

Não obstante, a agricultura familiar tem suas limitações: o acesso aos recursos naturais é muitas vezes restrito; o pequeno tamanho das propriedades cria uma grande insegurança, não só com respeito ao acesso ao mercado, senão pela dificuldade de obter um financiamento necessário para seu desenvolvimento; e, paralelamente, é limitado o acesso por parte dos agricultores às informações econômicas e técnicas. Tudo isso faz com que a capacidade de organização do agricultor familiar e a elaboração de projetos sejam geralmente reduzidas, bem como seu poder de negociação no comércio e nas instituições.

Comparada com a agricultura patronal, a familiar é regida por decisões que combinam objetivos sociais e econômicos. Na agricultura patronal, os objetivos são principalmente econômicos. Na familiar, existe um forte entrelaçamento com a disposição de mão-de-obra e sua dinâmica, havendo uma integração entre o capital de exploração e o patrimônio familiar, e o objetivo principal não é a obrigatoriedade salarial resultante dos meios de produção, senão a conservação e a reprodução desses meios de produção. As unidades familiares frequentemente têm múltiplas atividades e desejam otimizar funções complexas (ALTIERI, 1992).

Com respeito à pluriatividade desenvolvida nas unidades familiares, entendemos que se trata de um fenômeno em que os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com a tentativa de obter uma remuneração pelas mesmas, que podem ser realizadas tanto dentro como fora da exploração, seja pela venda de sua força de trabalho familiar, seja mediante a

prestação de serviços a outros agricultores, seja por força de iniciativas centradas na exploração (industrialização a nível de propriedade, turismo rural ou agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que impliquem o aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e em seu meio (ITURRA, 1993).

O desenvolvimento da agricultura familiar pode favorecer a diminuição dos desequilíbrios econômicos e ecológicos, sempre que – orientada pela pesquisa – evolua para sistemas de produção em que a gestão de cadeias de produção otimize os recursos locais a baixo custo (DOLLÉ, 1997).

1.1.1. O importante papel da agricultura familiar brasileira: panorama, potencialidades e limitações

A agricultura familiar brasileira está marcada profundamente por suas origens coloniais. A fragilidade e a dependência sociopolítica desse estrato de agricultores estão, portanto, estreitamente relacionadas com os eventos que propiciaram o surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850, com os ciclos econômicos (açúcar e café), com a ocupação do “sertão” e a colonização do sul e sudoeste do país, e com a modernização da agricultura, iniciada a partir da metade dos anos 60.

A ocupação mais tardia do centro do país, a abolição da escravatura e a migração estrangeira sobrepuseram outros modelos, ainda que isto não conseguisse apagar os traços originais (BRUMER et al., 1993). O chamado processo de modernização, em realidade, impôs mudanças profundas no perfil técnico-econômico da agricultura brasileira, mas não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de uma parcela importante da pequena produção, que continuou dependente da grande propriedade ou desapareceu como consequência da migração de seus componentes para as periferias dos centros urbanos. Este modelo “desenvolvimentista-produtivista”, que caracteriza a agricultura brasileira, da forma como vem sendo praticada, gerou grande concentração de

terras e de renda no meio rural, marginalizando mais de dois terços da população que vive no campo (GUIMARÃES FILHO, 1998).

O resultado deste modelo rural imposto se refletiu, de maneira geral, apesar do aumento da produção global, no agravamento do desemprego no campo e na cidade e no aumento dos preços dos alimentos, bem como na degradação do meio ambiente e da ocupação desordenada do território nacional. Outros problemas também estão vinculados ao supracitado modelo, como a diminuição da qualidade biológica dos alimentos e o progressivo desaparecimento das tradições culturais do meio rural (GUIMARÃES FILHO, 1998).

De maneira geral, para o aproveitamento efetivo das potencialidades dessa forma de organização da produção, será necessário alterar o modelo de exploração agrícola adotado no Brasil, incorporando à visão econômica um enfoque social e ecológico, de modo que seja possível priorizar a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos e, ao mesmo tempo, criar um grande número de empregos no campo, preservando o meio ambiente e propiciando uma ocupação mais organizada dos espaços, elevando-se, concomitantemente, o padrão de vida dos agricultores e de sua família. A agricultura já não pode ser entendida como tendo somente a mera função de produzir alimentos, é necessário introduzir os aspectos sociais e as funções meio ambientais vinculadas a estes aspectos (REIS, 2005).

Este novo modelo deve ser implantado por meio de políticas públicas formuladas e operacionalizadas com a participação dos agricultores, que contemplem o acesso a terra (leis de arrendamento, intensificação dos programas de assentamento etc.), a adequação das condições de crédito, assistência técnica (priorizando ações de capacitação e organização de produtores) e a reorientação da pesquisa com a finalidade de adaptá-la, prioritariamente, às necessidades e recursos dos agricultores familiares.

Estas políticas, portanto, devem ser delineadas de acordo com uma nova concepção do meio rural brasileiro, de um mundo em processo de modernização de sua agricultura e, principalmente, da urbanização de seu espaço. Como

assinala Graziano da Silva (1995), já não é possível caracterizar o espaço rural brasileiro como exclusivamente agropecuário. Por isso, faz-se necessária uma proposta de novas políticas que mudem a velha noção de mundo rural por outra além das atividades tradicionais de cultivo e criação de animais e que incluam a produção de serviços e de bens não agrícolas, adicionando-se a isso a transformação das políticas sociais compensatórias em efetivos instrumentos de apoio ao processo de desenvolvimento. Tudo isso é adequado para uma nova estratégia de apoio à agricultura familiar no nordeste brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1995, citado por REIS, 2005).

O Censo Agropecuário realizado no Brasil em 1995/96 pode servir-nos para mostrar a situação da agricultura familiar no Brasil. No ano agrícola assinalado, existiam mais de 4,8 milhões de explorações agrárias ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, gerando um valor bruto de produção de R\$ 47,8 bilhões com um financiamento de R\$ 3,7 bilhões. Deste total, a agricultura familiar estava representada por cerca de 4,1 milhões de explorações, numa área de 107,8 milhões de hectares, gerando R\$ 18,1 bilhões de valor bruto da produção e recebendo R\$ 937 milhões de financiamento. Quanto aos agricultores patronais, estavam representados por mais de 554 mil explorações, ocupando 240 milhões de hectares, respondendo por R\$ 29,1 bilhões de valor bruto da produção e utilizando R\$ 2,7 bilhões de financiamento (INCRA/FAO, 2000).

As explorações familiares no Brasil tinham em 1995 uma área média de 26 hectares, enquanto a patronal era de 433 hectares (INCRA/FAO, 2000). A agricultura familiar corresponde a 85,2% das explorações agrícolas do país (4,14 milhões), e é na região Nordeste que se localiza exatamente a metade desse total. Estes 4,14 milhões de explorações familiares ocupam somente 30,5% da área total da superfície dedicada a labores agrícolas. O levantamento realizado pelo Censo Agrário mostrou que a agricultura familiar ocupava 13,8 milhões de pessoas ao final de 1995, de um total de 17,3 milhões ocupadas nas atividades agrícolas no Brasil, representando, portanto, 76,8% desse total (INCRA/FAO, 2000).

Esses dados mostram a fundamental preponderância da agricultura familiar na geração de postos de trabalho no meio rural. O Censo nos mostra ainda que, apesar de ter recebido somente 25,3% dos financiamentos e ocupar 30,5% da área, a agricultura familiar foi responsável por 37,9% do valor total da produção gerada naquele ano. Esses dados mostram, portanto, em seu conjunto, uma maior eficiência social da agricultura familiar em relação à patronal, ao invés do mito estabelecido nos anos 80. A agricultura familiar mostra grande importância na produção de setores fundamentais para nossa segurança alimentícia como são a mandioca (83,9%), milho (48,6%), aves e ovos (39,9%), leite (52,1%) e arroz (30,9%) (INCRA/FAO, 2000).

Quanto à soja, produto típico da agricultura patronal, a agricultura familiar produziu em 1995 o equivalente a 31,6% da produção total brasileira (INCRA/FAO, 2000). Todos esses dados vêm demonstrar um crescimento relativo da agricultura familiar em relação à agricultura patronal no período 85-95, e isso reflete uma maior capacidade de resistir às difíceis condições enfrentadas pelo setor agrícola. Tudo isso confirma o fato de a agricultura familiar ser bem mais flexível e empregadora do que a agricultura patronal. Sabe-se também que o tipo de emprego que gera possui uma maior eficiência, pois oferece mais empregos por unidade de capital aplicado, quando se compara com as atividades urbanas, tendo ainda a capacidade de empregar mão-de-obra desqualificada para outras atividades (REIS, 2005).

Ainda segundo Reis (2005), a generalização da atividade agrícola familiar, inserida num contexto de processamento e comercialização direta dos produtos, ajudaria sobremaneira a resolver esse problema de suma gravidade que é o desemprego. De fato, na etapa do processo produtivo de processamento, reside um potencial enorme de agregação de valor e trabalho, em especial nas mulheres rurais, que têm estado historicamente orientadas para a transformação dos alimentos e marginalizadas de opções mais dignas de trabalho rural. No que toca à utilização e conservação dos recursos naturais, também não é difícil estabelecer uma distinção entre a ocupação do espaço segundo a lógica familiar e patronal. A agricultura familiar mantém uma importância considerável no

contexto da economia e da sociedade brasileiras, sobretudo quando se considera o fato de que ela ocupa só 30,5% do espaço agrícola e de que tem estado historicamente marginalizada na agenda das políticas para o desenvolvimento rural. Portanto, não resulta difícil imaginar que toda a sociedade se beneficiará com a implementação de um amplo conjunto de medidas, planejamentos e programas para a defesa e a restauração da produção agrícola familiar.

A agricultura familiar brasileira reúne vantagens competitivas importantes para sua inserção nos mercados nacionais e internacionais, por sua diversidade produtiva e seu modo de produção, o que lhe outorga um diferencial significativo para a conquista de mercados promissores como os de alimentos orgânicos, produtos naturais e típicos de cada região. A adaptabilidade da agricultura familiar às situações mais diversas é facilmente comprovada pelo fato de ter predominado no século XX, sobre a forma patronal de produção, em todos os países capitalistas desenvolvidos (VEIGA, 1995).

Algumas de suas funções geradoras de sua adaptabilidade podem ser transformadas em constatações indicativas do potencial de viabilidade da unidade agrícola familiar, desde que se encontrem bem orientadas e apoiadas por políticas públicas adequadas. Entre estas constatações, destacam-se as seguintes (VEIGA, 1995):

1. Seu papel “amortecedor” da violência originada pelas crises econômicas, devido à sua capacidade de absorção de mão-de-obra;
2. A continuação do atual modelo de desenvolvimento agrícola significaria, em curto prazo para o Brasil, uma redução da população ativa agrícola atual de 25%, até diminuir aproximadamente a 10%, o que representa um aumento demográfico insuportável para os já “superpovoados” grande centros urbanos do país (ADANT; ALTAFIN, 1991). Assim, é fundamental que ao objetivo de crescimento físico da produção seja associado o do aumento da oferta de empregos. Neste sentido, a agricultura familiar, se devidamente apoiada, pode representar uma das alternativas mais eficazes para atenuar os altos índices de desemprego urbano, reduzindo os fluxos migratórios campo / cidade a níveis mais compatíveis com a ampliação da oferta de emprego nos setores secundário e terciário da economia;
3. A agricultura familiar supõe uma garantia de maior estabilidade de produção e oferta de produtos básicos de alimentação.
4. A agricultura familiar se apresenta como uma opção capaz de enfrentar o desafio do abastecimento dos grandes centros urbanos, principalmente com respeito a certos alimentos básicos, de pouco interesse ou não contemplados pela agricultura patronal.
5. Sua possibilidade de poder gerar, em diversos cultivos, produtos de melhor qualidade com menor custo, pois é reconhecida a capacidade do modelo

familiar de gerar produtos de qualidade superior, quando este é comparado a um similar produzido em grandes áreas mecanizadas.

6. A agricultura familiar favorece, quando há segurança na posse da terra, a melhor preservação de médio ambiente realizando uma gestão mais organizada do meio rural. Isto se deve às características de seu modelo diversificado de produção, em contraste com o modelo produtivista do monocultivo predominante na agricultura patronal. Os monocultivos geralmente associados à mecanização intensiva, além de implicar maiores riscos desde o ponto de vista econômico, implicam naturalmente, também, maiores problemas de ordem ecológica, já que os monocultivos representam uma radical simplificação do ecossistema agrícola.

Apesar de tudo isto, a agricultura familiar brasileira ainda está bastante limitada por dois tipos de problemas e dificuldades: um relacionado a fatores externos e outro a fatores internos (GUIMARÃES FILHO, 1998). Entre os problemas relacionados a fatores externos, podem ser considerados:

1. Ausência ou insignificância das políticas públicas diferenciadas de desenvolvimento econômico que fomentem este segmento;
2. Existência de tecnologias agropecuárias inadequadas à realidade da agricultura familiar; e
3. A existência de condições adversas para a comercialização, unida a uma relação desfavorável insumo/produto, com respeito aos altos preços dos insumos e baixos preços dos produtos.

Os problemas relacionados aos fatores internos da agricultura familiar, isto é, àqueles gerados dentro de suas unidades e comunidades, são resumidos por Guimarães Filho et al. (1998) em três pontos:

1. Os agricultores não são suficientemente conscientes da capacidade de que dispõem para melhorar suas condições de produção e de bem-estar familiar e, sobretudo, de perceber a disponibilidade dos recursos mínimos para fazê-lo;
2. Os agricultores estão pouco capacitados para identificar as causas internas em que se originam seus problemas, e também não estão sendo treinados para administrar mais eficientemente os recursos disponíveis em sua unidade de produção; e
3. Os agricultores apresentam deficiências no nível de organização, o que impede a canalização efetiva de seus desenvolvimentos para os setores responsáveis que poderiam potencializar a agricultura familiar.

Como resultado de todos esses fatores, a maioria absoluta das unidades agrícolas familiares apresenta um baixo nível tecnológico, responsável em grande parte por uma renda insuficiente para propiciar condições de reprodutibilidade. Do mesmo modo, estes fatores favorecem inicialmente a baixa rentabilidade econômica e, posteriormente, como consequência, a migração

ou a pulverização minifundiária. Ao ignorar todos estes aspectos, os programas de desenvolvimento rural implantados até hoje fracassaram ou apresentaram paupérrimos resultados. Tais programas, principalmente os desenvolvidos no Nordeste, apresentaram graves falhas de concepção, já que não consideraram fatores essenciais como estes: o ambiente econômico e socioinstitucional adversos, a lógica interna de manejo das unidades produtivas, a heterogeneidade das unidades beneficiadas, a concepção assistencialista da política para o setor e, principalmente, a estreita setorização das medidas das políticas adotadas (GUIMARÃES FILHO et al., 1998).

Mais sintonizado com essa realidade, o grupo temático “Agricultura Familiar”, do Fórum Nacional da Agricultura (KRETZER, 1997) propõe como medidas fundamentais para a viabilidade deste segmento social, entre outros, as seguintes:

1. Revisão e adequação da legislação tributária, cooperativista, sanitária, fiscal e societária às características desta agricultura.
2. O fortalecimento do sistema de formação de jovens agricultores mediante a pedagogia da alternância e com os agricultores adultos, profissionalização da atividade agrária.
3. A reestruturação dos serviços de assistência técnica e fomento rural, inclusive com a criação de organizações privadas sem fins lucrativos.
4. A rearticulação da pesquisa para apoiar de maneira mais objetiva a agricultura familiar.
5. A implantação de medidas de política agrária, incluindo a revisão da lei de arrendamento da terra.
6. A criação de um programa de apoio à agroindústria de pequeno porte e de estímulos à integração do pequeno agricultor familiar com a corrente agroalimentar.
7. A ampliação do volume de recursos dos programas de crédito à agricultura familiar, como o Pronaf, e o apoio ao cooperativismo de crédito rural.
8. O fortalecimento dos instrumentos de comercialização de produtos agrícolas.

Apesar da extrema diversidade das medidas citadas, as propostas que formulam, sobretudo com respeito à pesquisa agrícola, podem contribuir para a compreensão e formulação de medidas mais eficazes para apoiar a agricultura familiar. Neste sentido, é necessário que se reformule o modelo reducionista vigente e se considerem os elementos situados além dos sistemas estritamente agrônômicos de produção, incorporem estudos relacionados à problemática de inserção da agricultura familiar nos mercados respeitando sua própria natureza e

protegendo-os dos abusos da denominada corrente de intermediação (REIS, 2005).

Um programa assim, com um enfoque mais amplo, segundo Caron e Sabourin (1995), exigiria, além de um conhecimento minucioso dos recursos e da racionalidade dos estratos sociais mais representativos da agricultura familiar, o desenvolvimento de inovações agronômicas e zootécnicas para aumentar o nível de produtividade dos sistemas de produção e de alternativas gerenciais e de organização que melhorem a gestão das unidades, no sentido de fortalecer o papel da agricultura familiar nos mercados.

1.2. O problema e sua importância

O município de Petrolina está encravado no Sertão do São Francisco, porção sudoeste do Estado de Pernambuco, na margem esquerda do Rio que o separa de Juazeiro da Bahia, compondo com os demais municípios da região, Belém do São Francisco, Cabrobó, Floresta, Orocó, Itacuruba, Petrolândia, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Dormentes e Afrânio uma área de 23.274 km², cerca de 23,7% do território estadual. Em conjunto com Juazeiro, Petrolina constitui um dipolo regional, com a maior concentração populacional do Submédio São Francisco cujo esteio econômico tem como base a fruticultura irrigada com ênfase na produção de manga e uvas finas para mesa e produção de vinhos, sendo essa última atividade mais recente e bastante promissora. O processo histórico de apropriação das terras nessa região baseou-se na concessão de sesmarias, prática comum desde os primórdios da colônia. Nos Sertões estabeleceram-se muitas sesmarias pertencentes a criadores com prestígio junto à Administração colonial para fazer jus às benesses. Assim, residindo em Salvador e Olinda-Recife, esses criadores estabeleceram grandes fazendas de criação, atividade que não exigia emprego de mão-de-obra intensiva, de especial valia, considerando o vazio demográfico da época; com a mínima exigência de capital fixo e circulante, sendo o seu principal ativo o gado bovino, multiplicando-se ao decorrer do tempo na criação ultra-extensiva (SEREJO, 1979).

O município de Petrolina, como tantos outros, teve a sua gênese nesses estabelecimentos agropastoris, que se espalharam ao longo do São Francisco, cognominado “rio dos currais”, e vales outros úmidos da caatinga nordestina. Com a descoberta do ouro, no século XVII, em Minas Gerais, um novo mercado consumidor abriu-se para os criadores nordestinos. Subindo o rio, um novo caminho, que não o do sertão-litoral, se formou atravessando a Comarca do São Francisco, região objeto de disputas no século XIX entre as províncias de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. Dessa nova área de demanda por carne, couro e animais de tração e transporte se expandem mais e mais as fazendas de criação adentrando para os sertões interiores. Nesse contexto histórico, social e econômico, foi criada a futura cidade de Petrolina, elevada à condição de Vila em 7 de junho de 1862 e finalmente à de cidade por força da Lei n.º 130 de 3 de julho de 1895 do Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco, sendo instalada de fato em 21 de setembro do mesmo ano. Destaca-se como a principal cidade do Vale do São Francisco que é, na atualidade, uma das regiões agrícolas mais dinâmicas do Nordeste brasileiro. Esse lugar de destaque na economia deve-se originalmente ao forte apoio recebido do Estado, a partir dos anos 70, por meio de seus projetos de desenvolvimento referentes à introdução de esquemas de irrigação estimulados pelo potencial hidrelétrico oferecido pela construção da barragem de Sobradinho e às características de sua inserção nos mercados interno e internacional (SEREJO, 1979).

Entretanto, apesar de algumas experiências anteriores com agricultura irrigada, foi somente a partir da segunda metade da década de 80 que a região tornou-se visível como um *locus* do planejamento nacional, com a constituição da Codevasf – que se tornou a Instituição responsável pela coordenação do seu desenvolvimento. Desde o fim dos anos 80, o vale do São Francisco passou a se distinguir por sua produção e pelos vínculos que estabelece com o mercado global ao produzir frutas com o padrão de qualidade esperado pelos compradores e consumidores internacionais. O impulso desses vínculos com o mercado é dado pelo crescimento da produção para exportação em dois dos seus principais municípios: Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Uva e manga tornaram-se frutas

especiais pelo espaço de comercialização conquistado: 20% da produção de cada uma delas é vendida fora do Brasil, para a Europa e os Estados Unidos. Ressalta-se ainda que a produção do vale encontra lugar especial na seleção de frutas feita por cadeias transnacionais de supermercados que requerem produtos *tipo exportação* (CAVALCANTI, 1997).

Ainda segundo Cavalcanti (1997), como resultado dessa relação com setores nobres do mercado e do crescimento da produção, os dois municípios, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), passaram a ser área de atração de migrantes vindos de várias partes do Nordeste e também de outras regiões do país como Sul e Sudeste, por exemplo. Chegaram como colonos, trabalhadores assalariados ou empresários na esperança de encontrar na produção frutícola a prosperidade que buscavam. Trouxeram consigo traços da sua cultura, do seu modo de trabalhar e viver o dia-a-dia. Como resultado, a região é formada por representantes da população brasileira de distintas características étnicas: são nordestinos, paulistas, italianos, japoneses, entre outros, que se encontram no cotidiano das principais cidades da região. Alguns deles ainda se deslocam, oportunamente, a outros centros do mundo para acompanhar as novidades em sua área de atuação, ou recebem com frequência visitantes e especialistas de outros países que chegam ao Nordeste para conhecê-lo, trabalhar ou estabelecer negócios (CAVALCANTI, 1997).

O município de Petrolina é subdividido em três zonas administrativas rurais: a área ribeirinha, a área formada pelos perímetros irrigados e pólo de desenvolvimento econômico do município e a área de sequeiro. Cada uma dessas áreas possui especificidades em termos de organização social e econômica e demandam formas distintas de intervenção do poder público.

A área ribeirinha ocupa cerca de 260 km² e abriga, de acordo com o último censo, uma população de 18.164 habitantes. Nessa área, predomina o agroturismo com a realização de atividades de lazer e bares em pequenas chácaras às margens do Rio São Francisco, principalmente nas Ilhas do Massangano, Rodeadouro, Amélia, Jatobá, Nossa Senhora e Culpe o Vento, assim como a pesca artesanal, a exploração agrícola em pequenos e médios

projetos hortifrutigranjeiros. Essas atividades têm manifestado grande evolução e demonstrado elevado potencial, com visível sustentabilidade econômica. As comunidades são representadas por associações que articulam junto aos atores do desenvolvimento as demandas socioeconômicas dos diversos segmentos sociais que efetivamente buscam alternativas para a condução das atividades que visam à melhoria das condições de vida da população (ASPLAN, 2006).

Outra zona administrativa é formada pelos Perímetros Irrigados do Bebedouro I e II, Projeto Maria Tereza e Projeto Senador Nilo Coelho, numa área de 1.025 km² para uma população de 26.370 habitantes (IBGE, 2005). Esses projetos no seu conjunto formam uma área de 22.401 ha, assim distribuídos:

- Projeto Bebedouro I e II: 2.418 ha,
- Projeto Maria Tereza: 4.728 ha e
- Projeto Senador Nilo Coelho: 15.225 ha.

Nesses projetos, as atividades produtivas, fundamentadas na fruticultura, são exploradas por colonos, pequenos e médios empresários utilizando tecnologias de última geração nos sistemas de cultivo e de irrigação (ASPLAN/PMP, 2006).

Diante desse cenário, os perímetros irrigados apresentam-se como indutores do desenvolvimento econômico regional com a produção de hortaliças e principalmente de frutas como manga, uva, goiaba, acerola, coco e banana, fator determinante para a constituição da fonte de emprego e renda da população do município de Petrolina, destacando-se como pólo exportador de frutas tropicais do país.

Segundo a Asplan/PMP (2006), dentre as três zonas administrativas, a de Sequeiro, que abriga uma população de 20.066 habitantes numa área territorial de 3.300 km², merece maior atenção, pois representa 2/3 da área territorial do município e cerca de 20% da população (ASPLAN/PMP, 2006). Por essa razão, observa-se um elevado grau de dificuldades vividas pela população nessa zona administrativa do município, sobretudo nos aspectos de saneamento básico, educação, saúde e amparo ao trabalhador rural e sua família, implicando

demanda de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e a valorização do homem em seu habitat, atualmente tão perseguidas pelos atores do desenvolvimento que constituem os entes governamentais nas esferas do município, do estado e do país. Sua maior fonte de renda e emprego origina-se da exploração da caprino-ovinocultura com especial destaque da Agricultura Familiar que tem na formação dos arranjos produtivos locais a exploração do feijão macassar, milho, sorgo granífero, mandioca e ultimamente o reaquecimento da mamonicultura com vistas ao Programa Nacional de Biodiesel.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Abastecimento do Município de Petrolina-PE (SECDUR/PMP, 2002), o desenvolvimento sustentável da região de Sequeiro do município de Petrolina se coloca como um dos desafios dos entes governamentais que buscam criar mecanismos e processos para que os habitantes dessa região sejam orientados para a convivência com o semi-árido, suas possibilidades e limitações. São aproximadamente, segundo dados do IBGE para o ano de 2005, cerca de 4.000 pequenas propriedades rurais localizadas na região de Sequeiro que dependem exclusivamente da Agricultura Familiar e da pecuária para sua sobrevivência e que, segundo um diagnóstico realizado pela Embrapa Semi-Árido, essas propriedades apresentam um nível de desenvolvimento insignificante, quando se tomam como referência a qualidade de vida dos produtores e a participação do setor agropecuário na economia da região (SECDUR/PMP, 2002).

Dentre as razões apontadas para esse insucesso, destaca-se a prática de uma agricultura de alto risco, a exemplo do cultivo do milho e feijão, que têm a cada 10 anos, 8 anos de safras frustradas, em função da instabilidade das chuvas, bem como da variação de preços. Porém, não se descarta a possibilidade desses cultivos para o efeito de consumo, sem, contudo, prevalecer o caráter de comercialização na perspectiva de sustentabilidade das propriedades rurais (SECDUR/PMP, 2002).

Ressalte-se ainda que as políticas públicas voltadas para Assistência Técnica e Extensão Rural têm sido ineficazes sob o ponto de vista da organização da produção e da gestão associativista.

Por outro lado, o quadro de dificuldade acentua-se com a previsão de longas estiagens, com a falta de conhecimento por parte dos produtores para a convivência com o ecossistema semi-árido, ou seja, a não observação da heterogeneidade do meio ambiente e sua capacidade de respostas, bem como o potencial de mobilização das comunidades. Dessa forma, as condições de vida das famílias de produtores rurais nas áreas de Sequeiro são sempre marcadas por incertezas, seja no decorrer do processo produtivo sujeito aos rigores de clima, seja na dificuldade de obtenção de crédito para produção e comercialização dos produtos (SECDUR/PMP, 2002).

Daí a necessidade de definir Políticas Públicas tais como o Micro-Crédito com amparo no Pronaf e na Compra Antecipada de Alimentos (PCAA), no âmbito do PAA, conduzido pela Conab, no sentido de que os produtores possam ter melhores condições para tornarem seus estabelecimentos unidades de produção agrícolas sustentáveis, principalmente sob a perspectiva econômica e social.

Os pequenos produtores rurais, quando amparados por Políticas Públicas consistentes e adequadamente orientados, apresentam bons resultados nas condições de trabalho e de produção dos arranjos produtivos locais, em detrimento de outros que não são contemplados por essas Políticas Públicas, ficando à mercê da própria sorte sem maiores perspectivas de vida. O trabalho com associações de produtores rurais induz sobremaneira levantar algumas questões a respeito dos impactos das Políticas Públicas que o Pronaf e o Programa de Compra Antecipada da Conab terão sobre as condições de vida e da produção das famílias beneficiadas. Por essas e outras razões, parte-se da seguinte questão: Como programas de microcrédito destinados à agricultura familiar, Pronaf e PAA, interferem no processo de desenvolvimento local?

É de se pensar que alternativas existam para, a partir de experiências positivas, questionar novas saídas que apontem os meios mais eficientes e eficazes na condução de Políticas Públicas em benefício da coletividade.

Quando isso não ocorre, existe um êxodo sazonal da área rural para a cidade, explicando em parte o elevado nível de urbanização de Petrolina, impulsionado pelo implemento da agricultura irrigada nos Perímetros Senador Nilo Coelho, Maria Tereza e Bebedouro, responsáveis pela absorção de grande parte da mão-de-obra sazonal formada, na grande maioria, por pequenos produtores egressos dos seus territórios rurais, que no período de estiagem deixam suas atividades de campo em busca de trabalho nas empresas agroindustriais, encravadas nos Perímetros de Irrigação do município e da região.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Analisar as influências do Pronaf e do PAA da Conab no desenvolvimento rural do município de Petrolina.

1.3.2. Objetivos específicos

- Analisar o perfil socioeconômico das famílias contempladas pelos dois programas
- Identificar resultados dos programas no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Petrolina.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1. Elementos socioeconômicos do semi-árido pernambucano

Conforme consta no Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro, na zona semi-árida do Nordeste brasileiro convive uma população de aproximadamente 17,0 milhões de habitantes. A referida região apresenta as seguintes características naturais definidoras:

1. Pluviosidade baixa e irregular, em torno de 750 mm/ano em média, concentrada em uma única estação de 3 a 5 meses; ocorrência de períodos agudos de estiagem, quando a precipitação pluviométrica atinge cerca de 450 – 500 mm/ano, em algumas zonas;
2. Temperaturas altas, com taxas elevadas de evapotranspiração e balanço hídrico negativo durante parte do ano;
3. Insolação muito forte (2.800 horas/ano), aliada à baixa umidade relativa;
4. Solos oriundos de rochas cristalinas, predominantemente rasos, pouco permeáveis, sujeitos à erosão e de razoável fertilidade natural;
5. Predominância de vegetação de caatinga, que abrange cerca de 1,0 milhão de km², com sucessão de vegetação indicativa de processo de degradação ambiental.

Integram esta zona, cerca de 900 municípios do Nordeste que correspondem a mais de 50% do total territorial da região. Predomina, no semi-árido, uma agricultura de sequeiro de alto risco, instável e de baixa produtividade (Doc. Ref. Pólo PDI Petrolina/Juazeiro, 1997, p. 7-8).

De modo semelhante ao espaço nordestino onde existe um quadro heterogêneo com uma variedade de regiões distintas, no sertão semi-árido o quadro geral também não tem nada de homogêneo, apresentando diversas áreas naturais, com mudanças dos solos, vegetação e até do clima, influenciando nas atividades econômicas locais (Doc. Ref. Pólo PDI Petrolina/Juazeiro, 1997, p. 7-8).

A zona definida como semi-árida divide-se nas áreas naturais chamadas de Caatinga, Sertão, Seridó, Carrasco, Cariris Velhos, Curimataú e parte do Norte de Minas Gerais. Afora essas zonas naturais, o semi-árido possui ainda outras áreas consideradas enclaves por apresentarem características especiais formadas por solos sedimentares ou cristalinos profundos, relevo plano e suave ondulado com excelentes características para a agricultura (Doc. Ref. Pólo PDI Petrolina/Juazeiro, 1997, p. 7-8).

Nesse contexto, Pernambuco está situado a centro-leste da região Nordeste, tem uma área de 98.281 km² mais os 18,2 km² do arquipélago de Fernando de Noronha que, em 1988, foi reincorporado ao seu território. Limita-se ao Norte com o Ceará e a Paraíba; a Oeste com o Piauí; ao Sul, com a Bahia e Alagoas; e a Leste com o Oceano Atlântico. Possui 184 municípios e está dividido em três grandes regiões geoeconômicas: Litoral/Mata, Agreste e Sertão.

De acordo com dados oficiais (PERNAMBUCO, s.d., p. 1), o setor agrário do semi-árido estadual caracteriza-se pela monocultura da cana-de-açúcar, principal produto agrícola do estado, cultivada nos solos tipo massapé da zona da mata. O Agreste caracteriza-se pela policultura de gêneros alimentícios, como feijão, mandioca, milho e banana. No Vale do São Francisco, atualmente a região mais promissora do Estado, há o cultivo de cebola, uva, para produção de vinho e outras frutas para exportação. Em nível regional, Pernambuco tem um dos mais importantes rebanhos, com 2,1 milhões de cabeças (bovinos); 1,5 milhão (caprinos); 700 mil (ovinos); e 600 mil (suínos). A pecuária leiteira está concentrada no Agreste e os rebanhos caprino/ovino no Sertão (PERNAMBUCO DE A/Z).

Vale ressaltar que, embora o município de Petrolina seja considerado muito promissor pela forte participação da agricultura irrigada na economia regional, a agricultura de sequeiro formada pelos arranjos produtivos locais compostos de feijão, milho, mandioca e sorgo, além do caprino/ovinocultura, apresenta-se como uma fonte de emprego e renda de milhares de pessoas, que sobrevivem dessas atividades que têm na agricultura familiar sua base de sustentação. Portanto, a área de sequeiro do município de Petrolina desenvolve uma agricultura tradicional aliada a uma agropecuária explorada em regime de criação extensiva.

2.2. A irrigação como fator de desenvolvimento

O município de Petrolina tem se destacado no cenário Nordeste como um centro inovador de tecnologias de ponta, voltado para a agricultura irrigada, considerando a inserção do agronegócio da fruticultura que vem conquistando divisas para o país com o comércio agroexportador.

“A região do pólo Petrolina - Juazeiro constitui o mais expressivo exemplo dos impactos modernizantes da agricultura irrigada nordestina. Área pioneira na implantação dos grandes projetos públicos e privados de irrigação, estas cidades sofreram uma profunda redefinição de seu espaço urbano e rural com a constituição de uma poderosa infra-estrutura de suporte ao processo modernizante. E, principalmente, por meio destes investimentos logrou fundar um novo padrão de acumulação que resultou da consolidação e expansão de uma atividade agrícola irrigada integrada à indústria, com repercussão sobre as relações de trabalho, o mercado de terras e a economia regional como um todo. Mais do que tudo, a fruticultura irrigada do semi-árido resulta da consolidação do conhecimento das práticas de irrigação, propiciadas pelas quase três décadas de investimentos públicos e privados em projetos de irrigação na região. A irrigação na agricultura nordestina não é fenômeno novo. O que é novo é o caráter moderno que ela assumiu a partir da implantação dos grandes projetos públicos de irrigação, sob a responsabilidade da Codevasf. Um padrão moderno que se configura na integração entre a agricultura e a indústria, entre o rural e o urbano” (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 1-2).

A região do pólo Petrolina/Juazeiro situa-se na zona fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, área incluída no Polígono das Secas. Antes da implementação do perímetro irrigado, sua principal atividade econômica era o comércio, cumprindo a função de entreposto comercial com influência expressiva sobre parte dos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. De forma

secundária, posicionavam-se as atividades ligadas à agricultura e à pecuária. A partir da grande expansão econômica que experimentou com o advento da irrigação, com a agricultura assumindo o papel de principal atividade econômica, verificou-se um grande aumento de sua população, inclusive da população rural. Paralelamente à expansão agrícola, ocorreu um vertiginoso aumento das atividades comerciais, de serviços e industriais (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 4).

A ação estatal de promoção da agricultura irrigada caracterizou-se como uma política de desenvolvimento, pois além de dotar a área de uma infraestrutura de irrigação apropriada, buscou criar condições para que a produção – que por ser irrigada deveria ter um alto valor comercial – pudesse ser escoada para os centros consumidores e/ou para a transformação industrial, ampliando a oferta de serviços de energia, transporte, comunicações e armazenamento. Dessa forma, dada a magnitude dos projetos de irrigação, a ação do Estado proporcionou efeitos a montante e a jusante do processo de produção agrícola de grande significação. O caráter integrado da política também se evidencia no modelo de ocupação das áreas dos perímetros, que se fundamenta na articulação das unidades produtivas de colonos, em base estritamente familiar, com as unidades empresariais. A estrutura fundiária se viu transformada pelas ações de desapropriação de terras motivadas pela instalação dos projetos de irrigação. Este impacto institucional sobre o mercado de terras subordinou o mercado fundiário ao movimento de valorização do capital, e a terra – que antes da expansão da agricultura irrigada quase não possuía valor comercial, sendo majoritariamente ocupada por posseiros – passou a ser comandada pelas expectativas produtiva e especulativa, constitutivas da ação do capital sobre a agricultura e o meio rural (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 5).

Ainda de acordo com Lima e Miranda (2001), o processo produtivo foi fortemente impactado pela mudança na tecnologia de irrigação que até então era empregada na região. O método tradicional de captação de água à beira do rio, com utilização de rodas d'água, foi substituído por métodos mais modernos, como as motobombas e as bombas elétricas. O método de irrigação também se alterou com a expansão dos projetos de irrigação para áreas mais distantes do rio.

2.3. Microcrédito do Pronaf e sua função social

As comunidades rurais têm uma característica peculiar de buscar formas alternativas de resistir às precárias condições do semi-árido. A descrença com as políticas públicas estaduais tem tornado estas comunidades incrédulas de mudanças positivas. A ação climática desfavorável impõe às comunidades rurais a definição de estratégias para a sobrevivência uma vez que, naturalmente, os recursos se tornam raros e as opções de trabalho remunerado são quase inexistentes (FALCÃO; OLIVEIRA, 2000).

Constata-se que, para o município de Petrolina, esses argumentos parecem ser verdadeiros à medida que se percebe nos últimos anos uma forte reação dos pequenos produtores organizados em associações e sindicatos de trabalhadores rurais, respaldados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, que luta pela ampliação do acesso ao crédito do Pronaf e pela Compra Antecipada dos alimentos, especialmente de farinha, pela Conab. No entanto, os resultados ainda são muito tímidos em relação ao grande contingente de produtores que vivem no semi-árido aguardando a atenção dos atores do desenvolvimento e, normalmente, ficando à mercê dos atravessadores que sempre aviltam os preços pagos pelo produto, que, em muitos casos, é o único capaz de prover rendas nos períodos críticos das estiagens.

Em relação ao Pronaf, é muito importante ter presente que, pela primeira vez na história do Brasil, uma política governamental inteiramente voltada à agricultura familiar começou a emergir com o decreto 1.946, de 28 de junho de 1996. Não se trata mais de uma simples diferenciação do crédito para “pequenos agricultores”. Além de nova concepção para o financiamento da redução de agricultores familiares e suas organizações, trata-se de uma estratégia de parceria entre eles, governos (municipal, estadual e federal) e a iniciativa privada na aplicação dos recursos, destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implementação de infra-estrutura e a outros objetivos. O Pronaf está conseguindo produzir o novo ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais (VEIGA, 2000, p. 4).

O Decreto n.º 1.946 de 28 de junho de 1996, que criou o programa, foi posteriormente transformado na Lei n. 11.326/06 de 4 de julho de 2006, pelo Congresso Nacional, que reconhece a agricultura familiar como segmento

produtivo e representa um novo marco para as Políticas Públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implantação, execução e gestão de recursos. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com participação de municípios, estados, governo federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. A agricultura familiar é responsável hoje por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e representa 40% do PIB na agropecuária (BRASIL, 2006).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agricultura familiar no Brasil reúne hoje 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% das aves e ovos, 32% da soja.

Os parâmetros para enquadramento como agricultor ou agricultora familiar estabelecidos pela nova lei são assim determinados (BRASIL, 2006):

- não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo território brasileiro);
- utilizar áreas predominantemente originadas de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

Esses parâmetros podem garantir a participação de agricultores e agricultoras na formação e implementação das políticas. As relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social.

De acordo com Sayad (1980) *apud* Santos (1999), é fundamental a participação do crédito rural com o intuito de estimular a produção agrícola, no que concerne ao fornecimento dos recursos necessários à modernização desse Setor, uma vez que proporciona condições para que os produtores tenham acesso a uma tecnologia mais avançada do que os métodos tradicionais, melhorando o processo de produção, para assim realizá-lo com qualidade e ter competitividade

no mercado, tentando superar os limites causados pela escassez de recursos no Setor Rural.

De acordo com Aguiar (1980) *apud* Santos (1999), além de pretender o que foi mencionado no parágrafo anterior, o crédito rural visa a amparar diretamente a produção a fim de manter a produtividade em níveis satisfatórios, como também manter indiretamente o homem no campo, além de facilitar o acesso à propriedade territorial, bem como contribuir para formar uma infraestrutura, condição fundamental para a realização de um bom processo produtivo.

Os recursos destinados ao crédito podem ser originados dos bancos, com uma emissão temporária dos meios de pagamento, os chamados créditos de curto prazo. Esses financiamentos são restituídos ao final de cada etapa produtiva e tornando a ser emprestados novamente, sendo também conhecidos como capital de giro. Esses recursos também podem ser fruto de economias anteriormente constituídas, são os chamados créditos de longo prazo, em que há um período maior para sua quitação. Esses créditos são oriundos dos agentes econômicos que adquirem títulos de longo prazo, que aumentam sua poupança, em detrimento da amortização e dos juros, além de um maior risco, sendo, conseqüentemente, a remuneração mais elevada (SANTOS, 1999).

No setor agrícola, de acordo com suas finalidades, o crédito subdivide-se para custeio, investimento e comercialização da produção. O primeiro visa a financiar o produtor para a aquisição de insumos e realização de despesas no preparo da terra, plantio, trato da lavoura e colheita. Já o crédito para investimentos almeja principalmente a aquisição de itens que compõem o capital fixo de instalação e o capital da exploração permanente de um empreendimento rural. Em síntese, pode-se dizer que esses dois tipos de crédito financiam os custos variáveis e fixos da produção, respectivamente (SANTOS, 1999).

Vale ressaltar que os prazos de pagamento dependem da finalidade a que se propõe, pois em culturas perenes, que necessitam de um período maior de maturação, a quitação do empréstimo, sobretudo dos créditos para investimentos, pode ser estendida para prazos maiores (SANTOS, 1999).

Devido à descontinuidade do fluxo de produção, que compromete as receitas obtidas pelo produtor, a época da quitação dos financiamentos deve se adequar a essa peculiaridade, que é um traço marcante no Setor Rural. O crédito de comercialização desempenha um papel importante no que concerne ao financiamento de custeio, amortização de parcelas do crédito para investimentos, além de honrar outros compromissos e aguardar melhores oportunidades para a realização dos seus excedentes (SANTOS, 1999).

Segundo Munhoz (1982 *apud* SANTOS, 1999), a concessão de um crédito implica colocar uma soma à disposição de alguém, ou alguma empresa, para a realização de alguma atividade, mediante o pagamento de uma remuneração. No caso do crédito rural, financiado por instituições que possuem uma ligação com o governo, as taxas de juros são menores que as praticadas no mercado – são os chamados créditos subsidiados – a fim de estimular as atividades do Setor, aumentar a renda e gerar empregos, entre outros benefícios. Vale ressaltar que existe uma diferença desses com os subsídios, que é tudo aquilo que se deve, permite-se deixar de pagar, bem como pode ser também o que recebe sem contraprestação de bens ou serviços, ou ainda que, de propriedade de terceiros, é utilizado sem a obrigação de uma remuneração correspondente.

De acordo com Evangelista (2000), a defesa da agricultura familiar faz parte da agenda política de várias organizações ligadas ao campo, caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A contraposição da agricultura familiar pela agricultura patronal também é bastante comum, mas envolvida em muita confusão conceitual, especialmente com as noções de agricultura de subsistência e agricultura comercial. Alguns autores, como Teixeira (1996) e Evangelista (2000), conceituam a agricultura familiar ou pequena agricultura, como aquela realizada em propriedades de até 100 ha confundindo assim o modo de fazer a agricultura com o seu porte. Embora muitas vezes haja uma associação entre modo e porte, a falta de clareza

nas abordagens pode levar a conseqüências no mínimo indesejáveis quando se trata de políticas públicas (EVANGELISTA, 2000).

Dessa forma, por mais que não se possa reduzir a família a um tipo idealmente estático e por mais importantes que sejam suas mudanças e mesmo que suas funções tradicionais se encontrem francamente em crise, não há como negar a particularidade da agricultura no ambiente econômico geral do mundo de hoje. O que escamoteia sob o nome de “pequena produção” é o abismo social que separa camponeses – para os quais o desenvolvimento capitalista significa, como vimos, a fatal desestruturação – de agricultores profissionais – que se vêm mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em vias mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (ABRAMOVAY, 1992, p. 211). Espera-se que a lei n. 11.326/06, de 4 de julho de 2006, já mencionada, que institui a agricultura familiar como política de governo, venha consolidar definitivamente o conceito de agricultura familiar, disciplinando as categorias de beneficiários a serem contemplados, bem como os valores e prazos de vigência dos empréstimos para cada categoria de produtor. Mesmo assim, sempre será possível encontrar contradições quanto ao tamanho do módulo, faixa de renda, considerando a vasta extensão territorial do Brasil e a sua variável paisagem geográfica e humana.

Segundo Evangelista (2000), a grande maioria dos estabelecimentos nordestinos (2.055.157 estabelecimentos) se enquadra na categoria familiar (88,3% dos estabelecimentos nordestinos). Esses estabelecimentos detêm 43,5% da área, geram o mesmo percentual no valor bruto da produção (43,5%) e capturam 26,8% do financiamento total.

O nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%), comparando com as demais regiões. Esses estabelecimentos detêm também a maior fração da área (31,6%), mas não há uma participação correspondente no valor bruto da produção (apenas 16,7%), nem no financiamento total (14,3%) (Tabela 1), indicadores de uma menor eficiência relativa e, certamente, de uma maior

desarticulação (recorde-se), por exemplo, que os sistemas de produção integrada estão mais presentes nas regiões Sudeste e Sul do que no Nordeste.

Tabela 1 – Agricultura familiar: participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, valor bruto da produção e financiamento total destinado aos agricultores familiares, em 2000

Região	Estabelecimento total	% área sobre o total	%VBP/total	% FT/total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, *apud* Incra/Fao (2000).

Segundo Ehlers (1999), a agricultura familiar foi relegada a segundo plano, principalmente, no que se refere a incentivos e acesso ao crédito. Mesmo assim, dados da FAO e do Incra mostram que essas propriedades – que hoje ocupam 25% da área cultivada do Brasil – superam as propriedades patronais – que ocupam 75% da área – no que se refere à oferta agropecuária de quinze importantes produtos: carne suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja. A agricultura patronal só supera a familiar no abastecimento de carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja.

De acordo com Ehlers, citado por Gusmão (2001), na transição para sistemas sustentáveis, a produção familiar apresenta uma série de vantagens, seja pela sua escala geralmente menor – pela maior capacidade gerencial, pela mão-de-obra mais qualificada, por sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão à diversificação de culturas e à presença dos recursos naturais.

Veiga (1999), citado por Gusmão, enfatiza que a sustentabilidade tem a produção familiar como modelo mais adequado e que o padrão tecnológico deve compartilhar conhecimento tradicional e conhecimento científico. O fortalecimento da agricultura familiar passa também por uma ampla reforma agrária, por políticas de crédito e de preços, pela melhoria das estradas, das condições de armazenamento dos produtos, dentre outras mudanças importantes. Mas um dos pontos fundamentais para o seu estabelecimento é a promoção da educação no meio rural, não apenas do ensino técnico, mas, principalmente, da educação formal. É bem possível que o padrão sustentável venha a ser muito mais exigente em conhecimento do que o padrão convencional e a educação será um “insumo” fundamental (EHLERS, 1999).

A agricultura familiar se caracteriza pelo modelo de exploração agropecuária em que os membros das famílias são administradores e executores do processo produtivo, sendo, portanto, a propriedade agrícola familiar caracterizada pela diversificação e pelo aproveitamento da mão-de-obra familiar, haja vista que a maior parte da sua renda é proveniente da propriedade, eventualmente complementada pelo trabalho assalariado (PRONAF, 2004/2005).

As ações do Governo Federal no apoio aos agricultores familiares vêm alcançando os resultados positivos: o Pronaf promoveu a inclusão social de mais de 600 mil agricultores familiares entre 2003 e 2005. No ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos do Pronaf, contra apenas 953,2 mil em 2002. O volume de recursos destinados pelo governo ao financiamento rural de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2% (BRASIL, 2006).

O financiamento rural do Pronaf tem impactos tanto sociais quanto econômicos, ao mesmo tempo em que dá condições para que os agricultores familiares ganhem em escala dentro da unidade de produção, mantém as pessoas ocupadas, gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade (BRASIL, 2006).

Acessando o financiamento rural, os agricultores familiares têm condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolvem, implementar novas atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos.

Como foi dito anteriormente, o número de contratos firmados pelo Pronaf apresentou crescimento em todo o Brasil nos últimos dois anos, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, especialmente com crédito do Grupo “B” do Pronaf, o microcrédito rural. Nessas regiões, os agricultores familiares praticamente não acessavam o crédito rural. A partir de 2003, muitos deles passaram a ter acesso ao crédito pela primeira vez. Isto se deve, em grande parte, ao grande esforço realizado pelas entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda, é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável. Atualmente, 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais são ocupados pela agricultura familiar, que produz 38% do Valor Bruto da Produção Nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura. Sendo assim, a Agricultura Familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade (PRONAF, 2004/2005).

A agricultura familiar é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Segundo informações do Pronaf, os esforços estão direcionados para atuar em função de demandas estabelecidas pelos agricultores e suas organizações, estabelecendo compromissos negociados, como forma de obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados, viabilizando a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar, mediante o acesso privado (PRONAF, 2004/2005).

Para o desenvolvimento das ações previstas, é preciso estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas ações de educação, formação, pesquisa, produção, entre outras, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, como, por exemplo, garantir aos agricultores familiares a conquista da cidadania (PRONAF, 2004/2005). O programa beneficia só o agricultor familiar, tendo juros com taxas que variam de 1%, 4% e 7,25% ao ano e, em alguns casos, com abono de 25% para parcela paga em dia. Esses créditos podem ser para investimento, custeio agrícola e pecuário, Pronaf agroindústria para beneficiar ou industrializar a própria produção e outros (PRONAF, 2004/2005).

2.4. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é uma ação estruturante do Programa Fome Zero, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003 com a finalidade de *“incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”* (CONAB, 2006).

A operacionalização do Programa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com Governos Estaduais e Municipais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um grupo gestor coordenado pelo MDS e com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão faz o acompanhamento do Programa, definindo as normas para sua implementação (CONAB, 2006).

Entre 2003 e 2005, as aquisições efetuadas pela Conab envolveram a aplicação de 301,5 milhões de reais, beneficiando, em média, 47 mil famílias de

agricultores por ano e outras milhares de famílias que receberam as doações dos alimentos adquiridos (CONAB, 2006).

“A capilaridade da companhia, associada a seu papel institucional, levou a Conab a receber do governo a tarefa de executar as ações diretas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Criado pelo governo no âmbito do Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e apóia a agricultura familiar com dificuldades de participar do mercado, auxiliando-a na comercialização. Ao comprar a produção familiar, a Conab assegura preço remunerador aos produtores, gera renda ao agricultor, colabora com a redução do custo das cestas de alimentos e facilita o processo de doação para o combate à fome. O Programa de Aquisição de Alimentos também estimula a produção de alimentos básicos e regionais e promove a fixação das comunidades rurais, com reflexo no desenvolvimento das regiões onde atua e na redução do êxodo e das tensões sociais” (CONAB no Fome Zero, s.d., p. 1).

Segundo a Fetrasul o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Governo Federal compra os produtos da agricultura familiar e destina às populações vulneráveis (quilombolas, indígenas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens). Em 2004, o governo investiu R\$ 91,2 milhões e beneficiou 45,5 mil famílias de agricultores familiares. Em 2005, a meta é atender a 100 mil famílias. Outra ação é a compra de produção de leite dos agricultores familiares e a distribuição para pessoas de baixa renda. Até março de 2004, cerca de 17 mil famílias venderam sua produção ao Fome Zero, que atendeu a cerca de 717 mil famílias. Em 2005, o volume de recursos destinado ao programa será de 12 bilhões, 33% maior que em 2004, quando foi de 9 bilhões.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD 2005) mostra números assustadores para um país como o Brasil, com renda per capita alta. Entre os anos de 2002 e 2003, ocorreu a maior redução no rendimento médio mensal, com uma queda de 7,4%. De forma geral, a população brasileira está ficando mais pobre. A PNAD mostra que, em 2003, os 10% com os maiores salários ficaram com 45,3% do total de rendimentos no país, enquanto os 10% com menores salários ficaram, com apenas 1%. No país, quase um terço da população, algo em torno de 60 milhões de brasileiros, sobreviveria com dois salários mínimos (GARDINI, 2005).

O termo segurança alimentar seria insuficiente para explicar a fome, pois, segundo Belik, citado por Gardini (2005), esse é um conceito que envolve

quantidade, qualidade e regularidade de ingestão de alimentos. O acesso aos alimentos é a questão que deve ser enfrentada e aí entra a variável renda. A proposta do professor Belik é trabalhar com o conceito “vulnerabilidade à fome”, ou seja, aquelas pessoas que, por insuficiência de renda, não conseguem comprar alimentos (GARDINI, 2005).

No município em estudo, esse programa tem, a partir de 2005, adquirido alimentos de agricultores familiares, farinha principalmente, servindo como regulador dos preços de mercado, melhorando a renda dos agricultores familiares beneficiados, propiciando melhores condições para expandir suas áreas produtivas e melhor planejar as atividades das suas unidades de produção. A Conab tem dispensado toda atenção para os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, além de produzirem a mandioca e venderem o produto da farinha ao governo, muitas vezes são beneficiados pelo Programa Fome Zero, com o recebimento desse alimento.

Durante o seminário “O Combate à Fome e a Construção da Cidadania no Contexto do Fome Zero”, realizado em Brasília em 29/06/2006, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ressaltou que a compra da produção de pequenos agricultores garante a geração de renda e emprego no campo e promove a redução do preço dos alimentos adquiridos para as cestas básicas distribuídas pelos programas sociais. “O Programa de Aquisição de Alimentos tem a cara do Fome Zero, porque ele trabalha nas duas pontas: de um lado, nós estamos comprando alimentos, proporcionando trabalho, e na outra ponta nós estamos cuidando de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social”, afirmou o ministro.

Outro desdobramento do investimento do Programa de Aquisição de Alimentos é o estímulo à permanência do trabalhador rural no campo. Ao comprar a produção do agricultor familiar inscrito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Fome Zero cria condições para que o trabalhador faça investimentos no plantio da lavoura. Cada produtor pode receber até R\$ 2,5 mil pela produção vendida ao governo por ano. Dos 400 milhões já investidos no Programa de Aquisição de Alimentos, 41 milhões foram

para a região Norte, R\$ 90 milhões para o Nordeste, R\$ 17 milhões para o Centro-Oeste, R\$ 16,5 milhões para o Sudeste e R\$ 48 milhões para o Sul do País. Ainda dentro deste montante, o Ministério do Desenvolvimento Social repassou 180 milhões a 10 estados do semi-árido. Outros 59 municípios que assinaram convênio diretamente com o governo receberam, no total, 8 milhões (BRASIL, 2005).

3. UNIDADE DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. A realidade de onde se localiza o estudo

Como assinalamos, o objeto de nossa análise é obter elementos de juízo para avaliar os efeitos do Pronaf sobre os produtores e suas comunidades, tendo em conta os objetivos adotados para a realização deste trabalho, como as variações de contexto que tenham influenciado a situação dos beneficiários e o desempenho da execução do programa. O trabalho terá como “foco” a análise da situação do microcrédito do Pronaf e da compra antecipada de alimentos pela Conab. A análise realizada tem uma natureza participativa, envolvendo produtores e pessoas chave das comunidades estudadas durante todo o processo. Realizar-se-ão entrevistas nas comunidades, respeitando as normas culturais do meio e criando um ambiente de cooperação.

O objetivo do Pronaf é incrementar de forma sustentável a renda da população rural da região, com o aumento da produção e produtividade agropecuária e agroindustrial dos beneficiários, bem como obter um significativo melhoramento no abastecimento de serviços de infra-estrutura básica e social. Depois de numerosas ações executadas na área em estudo pelo Pronaf, propusemos uma investigação de análise de impactos para medir e analisar os resultados das ações executadas pelo programa na região. Resumindo, mediante

esta pesquisa pretendemos determinar como se estão desenvolvendo as mudanças e qual é sua intensidade no desenvolvimento agrosocioeconômico dos produtores e suas propriedades para, se necessário, oferecer sugestões que visem a contribuir para a melhoria da eficiência e da eficácia do programa.

3.2. Âmbito espacial do estudo

O estudo, objeto dessa pesquisa, foi realizado nas localidades denominadas Sítios Romão, Baraúnas e Cruz de Salinas na região de Rajada, Atalho, Lagoa dos Mendes, Baixa Fechada e Baixa Alegre na região do Caititu, conforme visualização no mapa de Petrolina (Figura 1). A pesquisa de campo foi realizada junto a 100 agricultores familiares com características produtivas semelhantes, no período de 2 a 30 de julho de 2007.

As propriedades apresentaram tamanhos que variam de 20,0 a 50,0 ha e os arranjos produtivos formados por cultivos de subsistência com a exploração de plantios de mandioca, milho, sorgo, feijão macassar e plantas forrageiras, sendo a ovino-caprinocultura a base de sustentação econômica e social dos agricultores familiares.

Essas unidades produtivas estão situadas na parte oeste do município, com distâncias variando entre 85 a 120 quilômetros da sede do município de Petrolina.

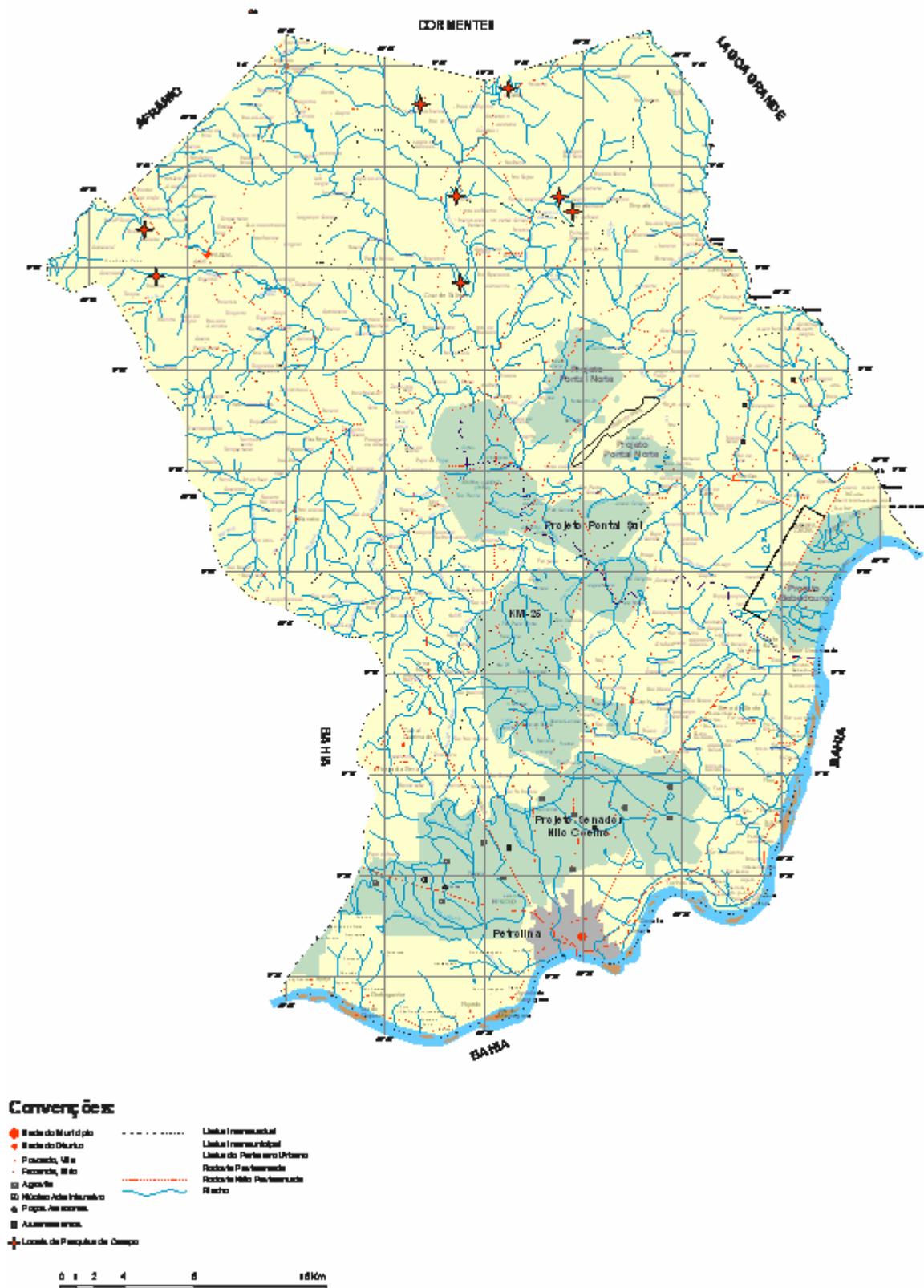


Figura 1 – Mapa do município de Petrolina com os locais da pesquisa de campo

3.3. Organização e desenvolvimento das etapas do trabalho

A busca de respostas para os objetivos enunciados anteriormente nos obrigou a organizar o trabalho a partir de etapas diferentes e complementares, começando pela revisão bibliográfica e a recompilação de informações e dados secundários, seguidas pela aplicação de técnicas qualitativas e quantitativas de recolhimento de informações em nível de campo. A primeira fase teve início no período em que cursamos as matérias oferecidas pelo Programa de Mestrado em Extensão Rural oferecidas pela Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Neste período, orientamos nosso trabalho para a temática de interesse, primeiro para a elaboração do projeto de dissertação e, em segundo lugar, para a elaboração definitiva de minha dissertação de mestrado.

Procurou-se e conferiu-se material bibliográfico principalmente acerca de temas que formam o eixo central de nosso trabalho de pesquisa. Trata-se, pois, de um marco teórico bastante amplo capaz de permitir de forma mais clara uma ordenação dos aspectos mais importantes que deveriam ser procurados ao nível de campo (empírico), por meio das técnicas qualitativas e quantitativas, bem como para a formação de uma base concreta a partir da qual se pudessem analisar mais criticamente as mudanças ocorridas na área e também apresentar algumas considerações finais com respeito à forma de atuar do programa na aplicação do microcrédito do Pronaf e da compra antecipada da produção pela Conab.

Para construir este marco teórico, fez-se necessário também uma revisão da bibliografia com respeito à agricultura familiar com ênfase em sua importância econômica a nível mundial e, em particular, o importante papel da agricultura familiar brasileira, suas potencialidades e limitações para se desenvolver. Para tal, procuramos fontes e recompilamos material bibliográfico de instituições governamentais e também estudamos documentos relacionados ao programa e suas diretrizes para a ação, além de relatórios de entidades públicas ou não, envolvidas com o programa. Depois de feita esta aproximação teórica e recolhidos os dados secundários considerados mais importantes para o trabalho, tratamos de preparar os instrumentos básicos para as entrevistas.

3.4. Aspectos gerais sobre a metodologia e as técnicas empregadas

O estudo proposto implica a necessidade de identificar as mudanças geradas nas comunidades e nas propriedades dos produtores. Para isso, pretendemos obter dos atores representativos as tendências percebidas por eles com respeito a estas mudanças para a melhora das condições de vida para toda a população de beneficiários nos aspectos sociais, econômicos, culturais e de organização. Assim mesmo, pensamos que, para analisar estas dinâmicas diferenciais, o mais adequado é realizar uma aproximação empírica mediante o emprego, tanto de técnicas quantitativas como qualitativas. Não obstante, antes de serem identificadas, faz-se necessário realizar algumas considerações a respeito das razões que nos levaram a tomar esta decisão.

A natureza desta investigação exige uma metodologia capaz de desenvolver a identificação dos aspectos mais importantes do trabalho, que permitam a realização de uma análise crítica dos resultados atingidos pelo Pronaf na região. Para isso, interessa conhecer também a opinião dos agricultores em relação a seus resultados. Portanto, nesta investigação, utilizou-se o pluralismo metodológico em que se articulam as “técnicas quantitativas” e as “técnicas qualitativas”, fazendo uso tanto de um enfoque metodológico empírico-matemático, como de um enfoque hermenêutico. Segundo Orti (1998), o pluralismo metodológico é o melhor procedimento de investigação a este respeito que cumpre o objetivo de abarcar melhor os fatos e discursos que ocorrem dentro do âmbito dos fenômenos sociais.

Para Cook e Reichardt, *apud* Reis (2005), este uso conjunto das duas metodologias diferentes, longe de dificultar ou empobrecer uma investigação, a potenciam, possibilitando o atendimento dos objetivos múltiplos que podem dar-se numa mesma investigação, vigorizando-se mutuamente e colocando pontos de vista e percepções que nenhum dos dois poderia oferecer por separado, constatando resultados possivelmente divergentes e obrigando a raciocínios mais próximos da realidade. Enfaticamente, Robert Faulkner advoga por uma obrigada combinação de ambas as metodologias. Mais incisivo ainda, W. Harrison não

duvida em sustentar que “um número grande de sinais indicam que a integração quantitativa – qualitativa é, não só possível, senão, inevitável”.

A inseparabilidade dos métodos de investigação e do âmbito de entendimento progressivamente mais amplo são forças que fazem inevitável esta integração de ambas as metodologias (RUIZ OLABUENAGA, 1996). Neste contexto metodológico, as técnicas de investigação que nos parecem mais adequadas para atingir os objetivos propostos são: a enquete com a aplicação de questionários, a entrevista qualitativa e a observação direta. Com a enquete, pretendemos obter medições quantitativas de uma grande variedade de características objetivas e subjetivas da população e, ademais, estudar uma gama de temas e recuperar informações sobre fatos passados do entrevistado (GARCÍA FERRANDO, 1992).

A entrevista semi-estruturada é uma técnica personalizada que permite a coleta de informação, em que o informante expressa ou compartilha oralmente e por meio de uma relação interpessoal com o pesquisador seu saber; opiniões, crenças, sentimentos, pontos de vista e atitudes a respeito de um tema ou fato. A entrevista fundamentalmente qualitativa permite maior liberdade de expressão, que supõe que se possa compreender mais os pontos de vista do sujeito, atitudes, sentimentos, idéias etc. Na entrevista qualitativa, o objeto de estudo se converte num sujeito livre ao que se concede a palavra (ORTI, 1998).

A função metodológica básica desta forma livre de entrevista no contexto de uma investigação sociológica se limita “à reprodução do discurso motivacional (consciente ou inconsciente) de uma personalidade típica, numa situação social bem definida” (ORTI, 1998), como é também o caso deste objeto de estudo. Nesta investigação, utilizamos a entrevista aberta, já que resulta evidente que a máxima interação pessoal possível entre o “sujeito pesquisado” e o “sujeito pesquisador” se produz – em princípio – na chamada entrevista aberta (ORTI, 1998). Por último, com a intenção de obter informações a partir das percepções dos agricultores sobre estes temas, também empregamos a técnica da observação direta.

Admitindo a complexidade da realidade estudada e o fato de que a verdade absoluta é inatingível, procuramos misturar e adequar os métodos e as técnicas de investigação com o fim de conseguir o máximo de confiabilidade e de validade. Assim, nos associamos àqueles que crêem que é falsa a oposição entre técnicas qualitativas e quantitativas e entendemos que a utilização de uma ou outra, ou de ambas, depende da natureza da pesquisa. Não existe lógica alguma que demande um compromisso unilateral com um método de investigação em particular. A investigação qualitativa valoriza as perspectivas dos pesquisados sobre seus mundos e procura descobrir essas perspectivas, requer a imersão do pesquisador na vida cotidiana de seu objeto de estudo, visualiza a investigação como um processo interativo entre o pesquisador e o pesquisado, sendo principalmente descritiva, dependendo de palavras e do comportamento das pessoas como fonte de dados primários (MARSHALL; ROSSMAN, 1989, citado por REYES, 2002).

A metodologia quantitativa pode fornecer afirmações mais exatas sobre o grau de relação entre diversas variáveis, medidas precisas dos fenômenos que se prestam eles mesmos à quantificação, e pode fornecer bases de dados mais amplos para a generalização. Assim, o método quantitativo aborda uma determinada realidade desde o ponto de vista estatístico ou matemático cujos resultados podem permitir a inferência a todo o universo e em general são muito potentes em termos de validade externa (RUIZ OLABUENAGA, 1996).

3.5. Sobre as técnicas empregadas no trabalho

Com frequência se visualizam e conceitualizam os termos “métodos de investigação” e “técnicas de investigação” como sinônimos, fato este por demais incorreto, já que um método é um conceito que designa a adequação entre a atividade de pesquisar e as bases teóricas que sustentam a investigação, enquanto uma técnica de investigação é a ferramenta necessária para recolher informação ou processá-la. Levando em conta todos esses aspectos, em nosso trabalho de pesquisa optamos por aplicar as seguintes técnicas qualitativas: a entrevista

aberta e a observação direta junto ao participante, enquanto entre as técnicas quantitativas optamos pela enquete baseada em questionários de Taberner Guasp (2002). Os questionários da enquete foram aplicados a amostras aleatórias e as entrevistas a sujeitos-chaves envolvidos na realidade estudada como descreveremos a seguir.

Para tanto, foi selecionada uma mostra de produtores, aos quais foi aplicado um questionário, com perguntas tanto abertas como fechadas, visando a responder aos objetivos propostos pelo trabalho. Para a realização deste trabalho de pesquisa, que objetiva analisar os impactos gerados pelo Pronaf na região, foi aplicado o questionário aos produtores da região em estudo. No questionário constam indagações referentes a todas as ações realizadas pelo programa na região. A pesquisa utilizou, além do questionário, um roteiro complementar de perguntas, tratando de avaliar os impactos do programa como um todo. Foram contempladas pessoas entre comerciantes, produtores, mulheres, professores, dirigentes de associações de produtores e outras pessoas residentes na área em estudo. O roteiro envolveu questões sobre financiamento da produção, benefícios de infra-estrutura implantada, impactos sobre o meio ambiente, organização de produtores, gênero e outras.

Quando definimos quais iam ser as técnicas que seriam utilizadas nesta pesquisa, entendemos que as informações obtidas pelos dados secundários encontrados nos documentos conferidos e no resultado dos questionários aplicados seriam complementados por informações coletadas mediante entrevistas com atores relevantes, de maneira que, antes de ir ao campo, preparamos um roteiro básico dos temas que deveriam ser abordados nas entrevistas. Nesta investigação, adotamos os procedimentos relativos à técnica da entrevista “aberta”, por ser uma técnica que se apresenta útil para obter informações de caráter pragmático, pois queríamos identificar aspectos do pensamento social dominante no âmbito do problema proposto (ORTI, 1998).

Para a realização das entrevistas, a seleção segue a orientação apresentada por Thiollent, que assegura a possibilidade da eleição “de um pequeno número de pessoas escolhidas intencionalmente em função da

relevância que elas apresentam com respeito a um determinado assunto” (THIOLLENT, 1986). Estas entrevistas foram realizadas durante o período de permanência na área em estudo.

O local para a realização das entrevistas foi geralmente determinado pelos próprios entrevistados (casa de moradia, local de trabalho, escolas, associações, propriedades rurais etc.), evitando-se, desta forma, qualquer constrangimento originado pela natureza do local onde se realizassem as entrevistas. Adotamos o procedimento de colocar para os entrevistados as questões estabelecidas em nosso roteiro para que eles discorressem livremente, enquanto tomávamos notas dos pontos de maior interesse para nosso trabalho. Com o consentimento dos entrevistados, gravamos todas as entrevistas, que tinham duração aproximada de uma hora.

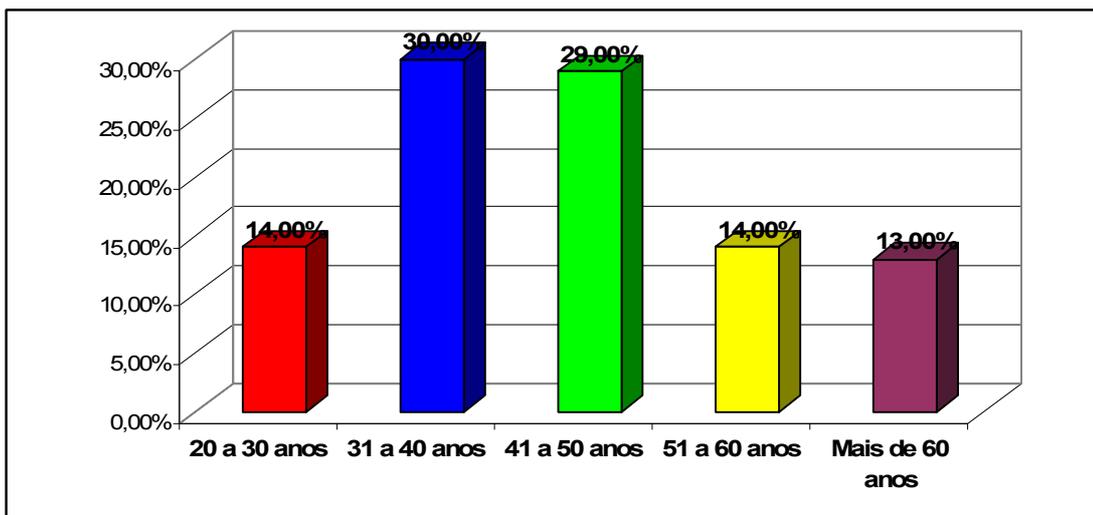
Ao transcrever as entrevistas das fitas, procuramos reproduzir com a máxima fidelidade as percepções dos entrevistados sobre os temas apresentados. Assim, tentamos seguir a recomendação de entender a entrevista “como um processo comunicativo pelo qual um pesquisador extrai uma informação de uma pessoa – o informante”, informação esta “que se acha contida na biografia deste interlocutor”. Deste modo, a informação obtida representa algo que foi “experimentado e absorvido pelo entrevistado e que será proporcionada como uma orientação e interpretação significativa da experiência do entrevistado” (ENRIQUE ALONSO, 1995, citado por CAPORAL, 1998).

4. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A PESQUISA

4.1. Delineamento do perfil das famílias entrevistadas

A amostra pesquisada constitui-se de 100 famílias de produtores rurais da área de sequeiro do município de Petrolina, conforme metodologia preestabelecida e já apresentada no Capítulo 4. O perfil etário dos produtores entrevistados revela a seguinte composição percentual: 14% ocupam a faixa de 20 a 30 anos; 30%, a faixa de 31 a 40 anos; 29%, de 41 a 50 anos; 14%, de 51 a 60 anos; e 13% acima de 60 anos (Figura 2).

A maioria dos produtores familiares, enquadrados na faixa etária de 20 a 30 anos com percentual de 14%, situa-se entre aqueles que deixaram as casas dos pais para constituírem suas próprias famílias. O acesso às propriedades desses novos produtores se dá pela partilha dos imóveis rurais entre os próprios familiares. Com essa divisão, o tamanho das propriedades rurais vai diminuindo de área, dificultando o acesso às linhas normais de crédito agrícolas e, inclusive, ao próprio rendimento das atividades desenvolvidas na propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

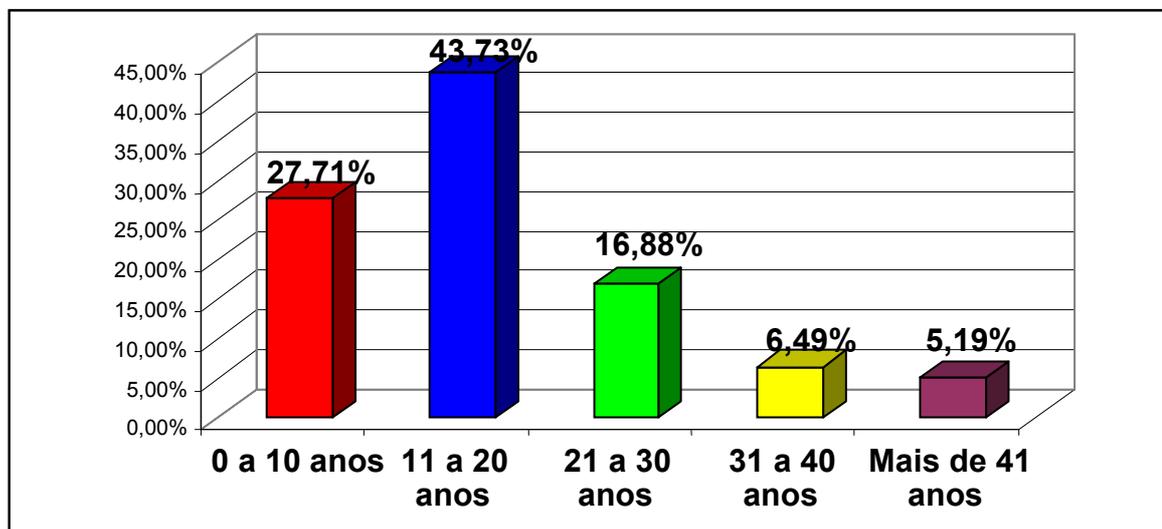
Figura 2 – Perfil etário dos produtores rurais entrevistados em áreas de sequeiro – Petrolina-PE, 2007

Dentre os produtores familiares que se situam na faixa etária de 61 a 70 anos, encontram-se aqueles cuja renda familiar é complementada pela aposentadoria rural. A composição da faixa etária, a predominante, encontra-se entre 31 a 50 anos, correspondendo a 59% dos agricultores familiares que compõem a amostra.

Essa faixa de produtores acima de 60 anos, em que se concentra a maioria dos aposentados na região, é considerada de suma importância, porque é da aposentadoria que sai o complemento da renda familiar principalmente nos anos de seca em que a produção agrícola é quase nula, é a aposentadoria que praticamente sustenta a família. Já na faixa etária de 31 a 59 anos, estão os produtores que representam a mão-de-obra ativa, responsáveis pela gestão das unidades agrícolas nas comunidades.

A análise da composição familiar revela que a média de pessoas por família pesquisada é de 2,31 membros, distribuídos por faixa etária da forma seguinte: 27,71% de 0 a 10 anos; 43,73% de 10 a 20 anos; 16,88% de 20 a 30 anos; 6,49% de 30 a 40 anos; e 5,19% acima de 40 anos. Observa-se que esses

valores são mais ou menos equivalentes em todas as comunidades estudadas e não fogem à composição familiar da região (Figura 3).



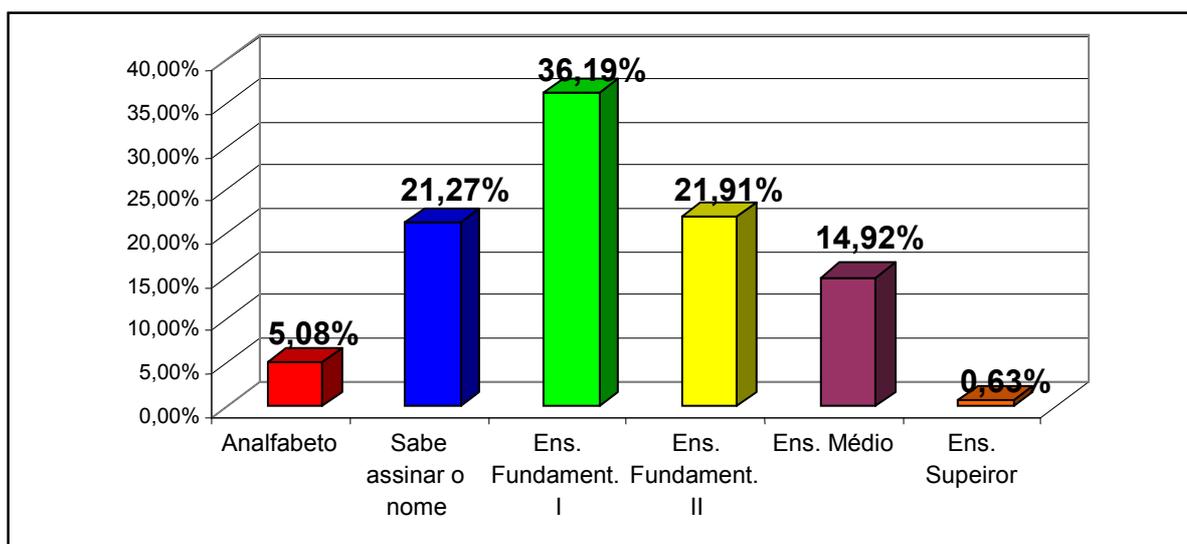
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 3 – Perfil etário das famílias de produtores entrevistados em áreas de sequeiro, Petrolina-PE, 2007.

O grupo é composto predominantemente por jovens, pois mais da metade dos membros dessas famílias (60,60%) se encontra na faixa etária entre 0 e 30 anos de idade e os outros 6,49% têm entre 30 a 40 anos. Somente 5,19% dos membros dessas famílias têm mais de 40 anos. É importante ressaltar que 100% dos membros das famílias entrevistadas habitam no domicílio. Essa predominância de jovens nas famílias é um dado positivo, pois eles representam a maior parcela da mão-de-obra ativa que executa as atividades das propriedades agrícolas.

O nível de escolaridade dos componentes das famílias mostra que somente 5,08% são analfabetos, um razoável percentual de pessoas que não tiveram acesso a nenhum tipo de instrução; e 21,27% são alfabetizados, não tendo chegado a concluir o ensino fundamental I. Constata-se ainda que 36,19% possuem o ensino fundamental I completo; 21,91% com ensino fundamental II

completo; e somente 14,92% e 0,63%, respectivamente, conseguiram concluir o segundo grau e o curso superior. Pode-se afirmar que o número de analfabetos nas comunidades estudadas pode ser considerado baixo em relação a outras regiões do nordeste, o que de certa forma favorece o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a transferência de tecnologias no campo (Figura 4).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 4 – Perfil educacional das famílias de produtores entrevistados em áreas de sequeiro, Petrolina-PE, 2007.

O resultado da pesquisa retrata a realidade da educação no município de Petrolina no que pode ser confirmado por Castro (1998, p. 7):

O panorama da educação brasileira apresentou significativa melhoria nas últimas décadas, com declínio acentuado da taxa de analfabetismo, expressivo aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino e gradual crescimento da escolaridade média da população. A constatação destes avanços, o entanto, não prescinde de uma análise crítica sobre os desafios educacionais que o País ainda precisa vencer para superar o déficit histórico acumulado nesta área (CASTRO, 1998, p. 7).

No entanto, de acordo com Castro (1998), se do ponto de vista quantitativo a expansão do sistema atingiu patamares bastante razoáveis,

inclusive em comparação aos padrões internacionais, o mesmo não pode ser dito frente aos indicadores de qualidade e equidade. No tocante a estes aspectos, a situação atual da educação nacional ainda deixa muito a desejar, apesar dos recentes esforços dos três níveis de governo para promover a melhoria do ensino e a correção das ineficiências e iniquidades do sistema. A eliminação do analfabetismo é obviamente o primeiro degrau a ser alcançado para a edificação de um sistema educacional integrador e indutor do desenvolvimento social e econômico. O que mantém o Brasil ainda distante desta meta é uma elevada taxa de analfabetismo, de 14,7% entre a população de 15 anos ou mais, o que representa em termos absolutos um expressivo contingente de 15,5 milhões de pessoas (CASTRO, 1998). Desse modo, os dados coletados mostram que a região pesquisada apresenta índices educacionais que superam a média nacional, facilitando a instalação de programas públicos que visam ao desenvolvimento local, por encontrar uma população com razoável nível de escolaridade quando comparada com outras regiões do estado.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais por grupos de idade, em 2003

Brasil	Nordeste	Pernambuco	Petrolina
13,63	23,2	24,5	17,7

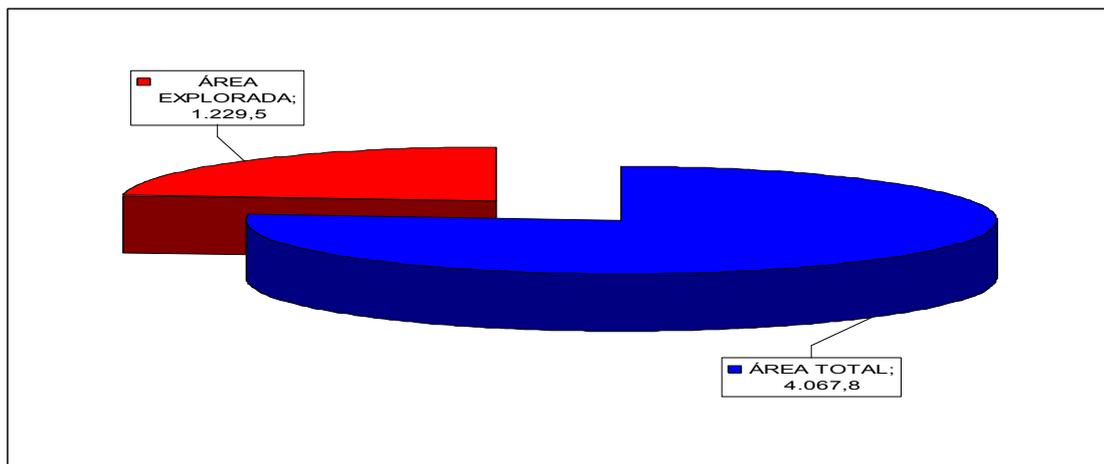
Fonte: IBGE (2003).

Assim, com relação à totalidade do município de Petrolina, observa-se, pelos números apresentados na Tabela 2, que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com idade de 15 anos ou mais está bem abaixo dos índices apresentados pela região Nordeste e pelo estado de Pernambuco, em particular. Essa situação

coloca o município de Petrolina em posição de destaque, além de ser um dado importante e facilitador para a implementação de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a capacitação de produtores rurais, com a introdução de novas tecnologias pelo Programa de Crédito Rural do Pronaf.

4.2. Unidades familiares analisadas

A área total do conjunto de unidades produtivas pesquisado é de 4.067,8 hectares, com 1.229,5 hectares efetivamente desmatados e utilizados em cultivos agropecuários, representando 30,22% da área total (Figura 5).



Fonte: Pesquisa de campo. Petrolina, 2007.

Figura 5 – Área total e área explorada das propriedades rurais pesquisadas, em ha, Petrolina-PE, 2007.

O tamanho das propriedades, objeto da pesquisa, indica que os agricultores familiares possuem imóveis rurais com área média de 40,31 hectares, ficando um pouco abaixo do módulo fiscal da região, dimensionado em 55 hectares. Ou seja, são agricultores potencialmente beneficiários dos programas de reforma agrária, uma vez que as atuais políticas de acesso a terra

tomam o módulo rural como medida mínima para garantir a subsistência de uma família.

Na prática, o conceito de módulo rural gerou um conceito tributário denominado de módulo fiscal. A dimensão do módulo fiscal passou a ser calculada em função da área média dos municípios brasileiros, que varia dependendo da ocupação histórica e das características da agropecuária local. Por exemplo, o módulo fiscal médio para as regiões agrícolas de São Paulo e Paraná situa-se entre 10 a 20 hectares, enquanto em Mato Grosso ou Goiás atinge 50 a 100 hectares (XICO GRAZIANO, 2007).

Abramovay, em seu trabalho intitulado Agricultura familiar e uso do solo, faz a seguinte citação:

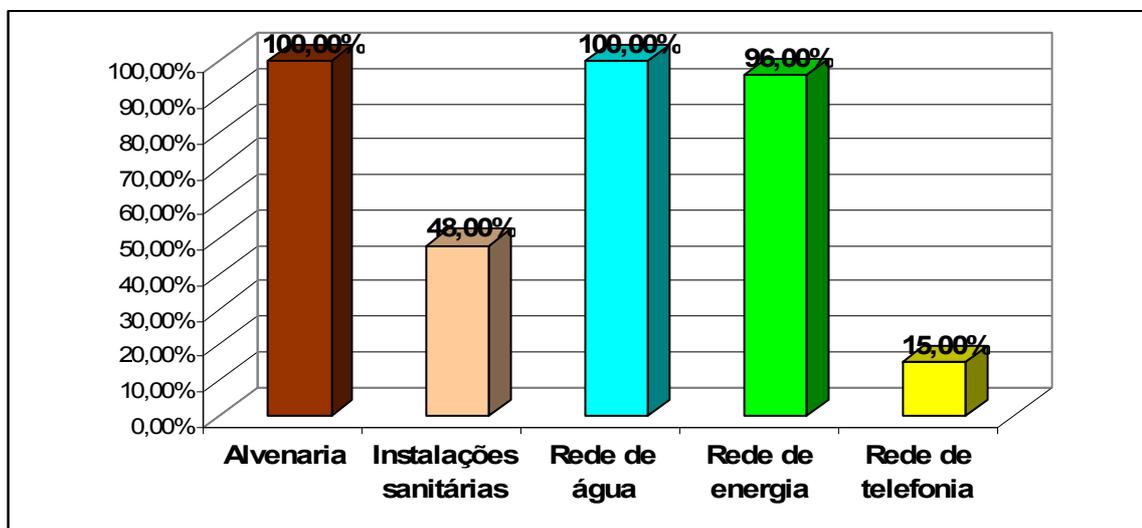
É quase clássica a asserção segundo a qual os menores imóveis representam a maior parte dos informantes, ocupando a menor parte da área, mas contribuindo com uma produção por área muito superior à dos maiores imóveis e absorvendo muito mais trabalho que estes últimos (ABRAMOVAY, 1997, p. 6).

O trabalho da FAO publicado em 1995 e retomado em grande parte nos documentos que deram origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, corrobora esta tendência internacional mostrando – sobre a base de uma amostra do que seriam estabelecimentos patronais (estabelecimentos entre 500 e 10.000 hectares), por um lado e familiares (estabelecimentos entre 20 a 100 hectares) por outro – que o segmento intensifica mais o uso do solo que o patronal, e as lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar e cinco vezes mais importantes quando se trata de lavouras permanentes; o segmento familiar tem o maior peso na produção de pequenos animais; o segmento familiar, embora usando área muito menor, supera o patronal em 15 vezes importantes produtos agropecuários; e os rendimentos físicos da agricultura familiar são superiores aos da patronal em mais da metade de suas atividades” (ABRAMOVAY, 1997).

Diante do quadro apresentado pela amostra da pesquisa, constata-se que a agricultura familiar praticada pelos agricultores familiares do município de Petrolina não está longe da realidade apresentada nos argumentos de Abramovay acima citados, pois, em condições edafoclimáticas regulares, os índices de

produção e produtividade podem chegar a quantidades consideradas satisfatórias com as tecnologias preconizadas pela Embrapa, disponíveis para utilização pelos produtores familiares na cadeia produtiva. Com a disponibilização do crédito do Pronaf, viabilizando o emprego dessas tecnologias geradas pela Embrapa, a produção agrícola gerará excedentes para o mercado que se reverterão em melhoria de qualidade de vida da família do agricultor e ainda poderão ser investidos na melhoria da estrutura da propriedade.

No que se refere ao acesso à infra-estrutura de moradia, do conjunto das famílias entrevistadas, 100% moram em casas de alvenaria e têm acesso à água para consumo, mas apenas 48% possuem banheiros domésticos, conforme se pode observar pela Figura 6. Ainda com relação à infra-estrutura residencial, acrescente-se que 96% das moradias possuem energia elétrica e 15% dispõem de serviços de telefonia, percentuais melhores do que os da maioria das áreas rurais de Pernambuco e do restante da região Nordeste.



Fonte: Pesquisa de campo. Petrolina, 2007.

Figura 6 – Infra-estrutura das residências das famílias entrevistadas, Petrolina-PE, 2007.

No decorrer da pesquisa de campo, constatou-se também que a totalidade dos produtores entrevistados são os efetivos proprietários dos imóveis onde

vivem e possuem a documentação comprobatória. Além disso, provavelmente como reflexo da história atuação da Contag e seus sindicatos na região Nordeste e dos avanços no processo de organização social promovidos pela criação do Pronaf e sua vinculação com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), o percentual de produtores entrevistados que participam de associações e do Sindicato é da ordem de 91%.

Com relação à composição da renda familiar dos agricultores familiares entrevistados, verificou-se, adicionalmente, que as estratégias de reprodução mesclam atividades agrícolas no estabelecimento familiar com inserções no mercado de trabalho e recebimento de benefícios previdenciários, seguro safra e bolsa família. Nesse equacionamento, o autoconsumo familiar (produtivo e humano) cumpre um papel especial, sobretudo nas fases de baixa dos rendimentos financeiros oriundos da comercialização dos produtos da unidade da agricultura familiar.

De acordo com Cabo e Sabóia (2004), as condições socioeconômicas e a composição da força de trabalho nas famílias rurais no Brasil podem ser assim descritas:

O rendimento familiar per capita define as possibilidades de utilização dos bens e serviços necessários à manutenção da unidade familiar e se configura um importante indicador para compreender as formas de reprodução e organização das famílias. A distribuição das famílias por classe de rendimento mensal familiar *per capita* medidos em salários mínimos revelou que 43,2% dos familiares rurais viviam com até meio salário mínimo per capita, em contraste com as áreas urbanas onde essa proporção era de 17,6% (CABO; SABÓIA, 2004, p. 8).

Se considerarmos os tipos de composição familiar no meio rural, mais da metade dos arranjos do tipo “casal com filhos” apresenta rendimento de até meio salário mínimo *per capita*. Já nas áreas urbanas, foi a configuração “mulher responsável com filhos sem cônjuge” que apresentou a maior participação de famílias com o referido rendimento *per capita*. De forma geral, o valor do rendimento nominal médio mensal familiar para as áreas urbanas foi 2,5 vezes maior que o encontrado nas áreas rurais. Não se deve deixar de mencionar que embora seja reconhecida a posição desfavorável dessas áreas em relação às urbanas no que concerne à cobertura de serviços públicos e índices de

desenvolvimento socioeconômicos, a composição dos rendimentos rurais pode envolver parcela significativa de rendimentos não-monetários (como no caso de famílias que produzem para autoconsumo) que podem minimizar a desigualdade urbano-rural entre os rendimentos. “No entanto, esse fator não se configura em realidade para a grande parte das famílias rurais, principalmente se considerarmos o forte processo de urbanização e diversificação do mercado de trabalho nessas áreas em direção às atividades não agrícolas” (CABO; SABÓIA, 2004, p. 8).

A questão da posse da terra revela que 100% dos entrevistados detêm a propriedade da terra de maneira formal e legal, residem no imóvel e ainda apresentam um grau elevado de participação em entidades de classe, associações e sindicatos, uma taxa que totaliza 91% da amostragem de campo. Esse dado é importante, pois a posse legal da terra é fator preponderante para que os produtores possam participar de qualquer programa de crédito rural agrícola.

Conforme demonstra a Figura 6, os 100 agricultores familiares entrevistados no município de Petrolina, que participaram da pesquisa, informaram possuir a titulação dos imóveis. Pode-se observar que o cuidado com os registros das propriedades se deve ao fato de que um dos pré-requisitos para se participar de uma das Políticas Públicas do Governo Federal que é o Fundo Seguro Safra, instituído pela Lei n.º 10.420, de 10 de abril de 2002, é, fundamentalmente, possuir o título da terra e estar rigorosamente em dia com as obrigações pecuniárias junto ao Incra, órgão responsável pela regularização e liberação dos títulos das terras.

Observa-se também que um dos fatores limitantes para que os agricultores familiares tenham acesso ao crédito está relacionado à propriedade da terra, tendo em vista que a própria Constituição Brasileira impõe o uso dos bens desses agricultores como garantias de empréstimos no mercado financeiro. Daí o cuidado que os agricultores familiares objeto da amostragem tiveram com o resgate da titulação dos seus imóveis rurais.

O município de Petrolina nas duas últimas décadas tem experimentado grande avanço com relação às entidades civis e classistas, principalmente a

organização dos pequenos produtores em entidades associativistas. Conforme consta da amostra na Figura 6, 91% dos agricultores familiares participam de entidades de classe, sejam associações de produtores e, ou, sindicatos de trabalhadores rurais, cujos objetivos constam de um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Todas as ações associativas visam à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Nesse aspecto, podemos afirmar como relevante a participação dos produtores em associações, sindicatos etc., pois, por meio dessa vinculação, os produtores se acham mais fortalecidos para reivindicar ações de melhorias para suas unidades produtivas e suas comunidades.

Essa questão de intermediação e representação de interesses na sociedade civil tem sido amplamente discutida. Evidentemente, nem todos os atores têm o mesmo poder na sociedade, nem desempenham as mesmas funções. As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural, mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação.

Os estudos do NEPPS/UFPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais) sobre essas associações, no estado (1994; 1996) têm evidenciado sua heterogeneidade, seja em relação aos objetivos – o projeto – seja no que concerne às formas de encaminhamento das demandas – a prática, em sentido estrito. São diferenciações que advêm, certamente, das próprias características do meio em que se inserem das relações de poder que influem, sem dúvida alguma, na sua eficácia política e ideológica, expressa nas mudanças ou não na esfera do trabalho (COSTA; RIBEIRO, 1999).

Ainda segundo Costa e Ribeiro (1999), a atenção especial tem sido dispensada às associações pela sua capacidade de captar e veicular demandas sociais de diferentes segmentos, em diversas situações, admitindo-se que, de acordo com o engajamento desses mediadores sociais, os “associados” têm

assegurado ou não o encaminhamento de suas reivindicações, com possibilidade de fortalecer sua ação política.

Dirige-se, assim, a atenção para as associações com um lócus, onde se dão oportunidades específicas de participação aos pequenos produtores, com a expectativa de que venham a atuar como grupo de pressão frente à burocracia estatal. Com a criação dos conselhos de desenvolvimento rural, procura-se ultrapassar a estrutura corporativa de representação dos interesses da categoria de pequenos produtores, permite-se que os trabalhadores e produtores se articulem pela via das associações, assim como os sindicatos, atribuindo novas características aos processos de negociação das demandas sociais, no CMDR, no qual a participação aparece como estratégia de superação da pobreza política, como afirma Guimarães (1990, citado por COSTA; RIBEIRO, 1999).

As novas formas de articulação e intermediação de interesses instituídos no campo via políticas governamentais têm como principal característica a intermediação de interesse da pequena produção. Nesse sentido, as associações, assim como os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais se constituem atores da sociedade civil que operam principalmente como recurso de ressonância pública, viabilizando a tematização de situações, interesses e exigências, emergentes do nível das relações cotidianas, visando à sua transposição do “mundo da vida” para o plano público e constituindo um contraponto fundamental dos interesses particularistas levados ao sistema político (COSTA; RIBEIRO, 1999).

Conforme afirma Francisco Oliveira, citado por Costa e Ribeiro (1999), a principal função das associações é negociar com o governo. Tais entidades apresentam-se, portanto, como “sistema paralelo, parapolítico, que aglutina mais que os partidos políticos, partir das quais se estrutura a ação política” (OLIVEIRA, 1990, p. 55). Para isso, importa certamente uma convivência mais ativa e igualitária dos associados na própria organização. Importam igualmente sua capacitação e formação democrática. A importância de pensar no “outro”, no âmbito dessas entidades, articula-se com as trajetórias de atuação do grupo, com as diferenças e valores que configuram seu cotidiano.

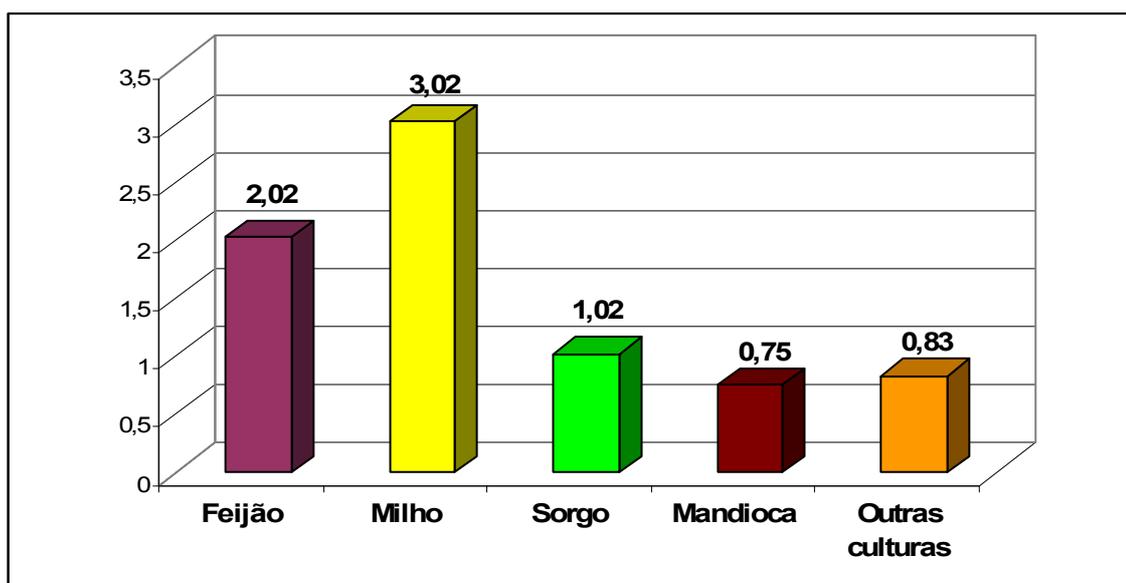
Nem todos os atores têm o mesmo poder na sociedade, mas não há dúvida de que todos têm implicações sociopolíticas à medida que afetam as posições relativas dos grupos sociais. Particularizando, as associações de pequenos produtores rurais, verificamos que, para os trabalhadores elas podem significar um acesso maior aos bens e serviços; para os grandes proprietários e para os dirigentes, essas associações podem significar uma ameaça, seja pela introdução de novos intermediários políticos no meio rural ou mesmo pelas suas bandeiras de luta e meios de mobilização. Na verdade, a associação traz embutida na sua prática a idéia de representação de interesses socioeconômicos dos pequenos produtores e isso ainda é uma situação inédita no meio rural, ainda marcado pelas relações clientelistas (COSTA; RIBEIRO, 1999).

O modelo associativo induzido pelo estado resulta em organizações com duplo objetivo: prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores da localidade e repasse de recursos oficiais. “Com variações de uma para outra, suas ações se orientam, assim, para os serviços de educação, saúde e para a mobilização da base produtiva” (COSTA; RIBEIRO, 1999).

Observa-se ainda que as associações de pequenos produtores no município de Petrolina nem sempre apresentam meio de sobrevivência sem a intervenção do estado, pois, além de serem constituídas de cima para baixo, seus dirigentes parecem despreparados para mover ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dos associados.

4.3. Delineamento da organização produtiva dos produtores rurais

A área média cultivada das culturas tradicionais da amostra pesquisada apresenta uma predominância do milho (3,02 ha.), seguido do feijão de corda (2,02 ha), sorgo (1,02 ha), mandioca (0,75 ha) e outras (0.83 ha) (Figura 7).



Fonte: Pesquisa de campo (Petrolina, 2007).

Figura 7 – Área média de culturas plantadas pelos produtores pesquisados, em ha, Petrolina-PE, 2007.

Tradicionalmente, a região de sequeiro do município de Petrolina apresenta uma economia gerada pela exploração de culturas anuais, consideradas de subsistência, sendo o feijão vigna, milho, sorgo e mandioca, os principais componentes dos arranjos produtivos locais. Os agricultores familiares, amparados na caprino-ovicultura, complementam as ações de trabalho nas suas unidades produtivas, sendo o caprino a principal fonte de renda nos períodos críticos de seca. Além desses arranjos produtivos, os agricultores familiares exploram outros cultivos como: palma forrageira e capim para servir de suporte alimentar dos animais e ainda, em alguns casos, pequenas glebas da cultura da mamona.

O município possui aproximadamente 4.000 propriedades rurais localizadas na região de sequeiro, cuja população depende exclusivamente da agricultura e da pecuária para sua sobrevivência e que, segundo um diagnóstico realizado pela Embrapa Semi-Árido, essas propriedades apresentam um nível de desenvolvimento insignificante quando se toma como referência a qualidade de

vida dos produtores e a participação do setor agropecuário na economia da região.

Dentre as razões apontadas para esse insucesso, destaca-se a prática de uma agricultura de alto risco, a exemplo do cultivo do milho e feijão, em função da instabilidade das chuvas, bem como da variação de preços. Porém, não se descarta a possibilidade desses cultivos para o efeito de consumo, sem, contudo, prevalecer o caráter de comercialização nas perspectivas de sustentabilidade das propriedades rurais. Por outro lado, o quadro de dificuldades acentua-se com a previsão de longas estiagens, com a falta de conhecimento por parte dos produtores para a convivência com o ecossistema semi-árido, a não observação da heterogeneidade do meio ambiente e sua capacidade de respostas, bem como o potencial de mobilização das comunidades.

Dessa forma, o quadro da situação das áreas de sequeiro é inconsistente. Daí, a necessidade de definir políticas públicas em todos os níveis, no sentido de que os produtores possam adotar abordagens auto-suficientes e contínuas para tornarem seus estabelecimentos rurais unidades de produção agrícolas sustentáveis, quer do ponto de vista ambiental, quer do econômico e social.

A superação desse cenário, com certeza, é o desenvolvimento da pecuária de pequeno porte e da avicultura, associadas a um conjunto de culturas apropriadas, já identificadas pelos organismos de pesquisa agropecuária da região, a exemplo da Embrapa Semi-Árido.

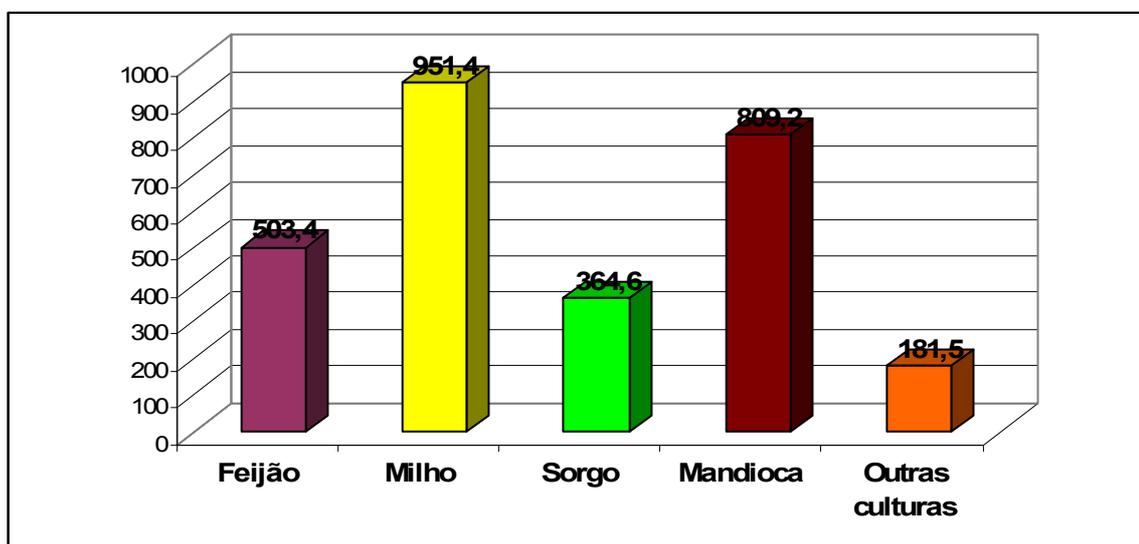
As áreas de sequeiro têm muito a oferecer em termos de recursos naturais, flora e fauna, podendo sua população obter ganhos significativos, se for orientada para isso.

Elas têm que ser tratadas por meio de respostas que contemplem a multiplicidade e as potencialidades de condições encontradas e que, na medida do possível, façam uso de tecnologias apropriadas, na expectativa de transformar essa região, tornando-a “economicamente viável” e “ecologicamente equilibrada” (SECDUR, 2002).

Segundo Teixeira et al. (2006), pode-se afirmar que não existe uma fórmula específica para criação ou desenvolvimento de APLs, pois há aspectos

característicos para cada tipo de arranjo que variam de acordo com a região na qual os agentes destes arranjos estão envolvidos, ou seja, as diferenças são inerentes à dinâmica interna de cada um deles, entretanto, é pertinente dizer da existência de traços comuns entre eles. Amaral Filho (2002) afirma que em todos os casos exitosos de organização coletiva de MPMEs, verificou-se a presença de quatro elementos estruturantes comuns que se apresentaram também de maneira articulada. Estes elementos, de acordo com o mesmo autor, referem-se ao capital social, estratégias coletivas de organização da produção, estratégias coletivas de mercado e articulação político-institucional.

A produtividade média das culturas cultivadas nas áreas pesquisadas é a seguinte: milho (0,95 t/ha); mandioca (0,80 t/ha); feijão de corda (0,5 t/ha); e sorgo (0,35 t/ha). Os baixos índices de produtividade apresentados pelas culturas do feijão vigna, milho, sorgo e mandioca retratam as condições dessas culturas, com perdas substanciais por ocasião do ano agrícola em que foi elaborada a pesquisa de campo (Figura 8).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 8 – Produtividade média obtida pelos produtores entrevistados, em kg/ha, Petrolina-PE, 2007.

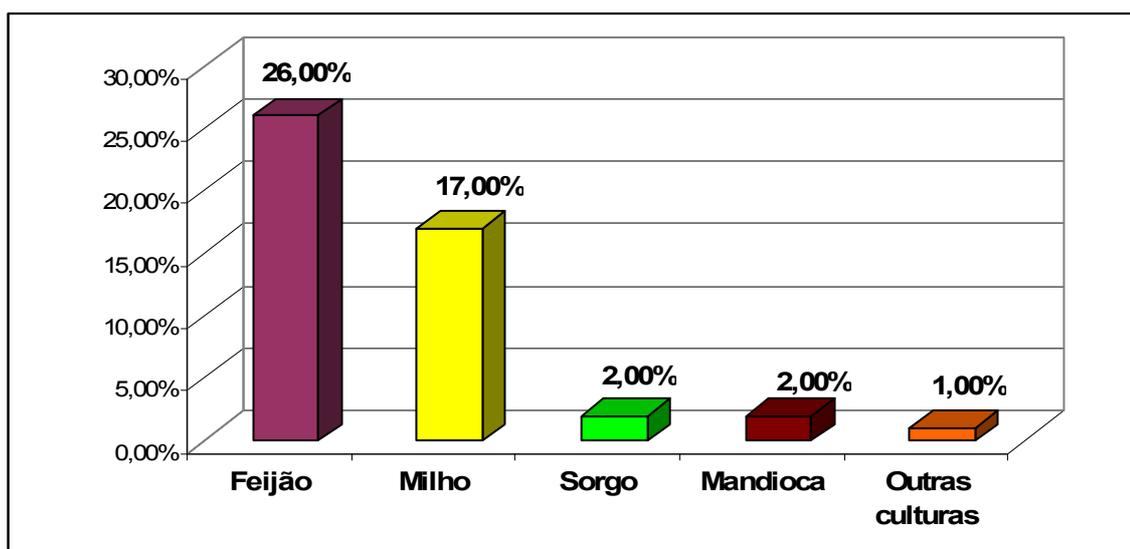
Esses índices estão muito abaixo dos níveis de produtividade preconizados pela Embrapa Semi-Árido, que são apresentados adiante. Um dos fatores que vêm provocando essa drástica redução é o comportamento climático adverso, com estiagens prolongadas, afetando diretamente o desenvolvimento das culturas, comprometendo o ciclo cultural. Segundo a Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagri-Ce), no relatório Informações Agrícolas, a Agricultura na Economia do Ceará (2004, p. 10-11) mostrou uma expectativa de colheita de milho de 648.050 hectares, em 2004, cuja produção representa 64% do total esperado de grãos, mas esta área é 8,4% inferior aos 707.891 hectares colhidos em 2003. O rendimento agrícola esperado de milho é de 917 kg/ha, em 2004, sendo 12,9% inferior a 1.053 kg/ha de 2003. A área de plantio de feijão, de 571.558 ha em 2004 é 4,6% inferior à de 599.086 ha colhida em 2003, havendo uma expectativa de aumento no rendimento agrícola de 34,4%, passando de 348 kg/ha em 2003, para 468 kg/ha em 2004. Portanto, pode-se observar que a esperança de aumentar a produção de grãos está na expectativa de ocorrerem ganhos na produtividade agrícola, principalmente em função da regularização climática.

Segundo a Embrapa (2006, p. 118-119), sistemas melhorados foram também desenvolvidos para feijão-caupi ou feijão-de-corda, para o milho e para a mandioca, três dos mais tradicionais produtos da agricultura do semi-árido, cultivados em, praticamente, todos os estados nordestinos. O sistema melhorado de produção de feijão-caupi que a Embrapa Meio-Norte desenvolveu se baseia em novas variedades, BR-14 'Mulato' e BR-17 'Gurguéia', que aliam alta produtividade (1.500 kg de grãos por hectare, contra 500 das variedades tradicionais) e tolerância à seca. No caso do milho, a Embrapa Tabuleiros Costeiros, localizada em Aracaju, SE, em parceria com a Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, MG, desenvolveu variedades superprecoces Assum Preto, Caatingueiro e Sertaneja. A primeira delas, por exemplo, apresenta um ciclo de apenas 100 dias e contém níveis dos aminoácidos lisina e triptofano 50% superiores aos das variedades convencionais. Para a mandioca, cultivada por pequenos agricultores para consumo familiar e alimentação animal, com

comercialização de excedentes de baixa qualidade, a Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, que fica em Cruz das Almas, BA, disponibilizou um sistema tecnológico de baixo custo que permite a elevação da produtividade média das atuais 8-10 t para seu nível potencial acima de 20 t de raízes por hectare. A validação desse sistema representa um avanço expressivo para o segmento, considerando-se que o País é o segundo produtor mundial de mandioca e que quase metade de sua área se situa na região Nordeste, cultivada basicamente por agricultores familiares.

Vale ressaltar que não só fatores edafoclimáticos podem ser a causa das frustrações de safras experimentadas pelos agricultores familiares do município de Petrolina. Observa-se também que, ao longo de alguns anos, políticas públicas como a assistência técnica e extensão rural têm sido bastante tímidas, e isto se reflete em ações de impactos negativos, principalmente na organização da produção e nos efeitos econômicos e sociais dos produtores e suas famílias.

Há evidências de que a organização produtiva dos agricultores familiares do município de Petrolina tem se caracterizado por um gradual declínio da produção que, no final do ciclo, continua sem alternativas e sem perspectivas de melhoria de vida. Apesar disso, a agricultura familiar não deve ser apenas observada pela órbita da pequena produção e da dependência, outros aspectos devem ser levados em consideração, tais como: a capacidade de gerar emprego, renda, produção de alimentos para consumo interno e externo e a redução do êxodo rural e dos conflitos sociais. Os entrevistados prestaram informações, percebendo-se seguintes percentuais de perdas por cultura: feijão macassar (26%), sorgo (2%), mandioca (2%), milho (17%) e outras culturas (1%) (Figura 9).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

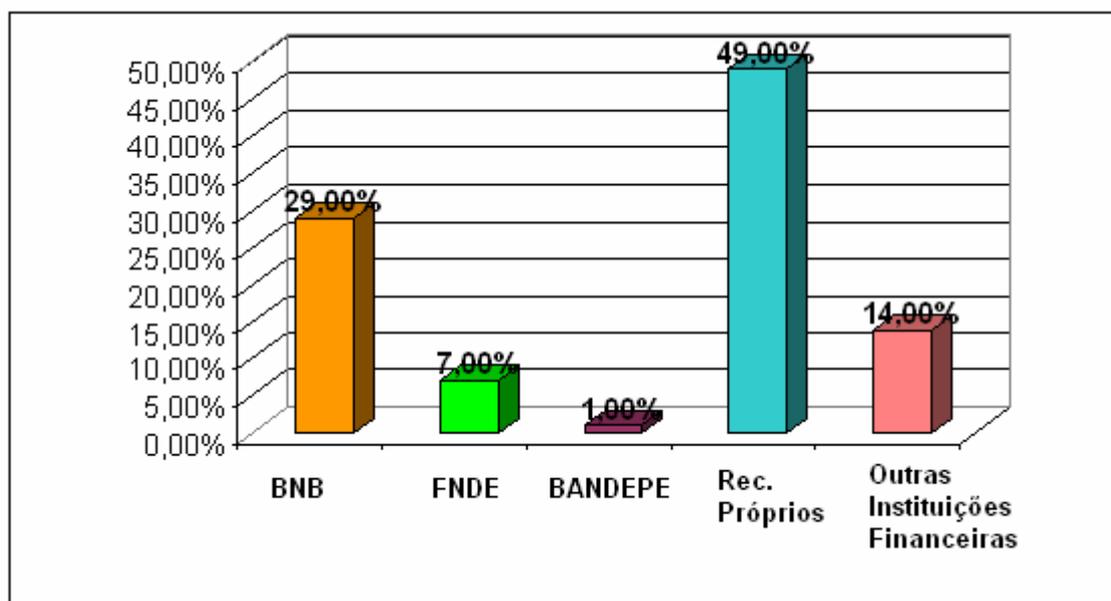
Figura 9 – Percentual médio das perdas sofridas pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007.

A cada ano, as prolongadas estiagens, ocasionadas durante o ciclo das culturas exploradas pelos agricultores familiares do município de Petrolina, têm contribuído para o declínio dos níveis de produção e produtividades das lavouras exploradas no Semi-Árido Nordestino. Além dessas intempéries, a assistência técnica prestada a esse público tem sido bastante tímida, visto que, depois do desmonte da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 1990, houve um vácuo com relação às políticas públicas que disciplinam as ações de assistência técnica aos agricultores familiares, tendo em vista que o sistema de assistência técnica do Estado foi praticamente desativado com a extinção da Emater-PE. Convém ressaltar que, nos últimos quatro anos, o Sistema de Extensão Rural do Estado de Pernambuco, incorporado pelo IPA (Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária), vem desenvolvendo essas ações, carecendo no nosso entendimento de maior intervenção do Estado.

Observa-se que as ações dessa política pública precisam ser ampliadas para melhor acompanhamento dos agricultores familiares no que concerne à organização da cadeia produtiva das culturas e criações exploradas nas suas

unidades de produção, na organização associativista e na forma mais eficiente da comercialização da produção.

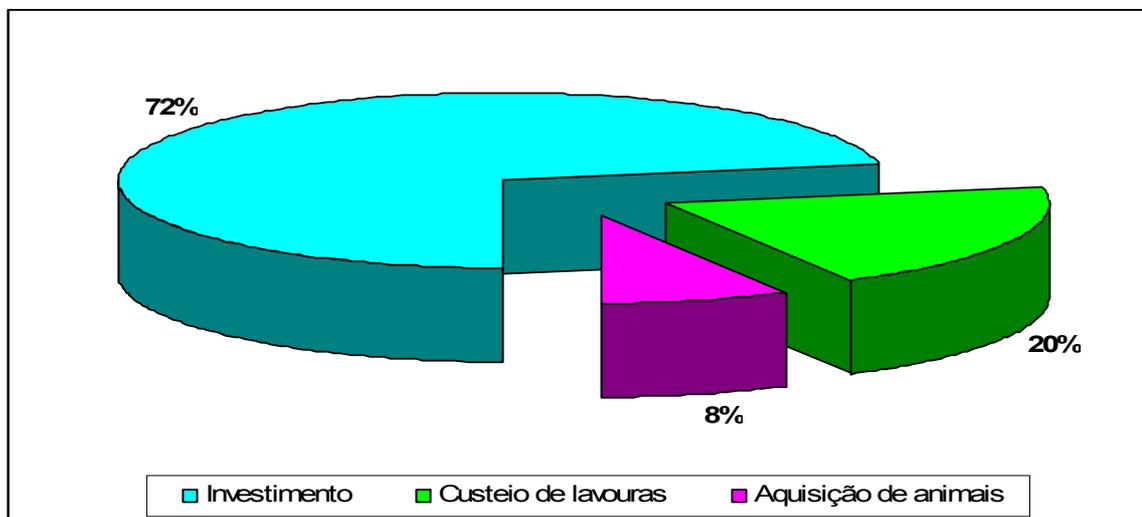
A pesquisa de campo demonstra que, dos 100 produtores familiares entrevistados, 53% deles utilizaram crédito rural antes de 2006, sendo que no ano safra 2006/2007, esse número caiu para 23%. Conforme consta do Gráfico 9, 49% dos produtores cultivaram suas lavouras com recursos próprios; 37% com crédito de instituições oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste); e 14% de outras fontes. As fontes de financiamentos reveladas pela pesquisa foram o Banco do Nordeste que aparece com 29% dos financiamentos, o FNDE/BNB (7%) e o Bandepe, hoje incorporado pelo Banco Real (1%) (Figura 10).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 10 – Linhas de crédito acessadas pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007.

Como se vê, as políticas públicas que norteiam o crédito rural do Pronaf, embora, muito divulgadas pelos entes federativos, ainda se encontram em fase embrionária, se considerarmos que, no município de Petrolina, existem cerca de 4.000 pequenas propriedades e somente um pequeno número de produtores familiares está sendo beneficiado com o acesso ao crédito. Conforme constata a Figura 11, a pesquisa de campo revela que, dos 100 agricultores familiares entrevistados, 76 obtiveram financiamentos. Dos 76 financiamentos efetivamente liberados pelas instituições financeiras, 72% dos agricultores familiares entrevistados disseram que o crédito foi liberado para aplicação em investimentos nas propriedades, como: construções de pequenas barragens, construções de cercas, implantações de pastagens, ampliação de aguadas e aquisição de implementos para animais de tração; 20% foi liberado para o custeio das lavouras exploradas; e 8% para compra de animais para melhoramento dos rebanhos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 11 – Destino do crédito tomado pelos produtores entrevistados, Petrolina-PE, 2007.

O crédito rural, quando bem orientado, tem sido o principal instrumento de promoção do desenvolvimento agropecuário, desde que os fatores de produção sejam adequadamente utilizados, e as atividades inerentes ao processo produtivos não sofram descontinuidade, sobretudo com a interferência das intempéries climáticas, que têm sido no longo dos tempos o principal fator da redução dos índices de rendimentos dos arranjos produtivos.

Segundo a Cartilha Crédito Rural do Pronaf – Ano Safra 2005/2006, p. 4 do MDA, créditos de financiamentos são recursos para o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Por exemplo: correção do solo e adubação corretiva, compra de animais para rebanho, formação de lavouras permanentes, formação de pastagens e construção de benfeitorias como galpões, cercas e armazéns.

Nas operações de investimentos do Pronaf, até 35% dos recursos podem ser destinados a atividades de custeio associados ao projeto, por exemplo, óleo para embarcação financiada ou ração para o gado adquirido com o crédito.

4.4. Relações com a Conab

Com referência ao relacionamento dos agricultores familiares com a Conab, a pesquisa de campo revela que dos 100 agricultores familiares entrevistados, apenas 11% tiveram acesso aos negócios da comercialização da farinha com a Conab, porque no momento da aquisição do produto pela Conab, fora estabelecida uma meta em torno de 15.000 sacos tendo em vista a limitação dos recursos disponíveis na época. Os dados demonstram também que esses agricultores familiares comercializaram a farinha, sendo que 45,45% entregaram o produto a associações de produtores e 54,55% ao sindicato dos trabalhadores rurais, que realizaram a intermediação na transação. Como revela a pesquisa, 100% da produção destinou-se às creches, assentamentos e abrigos.

Como afirma Mattei (2006) “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (PFZ), visando a implementar ações vinculadas à distribuição de alimentos de origem agropecuária aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos”.

De maneira geral, o programa destina-se à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, que são utilizados para formação de estoques reguladores de alimentos. Esses produtos podem também fazer parte dos programas sociais de combate à insegurança alimentar desenvolvidos pelo Governo Federal em parcerias com os governos estaduais e municipais.

Sabe-se que um dos fatores determinantes para o sucesso de um empreendimento pode estar atrelado aos processos de comercialização dos insumos necessários à cadeia produtiva e a formas mais adequadas de comercialização da produção.

Os agricultores familiares já sofrem bastante com as sucessivas irregularidades climáticas, quando são visíveis os baixos índices de produção e produtividade das lavouras, além de desenvolver formas associativistas ineficientes, sem modelos de gestões que venham melhor conduzi-los na organização da cadeia produtiva e seus efeitos.

As políticas públicas vigentes, sobretudo no que se refere à comercialização da produção pela Conab, apresentam-se de forma ineficiente, haja vista que, além de não remunerar bem a produção, não atende a um maior contingente populacional a que se destina.

É flagrante essa informação, tendo em vista que o volume da produção adquirida pela Conab no ano de 2005, no município de Petrolina, atingiu, conforme informação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento, Reforma Agrária e Abastecimento, da Prefeitura Municipal de

Petrolina, o patamar de 15.000 sacos de farinha, contemplando 241 agricultores familiares.

O Documento Bases Conceituais e Operacionais para Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável assim conceitua a Conab: empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando a assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos do mercado. A Companhia tem como instrumentos básicos a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), Contrato de Opção, Vendas em Balcão – Programa destinado aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte. Na área social a Conab atua em parceria com o Projeto Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. A Empresa também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia e compra.

Observa-se que dos 100 agricultores familiares entrevistados com relação ao crédito para comercialização, 33,33% responderam que o município possui crédito disponível para compra do produto; 33,33% informaram que o agente financiador é o Banco do Brasil; e 33,33% responderam que o tempo de comercialização do produto foi de um ano e que não houve dificuldade na comercialização da produção.

Os dados coletados pela pesquisa de campo junto aos agricultores familiares contemplados com a compra do alimento (farinha) permitem aferir os impactos econômicos do PAA mediante a verificação das diferenças na renda auferida pelos participantes, mais elevadas em relação àqueles que não participaram do PAA. Observa-se que os agricultores que não participaram do PAA, normalmente não são integrantes de associações de produtores ou de

nenhuma organização associativa. Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, Sr. Francisco Pascoal Cipriano da Silva (Chicô):

“O programa foi muito bom, os agricultores familiares que participaram do programa de aquisição de alimentos, operacionalizado pela Conab puderam ampliar os seus negócios, compraram bens duráveis como motocicletas, fizeram aquisição de animais, investiram bastante nas propriedades, fizeram melhorias habitacionais e concluiu dizendo: esperamos que continue e seja ampliado porque é a melhor forma de remunerar mais os pequenos agricultores” (Entrevista Presidente STR Petrolina, 2007).

Dessa forma, percebe-se que esses impactos poderiam ser ampliados com uma distribuição de renda mais eficaz, entretanto, as políticas públicas, normalmente são tímidas e só servem de paliativos e na resolução de problemas pontuais. Mesmo assim, apresentaram relevância nos sistemas produtivos dos participantes com o plantio de novos cultivos, a utilização de tecnologias e a ampliação de áreas e outros efeitos na produção. Convém frisar que os agricultores familiares, que comercializaram o produto com a Conab, experimentaram um ganho de 100% acima do valor de mercado. A farinha que era comercializada a R\$ 18,00 (dezoito reais) o saco em 2005, foi adquirida à razão de R\$ 36,00 (trinta e seis reais) pela Conab, que, em parceria com o Banco do Brasil, agência de Petrolina, disponibilizou R\$ 540.000,00 para a aquisição do produto.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS GERADOS PELOS PROGRAMAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

5.1 Resultados na infra-estrutura física

Na área da pesquisa, foram desenvolvidas ações de propriedade ou uso público – tais como a construção de pontes ou linhas de distribuição de energia elétrica, outras de propriedade comunitária, como os barreiros, e outras de propriedade das famílias individuais, como o gado adquirido, as cisternas e, ou, as forrageiras plantadas nas parcelas individuais. Os barreiros beneficiam a toda a família e aos animais, pois agora já há mais disponibilidade de água para beber. Um grande número de famílias das comunidades dispõe de uma cisterna para a água para consumo do lar. As famílias contam hoje com eletricidade em suas casas, e muitas delas se estão equipando, aproveitando esta oportunidade, com televisores, geladeiras etc.

5.2. Resultados na família das comunidades

O status nutricional das famílias melhorou globalmente pela maior disponibilidade de água para beber no lar, em quantidade e qualidade. Outras melhoras nutricionais podem ter-se originado devido a um maior volume de alimentos derivados da mandioca, maior quantidade de leite, por melhor alimentação e água de bebida para o gado e, em certas áreas, o cultivo de hortaliças enriqueceu a dieta dos produtores. As condições sanitárias da população melhoraram pela disponibilidade de água de qualidade, não contaminada, armazenada pelas cisternas e os barreiros distribuídos pela área em estudo. A população de crianças particularmente se beneficiou por este conceito.

Esta disponibilidade não só permite a bebida, mas melhora as possibilidades de higiene nas cozinhas, os banhos, as vestimentas etc. A melhora das vias de comunicação e a disponibilidade de energia elétrica têm resultados indiretos na melhora do estado sanitário da família. Observa-se que os membros das associações integraram-se a formas de trabalho coletivo, associações comunais ou grupos de interesse individual. Do mesmo modo, os agricultores foram introduzidos a práticas, insumos e modalidades de cultivo agrícola e pecuário melhorado e a novas áreas de trabalho empresarial agrícola ou à melhora de trabalhos de transformação e processamento de alimentos - tarefas tradicionalmente de suporte à economia familiar.

5.3. Resultados sociais e potencialização da capacidade de ação das comunidades

A concepção tradicional de Desenvolvimento Comunitário imaginava que, a partir de determinados incentivos, atendimento a demandas imediatas e a alguma base organizativa, estariam solucionadas as questões dos grupos sociais rurais mais pobres. Predominava, nesta visão, a idéia da setorização entre as diferentes dimensões do desenvolvimento. As concepções de Desenvolvimento Local também padecem os mesmos equívocos ao sustentar que uma soma de

iniciativas locais levaria a um desenvolvimento regional e a um ataque efetivo das causas da pobreza.

O desenvolvimento sustentável dos territórios rurais tem que se vincular à idéia de autonomia social e gerar um emponderamento efetivo dos grupos sociais objeto das políticas e dos programas, de forma sistemática. O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Procura a integração interna dos territórios rurais e destes com os outros âmbitos da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, bem como a adoção de novas funções e demandas. Por outra parte, os horizontes temporários requeridos para poder demonstrar impactos sobre objetivos de bens públicos complexos - redução da pobreza, equidade de gênero, democracia e cidadania etc. - não podem ser de curto prazo, e a não consideração deste fator pode levar a distorções importantes na execução de programas.

Como assinala Berdegú (2003, citado por REIS, 2005), “este predomínio da lógica do efeito visível de curto prazo incentiva a concretizar as ações ali onde é possível obter tal resultado, o que vai em prejuízo dos mais pobres, das zonas mais deprimidas, dos grupos mais marginalizados e discriminados, dos objetivos mais complexos etc.”. Parte dessa lógica foi observada, o que explica o avanço das metas produtivas e das obras. Avançaram muito o fortalecimento das organizações e a participação dos produtores, e associações foram criadas na área. Em algumas comunidades começou-se a estabelecer laços com a municipalidade. Dentro das associações, grupos foram constituídos para levar adiante a capacitação em práticas agrícolas e pecuárias e trabalhos coletivos.

O fortalecimento dos grupos comunitários permitiu a recuperação na comunidade de formas tradicionais de assistência mútua (trabalhos de mutirão) que estavam em via de desaparecimento. A recuperação do prestígio e a opção de trabalho coletivo permitiram a melhora de áreas agrícolas familiares como também o incremento da infra-estrutura comunitária (estradas, açudes). Em

alguns casos, isto foi proveitoso para os lares mais desfavorecidos na comunidade (com menos disponibilidade de mão-de-obra familiar).

5.4. Resultados na segurança alimentar

O maior resultado no sistema de autoconsumo da unidade agrícola familiar vem do trabalho realizado no cultivo e a transformação da mandioca, produto que é um dos eixos do consumo de alimentos da família. Este cultivo é estratégico no sistema produtivo do agricultor familiar, em que geralmente se cultiva um mínimo de 0,5 ha por parcela, porque manifesta uma grande adaptação às condições agroecológicas locais, tem uma grande estabilidade de colheita, provê alimentos para os humanos, para os animais e os excedentes são comercializados localmente. Adicionalmente, a raiz consumida proporciona grandes condições de armazenamento.

Outros resultados mais localizados se registram pela maior produção de leite de origem bovina, ainda que possivelmente comercializado sob a forma de requeijão ou outros produtos artesanais, e pelo desenvolvimento de cultivos hortícolas nas margens de alguns açudes. O rendimento proveniente da exploração agrícola possivelmente melhorará pela expansão do rebanho de animais e o aumento de sua produtividade, que está ocorrendo pela adoção de um conjunto de melhoras tecnológicas. Basicamente se introduziram novas forragens muito adaptados às condições locais – palma forrageira, capim buffel (*Cenchrus ciliaris* L.), melancia forrageira (*Citrullus lanatus*) e outras que proporcionam nutrientes estratégicos, como leucena; adotaram-se métodos de conservação de forragens, novos equipamentos mecânicos para o picado de forragens, e uma cultura de dar ração aos animais.

Também foram adicionadas novas práticas sanitárias e de manejo que eram praticamente desconhecidas. Bem mais básico, mas talvez mais importante, é o fornecimento de água de qualidade para os animais que se fez possível pela disponibilidade dos barreiros. Uma ampliação do conceito de segurança alimentar, de grande relevância nesta região em particular, é o de segurança

hídrica, isto é, a capacidade dos lares e comunidades de assegurar água disponível para um consumo mínimo básico, para todos os membros, em todos os momentos.

5.5. Resultados no meio ambiente

Um aspecto sensível constitui a conservação da biodiversidade da região. A vegetação natural que caracteriza o sertão – a caatinga – veio sendo degradada historicamente por ações antrópicas, incluindo a exploração da madeira, a extração de lenha, a fabricação de carvão, o pastoreio dos animais bovinos, ovinos, caprinos e eqüinos e o desmatamento para a agricultura. No entanto, essa vegetação é fundamental pelos serviços de manutenção do ciclo hídrico, para a conservação da fauna, pelas funções que cumpre para o agricultor ao proporcionar materiais, energia, forragens para seus animais etc.

Também, de maneira global, pode dizer-se que os recursos financeiros disponibilizados pelo Pronaf na região tiveram um resultado positivo sobre o meio ambiente, ao incorporar ações como melhoria habitacional, aquisição de utensílios domésticos (fogão, geladeira etc.), aquisição de equipamentos eletrônicos – TV, videocassete, DVD e antenas para captação de sinais de telefonia celular etc. – que melhoraram a qualidade de vida dos beneficiários e seus rendimentos monetários. Estes resultados positivos se refletem na diversificação e quantidade de alimentos humanos e animal, reforçaram o vínculo do homem com a terra e geraram um incremento no seu valor. Por outra parte, foi diminuído parcialmente o consumo de lenha da caatinga, ao ser esta substituída por energia elétrica instalada na área.

5.6. Outros resultados na pobreza

Os barreiros, as cisternas e os poços romperam o ciclo de seca imperante na área, dando à comunidade uma segurança hídrica para o consumo humano e animal, para outros usos domésticos, para os microemprendimentos que se estão

implementando na área. Estes também contribuíram para melhorar a dieta protéica ao serem usados na produção de peixes em benefício das comunidades favorecidas com os barreiros. Os resultados positivos pontuais dos barreiros são:

- a) a melhoria na qualidade e quantidade de alimento humano e animal;
- b) uma maior diversidade e quantidade de alimentos disponíveis;
- c) uma melhor nutrição familiar e animal;
- d) a melhoria na produção agropecuária;
- e) um maior valor da terra; e
- f) reforço do vínculo do homem com a terra. A água disponibilizada para uso doméstico e animal pelas cisternas e parcialmente os barreiros teve resultados positivos de grande importância, como:
 - a segurança no abastecimento de água durante todo o ano;
 - a disponibilidade de água de melhor qualidade;
 - o menor esforço e tempo para ter acesso à água, a diminuição das doenças gastrointestinais familiares;
 - a diminuição da mortalidade animal; e
 - menores custos de distribuição de água para a municipalidade.

A melhora das estradas de acesso – a cargo da comunidade ou da Municipalidade – contribuiu positivamente para romper o isolamento da comunidade e a marginalização das famílias que ali residem. Os efeitos foram, sobretudo, na redução do tempo e custo do transporte dos produtos a serem comercializados, no acesso a ambulâncias e serviços de saúde para a família e no rendimento dos ônibus escolares que transportam todos os meninos das comunidades rurais às escolas mais próximas, no marco do programa nacional de escolarização geral.

5.7. Ampliação da auto-estima

Nesta investigação, pudemos observar que as pessoas com elevada auto-estima em relação ao que fazem, persistem em tal tarefa por um tempo significativamente maior do que as pessoas com baixa auto-estima. A partir dessa

premissa, resulta evidente que o aumento da auto-estima dos produtores beneficiários do Pronaf constitui um fator positivo, pois se sentem estimulados para desenvolver suas atividades, buscando aumentar os índices de produção e produtividade, com o objetivo de melhorar suas condições de vida. Na análise de campo efetuada, pôde-se comprovar o importante efeito que as atuações levadas a cabo estão tendo nas mulheres beneficiárias. Os efeitos mais evidentes estão na melhoria da qualidade de vida com menos dispêndio de energia para realizar as tarefas domésticas, e a utilização de equipamentos elétricos que facilitam a vida das mulheres. Com os produtores, as coisas acontecem mais ou menos da mesma maneira.

As oportunidades surgidas com o Pronaf fazem modificar uma prática que já se convertia comum: migrar da zona rural para os centros urbanos em busca da sobrevivência, deixando atrás a família e a terra onde nasceu. Hoje, a história é outra. A volta dos produtores à região evidencia a confiança nas possibilidades de progresso, o que demonstra uma melhora na auto-estima desses agricultores. Este processo se pôde comprovar pelas conversas mantidas com elas e com eles, que nos comentavam estes avanços, como bem pudemos comprovar com a senhora Rita Guimarães do povoado do Caititu que assim se pronunciou:

“Com os recursos do Pronaf, nós pudemos melhorar as nossas moradias, saindo da casa de taipa para uma casinha mais confortável, feita de tijolo e rebocada”.

Mais adiante, Dona Maria Nunes de Baixa Alegre fez o seguinte comentário:

“Com o empréstimo do Pronaf, nós melhoramos nossa casa e compramos nosso fogão e nossa geladeira, para livrar da fumaça do fogão de lenha e ainda guardar os alimentos, diminuindo nosso trabalho”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Finalizamos fazendo uma reflexão sobre os objetivos a que nos propomos alcançar com este trabalho e que, segundo estabelecemos na introdução e no problema e sua importância, abarcam os blocos temáticos de nossa pesquisa. Os objetivos específicos derivados do objetivo geral foram alcançados ao promovermos a análise dos resultados ocorridos na vida dos produtores e suas famílias, em suas propriedades, na produção, na produtividade dos cultivos e na renda, mediante a dimensão econômica, social, política e ambiental.

A mais recente política de crédito voltada para a agricultura familiar é o Pronaf, que surgiu em 1996. Este programa considerou a diversidade de tipos de unidades agrícolas familiares, permitindo a inclusão de novos atores individuais e coletivos, que até então estavam excluídos do acesso ao crédito rural.

No artigo quinto do Decreto 3991, de 30 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Pronaf, são considerados agricultores familiares e passíveis de receber seus benefícios “todos aqueles que exploram e dirigem estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou parceleiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas” (MAMEDE et al., 2002).

Assim, podemos perceber que o programa tem uma perspectiva ampla das atividades familiares, permitindo que uma gama significativa de categorias de produtores possa ser incluída nesse processo de fortalecimento.

Para efeito de nossa discussão, cabe aqui ressaltar que o Pronaf, como programa de crédito, é uma importante conquista para os agricultores familiares, por duas razões fundamentais:

- Por ampliar o leque de pessoas que podem ser beneficiadas, estimulando a diversidade e a fixação das diversas categorias de produtores no campo; e
- Por estabelecer condições compatíveis com a situação e as possibilidades de pagamento (taxas de juros, rebate, equivalência produtos) dos agricultores familiares, reduzindo a perspectiva de endividamento, que tem causado tantos problemas para essa categoria.

Além disso, o Pronaf, sendo uma política dinâmica, tem condições de incorporar a lógica da produção familiar e de um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Por outro lado, a grande dificuldade ainda enfrentada pelos agricultores, com relação ao Pronaf, diz respeito à relação com os bancos, setor que algumas vezes tem dificuldades em incorporar essa nova concepção em seus procedimentos do dia-a-dia.

Pode-se afirmar que, apesar do ambiente macroeconômico, às vezes bastante desfavorável à agricultura em geral e aos agricultores familiares em particular, especialmente os mais descapitalizados, os dados revelam que este segmento segue sendo extremamente relevante, tanto do ponto de vista da participação produtiva como da geração de emprego agrícola. Com somente 30,5% da área e contando com apenas 25% do financiamento total da agricultura familiar, foi responsável, por aproximadamente, 38% de toda a produção agrícola nacional.

Os dados também revelam que a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, pois ocupa em torno de 77% do pessoal ocupado em todo o Brasil e que a região Nordeste é a que concentra o maior número de pessoas ocupadas entre os agricultores familiares.

Estes fatos sugerem que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, a agricultura familiar é viável e pode dar importantes contribuições para o desenvolvimento mais equitativo da economia brasileira. Sugere também que uma política de apoio à agricultura familiar é fundamental para reverter o quadro negativo no qual os produtores familiares lutam para sobreviver.

Esta política não pode restringir-se à concessão de créditos especiais, mas deve buscar criar condições locais e macroeconômicas favoráveis ao desenvolvimento do setor. Por último, a análise confirma a necessidade de políticas diferenciadas e em particular a importância de políticas de reforma agrária que ampliem o acesso a terra tanto para os produtores sem terra como para aqueles com terra insuficiente. A faixa etária dos produtores revela a seguinte composição percentual: 14% ocupam a faixa de 20 a 30 anos; 30%, a faixa de 31 a 40 anos; 29%, de 41 a 50 anos; 14%, de 51 a 60 anos; e 13% de 61 a 70 anos.

Em termos de escolaridade, verifica-se na pesquisa que somente 5,08% são analfabetos, 21,27% são alfabetizados, não chegando a concluir o ensino fundamental I, 36,19% possuem o ensino fundamental I completo; 21,91% com ensino fundamental II completo e, somente 14,92% e 0,63%, respectivamente, conseguiram concluir o segundo grau e o curso superior.

O tamanho das propriedades objeto da pesquisa indica que o agricultor familiar possui imóvel rural com área média de 40,31 hectares, ficando um pouco abaixo do módulo fiscal da região, dimensionado em 55 hectares. No que se refere à infra-estrutura residencial, acrescenta-se ainda que 96% das moradias possuem energia elétrica e 15% dispõem de serviços de telefonia.

O município de Petrolina, com uma área de 4.000 km², destaca-se entre muitos municípios nordestinos com relação às políticas públicas voltadas para a eletrificação rural. Conforme resultados da pesquisa, dos 100 agricultores familiares entrevistados, 96% possuem energia nas propriedades rurais e nos domicílios. Observa-se no município que a grande maioria da população rural carece da presença mais intensa de políticas públicas voltadas para o apoio do agricultor familiar. Percebe-se que um grande contingente de pessoas que vive na

zona rural ainda caminha grandes distâncias para, por meio da telefonia, procurar resolver problemas que ocorrem no dia-a-dia das famílias campesinas.

Com relação à composição da renda familiar dos agricultores familiares entrevistados, verificou-se adicionalmente que as estratégias de reprodução mesclam atividades agrícolas no estabelecimento familiar com inserções no mercado de trabalho e recebimento de benefícios previdenciários, seguro safra e bolsa família.

A questão da posse da terra revela que 100% dos entrevistados detêm a propriedade da terra de maneira formal e legal, residem no imóvel e ainda apresentam um grau elevado de participação em entidades de classe, associações e sindicatos, uma taxa que totaliza 91% da amostragem de campo.

O município de Petrolina nas duas últimas décadas tem experimentado grande avanço com relação às entidades civis e classistas, principalmente a organização dos pequenos produtores em entidades associativistas. Tradicionalmente, a região de sequeiro do município de Petrolina apresenta uma economia gerada pela exploração de culturas anuais, consideradas de subsistência, sendo o feijão vigna, milho, sorgo e mandioca, os principais componentes dos arranjos produtivos locais.

Vale ressaltar que não só fatores edafoclimáticos podem ser a causa das frustrações de safras experimentadas pelos agricultores familiares do município de Petrolina, observa-se também que, ao longo de alguns anos, políticas públicas como a assistência técnica e extensão rural têm sido bastante tímidas, e isto se reflete em ações de impactos negativos, principalmente na organização da produção e nos efeitos econômicos e sociais dos produtores e suas famílias.

Observa-se que as ações dessa política pública precisam ser ampliadas para melhor acompanhamento dos agricultores familiares no que concerne à organização da cadeia produtiva das culturas e criações exploradas nas suas unidades de produção, na organização associativista e na forma mais eficiente da comercialização da produção. A pesquisa de campo demonstra que, dos produtores familiares entrevistados até 2006, 53% utilizaram crédito rural, sendo que no ano safra 2006/2007, esse número caiu para 23%.

Como se vê, as políticas públicas que norteiam o crédito rural do Pronaf, embora muito divulgadas pelos entes federativos, ainda se encontram em fase embrionária, se considerarmos que no município de Petrolina existem cerca de 4.000 pequenas propriedades e somente um pequeno número de produtores familiares está sendo beneficiado com o acesso ao crédito.

Com referência ao relacionamento dos agricultores familiares com a Conab, a pesquisa de campo revela que dos agricultores familiares entrevistados, apenas 11% tiveram acesso aos negócios da comercialização da farinha. Os dados coletados pela pesquisa de campo junto aos agricultores familiares contemplados com a compra farinha permitem aferir os resultados econômicos do PAA mediante a verificação das diferenças na renda auferida pelos participantes, mais elevadas em relação àqueles que não participaram do PCAA. Observa-se que os agricultores que não participaram do PCAA normalmente não são integrantes de associações de produtores ou de nenhuma organização associativa. Convém frisar que os agricultores familiares, que comercializaram o produto com a Conab, experimentaram um ganho de 100% acima do valor de mercado.

Um grande número de famílias das comunidades dispõe de uma cisterna para armazenar água para consumo do lar. As famílias contam hoje com eletricidade e luz em suas casas e muitas delas estão se equipando, aproveitando esta oportunidade, com televisores, geladeiras etc. O status nutricional das famílias melhorou globalmente pela maior disponibilidade de água para beber no lar, em quantidade e qualidade. Outras melhoras nutricionais podem ter-se originado devido a um maior volume de alimentos derivados da mandioca, maior quantidade de leite e, em certas áreas, o cultivo de hortaliças enriqueceu a dieta dos produtores. As condições sanitárias da população melhoraram pela disponibilidade de água de qualidade, não contaminada, armazenada pelas cisternas e os barreiros distribuídos pela área em estudo. A população de crianças particularmente se beneficiou por este conceito.

O fortalecimento dos grupos comunitários permitiu a recuperação na comunidade de formas tradicionais de assistência mútua (trabalhos de mutirão)

que estavam em via de desaparecimento. A recuperação do prestígio e opção de trabalho coletivo permitiu a melhora de áreas agrícolas familiares como também o incremento da infra-estrutura comunitária (estradas, açudes). Em alguns casos, isto foi proveitoso para os lares mais desfavorecidos na comunidade (com menos disponibilidade de mão-de-obra familiar).

Também, de maneira global, pode dizer-se que os recursos financeiros disponibilizados pelo Pronaf na região tiveram um resultado positivo sobre o meio ambiente, ao incorporar ações que melhoraram a qualidade de vida dos beneficiários e seus rendimentos monetários. Estes impactos positivos se refletem na diversificação e quantidade de alimentos humanos e animal, reforçaram o vínculo do homem com a terra e geraram um incremento no seu valor. Por outra parte, diminuiu parcialmente o consumo de lenha da caatinga, ao ser esta substituída por energia elétrica instalada na área.

As oportunidades surgidas com o Pronaf fazem modificar uma prática que já se convertia comum: migrar da zona rural para os centros urbanos em busca da sobrevivência, deixando atrás a família e a terra onde nasceu. Hoje, a história é outra. A volta dos produtores à região evidencia a confiança nas possibilidades de progresso, o que demonstra uma melhora na auto-estima desses agricultores. O Pronaf tem permitido mostrar um quadro promissor na redução da pobreza rural da região em estudo. O desenvolvimento das comunidades e o fortalecimento da participação das famílias são as chaves para assegurar a consolidação dessas tendências.

De maneira geral, o Pronaf tem sido um excelente instrumento de grande incentivo para a região, sendo visível a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, influenciando positivamente na organização das comunidades e possibilitando uma considerável redução da migração a centros urbanos. Por fim, deve-se destacar que este programa, de certa forma, promove a inovação sustentável, pois traz consigo o desafio de organizar os canais de participação, os processos produtivos e de inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997a. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2007.

ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1, 1997, Petrolina.. **Anais...** Petrolina: CPATSA, 1997b. p. 17-26.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpecs/Unicamp, 1992. 211 p.

ADANT, P.; ALTAFIN, I. **Agriculteurs paysannes au Brésil**: enquête sur un enjeu national. [s.l.]: Fondation pour de Progress de L'Homme, 1991.

ALTIERI, M.A. ¿Por qué estudiar la agricultura tradicional? In: ALCANTUD, G.; MOLINA, G. (eds.). **La tierra, mito, rito y realidad**. Barcelona: Anthropus, 1992.

ALVES, L.B. **Avaliação de um programa de garantia de renda e crédito rural na agricultura familiar**. 2000. 78 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE – ASPLAN. **Informações gerais do município de Petrolina**. Petrolina, 2006.

BASES conceituais e operacionais para elaboração de projetos de desenvolvimento rural sustentável com financiamentos externos. Disponível em: <<http://br.manografias.com/trabalhos/bases-projetos/bases-projetos.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha crédito rural do Pronaf** – ano safra 2005/2006. Brasília, 2005. 30 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei da agricultura familiar recebe sanção presidencial**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/9827>>. Acesso em: 28 fev. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O Programa Fome Zero e a participação da CONAB**. Disponível em: <www.CONAB.gov.br/download/programas/CONABnofomezero.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2006a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portal da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saf/index.php?scid=811>>. Acesso em: 29 ago. 2006b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Notícias**. Disponível em: <www.ceasacampinas.com.br/2005/noticias-1807056.htm>. Acesso em: 10 ago. 2006a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa>>. Acesso em: 28 ago. 2006b.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F.A.; WANDERLEY, M.N.B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

CABO, B.; SABÓIA A.L. Famílias rurais: tipologia, composição da força de trabalho e outros aspectos socioeconômicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Trabalhos apresentados...** Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_299.pdf>. Acesso em: 29 out. 2007

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro, 1999. 28 p. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Exodo_rural.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2007.

CAPORAL, F.R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 517 p. Tesis (Doctoral) – ISEC/UCO.

CARON, P.; SABOURIN, E. **Appui au programme de l'Embrapa systèmes de production de l'agriculture familiale**. Note pour l'orientation de la cooperation CIRAD/SAR – EMBRAPA. Petrolina, 1995.

CASTRO, M.H.G. **Avaliação do sistema educacional brasileiro**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, 1998. 60 p. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/cibec/1998/titulos_avulsos/avsisteduca.pdf>. Acesso em: 1.º nov. 2007.

CAVALCANTI, J.B.S. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, jan./abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-40141997000100005>. Acesso em: 1.º set. 2006.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CELPE. Disponível em: <www.celpe.com.br/ENERGIA%20SOCIAL%20E%20AMBIENTAL/ENERGIA%20RURAL/38189;56790;0414;0;0.asp?C=155>. Acesso em: 26 out. 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Região Nordeste**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/2_relatorio_oficina_paa_nordeste.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2008.

COSTA, A.A.A.; RIBEIRO, T.C.A. **O associativismo no meio rural brasileiro: contradição e perspectivas**. 1999. Disponível em: <www.portaldoagrovot.com.br/agro/associativismo/associativismo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2007.

DOLLÉ, V. A pesquisa em agricultura familiar: desafios e avanços científicos. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1, 1997, Petrolina. **Anais...** Petrolina, 1997. p. 28-38.

DUARTE R. Um tipo singular de desemprego massivo e episódico: o caso dos flagelados das secas no semi-árido nordestino. **Revista da ABET**, v. 2, n. 2, 2002. Disponível em: <www.revista.abet-trabalho.org.br/include/getdoc.php?id=45&article=14&mode=pdf>. Acesso em: 1.º nov. 2007.

EHLERS, E. **A agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. Agropecuária, 1999. 157 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Centro de Informação Tecnológica. **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, 2006.

EVANGELISTA, F.R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), 2000. 12 p.

FALCÃO, R.B.M.; OLIVEIRA, A.P.S. **Projeto água subterrânea no nordeste brasileiro**: desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <<http://proasne.net/desenvolvimentosustentavel.html>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL – FRETA-SUL. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=533&Itemid=69>. Acesso em: 10 ago. 2006.

GARCÍA FERRANDO, M. et al. (Comps). **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza Universidad, 1992.

GARDINI, A. **Fome Zero**: 2003 a junho de 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/09/03.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Resistir, resistir, resistir**: considerações acerca do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. p. 762-777.

GRAZIANO, X. **Breve história da reforma agrária**: distributivismo e inclusão no campo. Disponível em: <www.xicograziano.com.br/novo/materia_detalle.asp?Idconteudo=5>. Acesso em: 10 nov. 2007.

GUIMARÃES FILHO, C. et al. **Pesquisa e desenvolvimento**: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. Brasília: EMBRAPA-SPI; Petrolina: Embrapa-CPATSA, 1998a. (Série Agricultura Familiar).

GUIMARÃES FILHO, C.; SABOURIN, E.; SILVA, P.C.G. A pesquisa em agricultura familiar no Nordeste semi-árido: em busca da objetividade. In: SEMINÁRIO A AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, 1997, Jaguariúna. **Anais...** Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998b.

GUSMÃO, D.M. **As possibilidades do fortalecimento da agricultura familiar:** o Pronaf em Governador Valadares-MG. 2001. 92 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (eds.). **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000. cap. 3, p. 81-113.

HURTIENNE, T. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Disponível em: www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs/v.Php?Id=5&layout=html. Acesso em: 15 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2005.** Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD.** Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION – INCRA/FAO. **O Brasil redescoberto.** 2000. 74 p. (Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO).

ITURRA, R. Letrados y campesinos: el método experimental en la antropología económica. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Ecología, campesinado e historia.** Madrid: La Piqueta, 1993. p. 109.

KRETZER, N. (coord.). **Fórum Nacional da Agricultura:** grupo temático agricultura familiar. Florianópolis, 1997.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993.

LIMA, J.P.R.; MIRANDA, E.A.A. Fruticultura irrigada no Vale do São Francisco: incorporação, tecnologia, competitividade e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. esp., p. 611-632, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.uty.br/abet/3reg/20.Doc>>. Acesso em: 1.º set. 2006.

MAMEDE, F. et al. **Buscando raízes.** Brasília: MDA/SAF/PRONAF, 2002. 48 p.

MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina.** Florianópolis: PAA, 2006. 31 p. Disponível em: <www.Inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/22/20>. Acesso em: 28 jan. 2008.

NASCIMENTO, M.V.; GIANNINI, M. et al. Programa de eletrificação rural, “Luz no Campo” e a avaliação no Estado do Mato Grosso – CEMT: caso piloto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 9, 2002. **Anais...** s.l., 2002. v. 2, p. 701-710.

OLIVEIRA, F. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, S. (org.). **Classes, movimentos sociais na América Latina.** São Paulo, 1990.

ORTI, A. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In: GARCIA FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación.** Alianza, 1998. p. 189-221.

PERNAMBUCO. **Pernambuco de A/Z.** Disponível em: <<http://www.pe-az.com.br/pernambuco/pernambuco.htm>>. Acesso em: 1.º set. 2006.

PÓLO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PETROLINA/JUAZEIRO – PDI. **Documento referencial.** 1997. 50 p. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Juazeiro-Petrolina.PDF>. Acesso em: 8 ago. 2006.

PRETTY, J.N. **Regenerating agriculture: policies practice for sustainability and self-reliance.** London: Earthscan, 1995.

REIS, E.M. **Análisis, desde la perspectiva agroecológica, de los câmbios generados por um proyecto de desarrollo rural en agricultura familiar: el caso del proyecto Gavião, Bahia-Brasil.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidad de Córdoba, Espanha.

REYES, T. **Métodos cualitativos de investigación: los grupos focales y el estudio del caso.** Disponible em: <<http://srpac.upr.clu.edu:9090/~treyes/investig/metcualitativo.htm>>. Acesso em: 2002.

RUIZ OLABUENAGA, J.I. **Metodología de la investigación cualitativa.** Bilbao: Universidad de Deusto, 1996. p. 11-44.

SANTOS, F.A.A. **Crédito rural e produtividade na agricultura.** Maceió: EDUFAL, 1999. 72 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO CEARÁ – SEAGRI-CE. **Informações agrícolas**: a agricultura na economia do Ceará. Disponível em: <http://www.seagri.ce.gov.br/siga/a_agricultura_na_economia_cearense.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, REFORMA AGRÁRIA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA – SECDUR. **Reforma agrária e abastecimento**. Petrolina, 2002.

SEREJO, T.C.L. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. 1979. 257 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

TABERNER GUASP, J. **Sociología y educación**. 2.ed. Madrid: Tecnos, 2002.

TEIXEIRA, K.H.; FILHO, J.A.; MAYORGA, R.D.; MAYORGA, M.I.O. **Território, cooperação e inovação**: um estudo sobre o arranjo produtivo Pingo D'água. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 1.º nov. 2007.

THIOLLENT, M. **Metodología da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

VEIGA, J.E. **Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento**: a experiência brasileira. São Paulo: USP, 2000. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/\[02\]pobreza_rural.htm](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/[02]pobreza_rural.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2006.

VEIGA, J.E.S. **Segmentando a agricultura familiar**. São Paulo, 1995. 20 p.

APÊNDICE

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO MICROCRÉDITO, PRONAF e PCAA NA ECONOMIA DE PETROLINA

CONTROLE DA PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do questionário: _____

Nome do entrevistado: _____

Localidade: _____

Endereço: _____

Localização do domicílio selecionado para pesquisa:

- () Urbano
- () Periferia
- () Povoado
- () Rural Agropecuário

Parte A – Estabelecimento(s) da família da pessoa sorteada

Questionário de coleta de dados

Entrevistado (a)						1. Sexo:	2. Idade:
Caso não preencha o quadro							
3. Área do imóvel (ha): _____						4. Est. contínuo sim () não () seguinte	
	5. Parentesco	6. Idade	7. Sexo	8. Escolaridade	9. Está estudando?	10. Local de nascimento	11. Problemas de saúde
1.º							
2.º							
3.º							
4.º							
5.º							
6.º							
7.º							

OBS.: Caso o número de moradores seja superior a sete (07), anotar os dados no verso desta página.

12. De que material é construída sua casa? _____

13. Sua residência possui instalações sanitárias? Sim Não

14. De onde vem a água utilizada pela sua família? _____

15. Sua residência possui acesso à rede de energia elétrica? Sim Não

16. Sua residência possui acesso a rede de telefone? Sim Não

17. Quais as atividades produtivas que existem na sua propriedade? _____

18. Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade agrícola? _____

19. Tem algum funcionário assalariado? Sim Não

20. Caso SIM. Quantos? _____

21. Além da agricultura, a família possui outra fonte de renda? Sim Não

22. Caso SIM. Qual? _____

23. Este imóvel é do(a) senhor(a)? Sim Não

24. Caso SIM. O(a) senhor(a) tem o título (escritura – documentos) do imóvel?
 Sim Não

25. Caso NÃO. De quem é este imóvel? _____

A.01 – Relação dos estabelecimentos agropecuários, área total, área explorada e condição da pessoa sorteada em relação ao(s) estabelecimento(s) sob sua responsabilidade:

N.º de ordem	Nome do estabelecimento (sítio, chácara, fazenda etc.) (a)	Total de lotes não contíguos (b)	Área		Condição do produtor (d)
			Total (c)	Explorada	
1					
2					
3					
4					
5					
Total					

- A) Relacione o estabelecimento sob responsabilidade da pessoa entrevistada independentemente do(s) município(s) onde se localiza(m) a(s) desse(s) estabelecimento(s).
- B) Registre total de lotes que compõe cada estabelecimento afora aquele onde se localiza a sede do estabelecimento.
- C) Neste total, registre o resultado da soma da área do terreno onde se localiza a sede do estabelecimento mais a(s) área(s) do(s) lote(s) não contíguo(s).
- D) Anote o(s) código(s) considerando a condição predominante do entrevistado sendo: 01 – proprietário; 02 – arrendatário; 03 – parceiro; 04 – posseiro; 05 – cessionário; 06 – inquilino; 07 – inquilino e caseiro; 08 – só caseiro; 09 – outro: _____
 Unidade de medida de área _____ código ()

A.02 – O domicílio onde você reside normalmente /habitualmente é:

- 02.1 Só da família, pois tem acesso independente e é aí que você faz suas refeições;
- 02.2 Conjunto de outras famílias, pois não tem acesso independente;
- 02.3 Conjunto, pois tem acesso independente, mas faz refeições nas dependências onde mora o restante da família;
- 02.4 Mora de favor, pois não é parente nem agregado, mas não paga aluguel nem pensão à família onde reside.

A.03 – Há alguma outra pessoa da sua família que também seja responsável por estabelecimento(s) e que more no mesmo domicílio?

() não – reinicie no quesito A.04 () sim

03.1 Se sim, nome(s) da(s) pessoa(s), total de estabelecimentos agropecuários, área total e condição dessa(s) pessoa(s) em relação ao(s) estabelecimento(s).

Nome(s) da(s) pessoa(s) com estabelecimento(s) e que mora(m) no domicílio da pessoa sorteada	Total de estabelecimentos	Total de área	Condição predominante
1 -			
2 -			
3 -			
4 -			
5 -			
Total do empreendimento			

a) 01 – proprietário; 02 – arrendatário; 03 – parceiro; 04 – posseiro; 05 – cessionário; 06 – inquilino; 07 – inquilino e caseiro; 08 – só caseiro; 09 – outro: _____

A.04 – Tem filho(a) e, ou, parente(a) residente(s) em outro(s) domicílio(s) no mesmo estabelecimento que também seja(m) responsável(is) por outro(s) estabelecimento(s) e, ou, pelo estabelecimento do sorteado, sendo, nesse último caso, na condição de sócio(s) proprietário(s)?

() Não – reinicie no quesito A.05 () Sim

04.1 Se sim – nome do(s) filho(s) e, ou, parente(s), total de estabelecimentos agropecuários, área total e condição dessa(s) pessoa(s) em relação ao(s) seu(s) estabelecimento(s)

Nome(s) da(s) pessoa(s) com estabelecimento(s) e que mora(m) em outro(s) domicílio(s) situado(s) no estabelecimento da pessoa sorteada	Total de estabelecimentos	Total de área	Condição predominante
6 -			
7 -			
8 -			
9 -			
10 -			
Total do empreendimento			

a) 01 – proprietário; 02 – arrendatário; 03 – parceiro; 04 – posseiro; 05 – cessionário; 06 – inquilino; 07 – inquilino e caseiro; 08 – só caseiro; 09 – outro: _____

A.05 – Alguma das pessoas listadas nos quesitos A.03 e A.04 ou outras pessoas contribuíram em 2006 para pagar despesa(s) do(s) estabelecimento(s) e, ou, domicílio da pessoa sorteada?

() Não – reinicie no quesito A.06 () sim – se sim, indique

Nome da pessoa	Valor anual da contribuição (R\$)	Tipo de despesa do domicílio e, ou, estabelecimento
Outras pessoas		

a) Mesmo número da pessoa listada no quesito A.03 ou no quesito A.04.

A.06 – Participa atualmente de alguma(s) associação(ões)? () não () sim

A.07 – Se sim, de qual(is) associação(ões)

07.1 () Associação de trabalhadores rurais rurais (agricultores familiares)

07.2 () Sindicato de trabalhadores rurais (agricultores familiares)

07.3 () Associação de produtores

07.4 () Cooperativa de produtores

07.5 () Sindicato patronal de produtores

07.6 () Associação comunitária

07.7 () Associação religiosa

07.8 () Associação esportiva

07.9 () Grupo informal de agricultores(as)

07.10 () Outra: _____

B.01 – Usou o crédito antes de 2006? () não () não sabe () sim

- A.08 – Usou alguma linha de crédito em 2006? () não () sim
 Se sim, qual? _____
 Se não, 08.1 – não usou crédito em 2006 pelo(s) seguinte(s) motivo(s):
- 08.1.1 () Não se enquadra nos grupos de beneficiários pronaf – crédito
 08.1.2 () Não conseguiu obter a declaração de aptidão (que atesta que é agricultor familiar)
 08.1.3 () Não tem assessoria ou assistência técnica
 08.1.4 () O seu pedido não foi aprovado
 08.1.5 () Solicitação não atendida por falta de recursos por parte do banco
 08.1.6 () Não sabia da existência do Pronaf-crédito
 08.1.7 () Não houve interesse
 08.1.8 () Usa somente recursos próprios
 08.1.9 () Usou crédito de outra(s) fonte(s) para si e, ou, para o estabelecimento
 08.1.9.1 – Quantos contratos: _____
 08.1.9.2 – Fonte 1 _____ 08.1.9.2.1 – valor? R\$ _____,00
 08.1.9.3 – Fonte 2 _____ 08.1.9.3.1 – valor? R\$ _____,00
 08.1.10 () Outro motivo: _____

Parte B – CRÉDITO

B.02 - Como tomou conhecimento da linha de crédito?

- 02.1 () Gerente/funcionário do banco
 02.2 () Vizinho(a)
 02.3 () Por meio da associação/sindicato/cooperativa
 02.4 () Técnico da extensão pública
 02.5 () Técnico da extensão privada (ONGs, cooperativas, firmas de planejamento)
 02.6 () Pessoas da prefeitura
 02.7 () Jornais/tv/rádio
 02.8 () Amigo(a)
 02.9 () Parente
 02.10 () Reunião marcada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)
 02.11 () Pessoa que participou de reunião do CMDR
 02.12 () Outro: _____
 02.13 () Não se lembra

B.03 - Onde obteve e quanto pagou pela atual declaração de aptidão (que atesta se o entrevistado é ou não um agricultor familiar ou um trabalhador rural)?

- 03.1 () Sindicato dos trabalhadores rurais: 03.1.1 - não pagou e 03.1.2 valor pago R\$ _____,00
 03.2 () Sindicato rural patronal: 03.2.1- não pagou e 03.2.2 valor pago R\$ _____,00
 03.3 () No serviço de extensão oficial: 03.3.1 - não pagou e 03.3.2 valor pago R\$ _____,00
 03.4 () Outro _____: 03.4.1- não pagou e 03.4.2 valor pago R\$ _____,00

B.04 - Usou crédito(s) de outra(s) fonte(s) para si e, ou, para o(s) estabelecimento(s) em 2006?

- () não () sim
 09.1 – Se sim, quantos contratos? _____ 09.1.1 – valor total R\$ _____,00

B.05 - Em qual(is) instituição(ões) bancária(s) foi(ram) efetuado(s) o(s) financiamento(s) do crédito durante o ano de 2006?

- 05.1 () Banco do Brasil
- 05.2 () Banco do Nordeste
- 05.3 () Cooperativa de crédito
- 05.4 () Outro: _____

B.06 - Como foi feito o projeto para aplicação de recursos?

- 06.1 () Não se aplica pois não foi exigido projeto
- 06.2 () Com ajuda do pessoal do banco
- 06.3 () Com a ajuda do sindicato ou técnico agrícola do governo/prefeitura
- 06.4 () Estava pronto e apenas o banco preencheu os valores
- 06.5 () Com a ajuda do serviço de assistência técnica e extensão rural (IPA)
- 06.6 () Firma de projetos
- 06.7 () Outro: _____

B.07 - Em quê aplicou os recursos obtidos no(s) financiamento(s) do crédito (ano de 2006)?

() Investimento () custeio se em investimento, responda:

- 07.1 () Não se aplica, pois só requisitei crédito para custeio
- 07.2 () Compra de implemento(s) máquina(s) agrícola(s)
- 07.3 () Compra de trator(es)
- 07.4 () Obras no terreno da propriedade (açudes, correção do solo, cisterna, etc.)
- 07.5 () Construção de cercas
- 07.6 () Construção de silo trincheira (galpão, armazém(s))
- 07.7 () Máquina de beneficiamento(s) e, ou, de raspa de mandioca
- 07.8 () Estábulo(s)
- 07.9 () Formação de lavoura permanente
- 07.10 () Compra de matrizes ou reprodutores
- 07.11 () Atividade não agrícola (especifique) _____
- 07.12 () Outro (especifique) _____ se em custeio responda:
- 07.13 () Não se aplica, pois só obtive financiamento para investimento
- 07.14 () Lavoura(s) perene(s)
- 07.15 () Lavoura de cereais e, ou, grãos
- 07.16 () Olericultura
- 07.17 () Pecuária de pequenos animais
- 07.18 () Pecuária de grandes animais
- 07.19 () Atividades agropecuárias não tradicionais
- 07.20 () Outras atividades não agrícolas. Especifique: _____
- 07.21 () Conserto de máquina(s)/implemento(s) agrícola(s)/instalações, etc.
- 07.22 () Reforma de pastagens
- 07.23 () Outro: _____

B.08 - Quanto tempo levou desde a entrada do pedido de crédito no banco até a liberação do recurso?

- 08.1 () Menos de uma semana
- 08.2 () De 1 a 2 semanas
- 08.3 () De 3 a 4 semanas
- 08.4 () De 1 a 2 meses
- 08.5 () De 2 a 3 meses

- 08.6 () Mais de 3 meses
08.7 () Não soube informar

B.09 - Quanto foi liberado dos valores solicitados?

- 09.1 () O total que foi solicitado
09.2 () Um pouco menos que o solicitado
09.3 () Metade do que foi solicitado
09.4 () Menos da metade do solicitado
09.5 () Não soube informar
09.6 () O valor foi estipulado pelo banco
09.7 () Quanto foi liberado? _____
09.8 () Como foi utilizado? _____

B.10 - Recebeu ajuda para a obtenção do(s) financiamento(s) do(s) crédito(s) durante o ano de 2006?

() não () sim Se sim, que tipo de ajuda?

- 10.1 () Aval
10.2 () Antecipando crédito
10.3 () Pressionando o gerente para liberação
10.4 () Complementando os recursos do crédito
10.5 () Auxiliando na documentação
10.6 () Auxiliando na preparação do projeto
10.7 () Outro: _____

B.11 - Quem ajudou?

- 11.1 () Não se aplica
11.2 () Cooperativa agropecuária
11.3 () Fornecedor de resinas
11.4 () Agente de agroindústria
11.5 () Prefeitura
11.6 () Sindicato de trabalhadores
11.7 () Estado
11.8 () Outro: _____

B.12 - Está atrasado em algum pagamento (inadimplente) com o crédito?

() não () sim

12.1. Se sim, há quanto tempo? _____ meses.

12.2. () Qual(is) a(s) principal(is) causa(s) da inadimplência?

- 12.2.1 () Intempéries climáticas
12.2.2 () Experiência mal sucedida com inovação técnica
12.2.3 () Não consegui vender a produção
12.2.4 () Aval cruzado
12.2.5 () Dificuldade na comercialização
12.2.6 () Preço baixo do produto agropecuário
12.2.7 () Faltou capacitação?
12.2.8 () Faltou assistência técnica?
12.2.9 () Outra: _____

12.3 () Já houve negociação da dívida? () não () sim

B.13 - Qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) para utilizar o crédito?

- 13.1 - _____
13.2 - _____
13.3 - _____
13.4 - _____

B.14 - Na sua opinião, quais foram os principais impactos/consequências/ resultados da utilização do crédito?

- 14.1 - _____
14.2 - _____
14.3 - _____
14.4 - _____
14.5 - não teve nenhum impacto relevante

B.15 - O que acha da linha de crédito utilizada?

- 15.1 () excelente, mas não usará novamente
15.2 () excelente, e usará novamente
15.3 () desestimulante e não usará novamente
15.4 () desestimulante, mas fará novamente
15.5 () insatisfatório, e não fará novamente
15.6 () insatisfatório e usará novamente
15.7 () satisfatório, mas não fará uso novamente
15.8 () satisfatório e usará novamente
15.9 () boa, mas não usará novamente
15.10 () boa e usará novamente
15.11 () não quer opinar

B.16 - Indicaria para outra(s) pessoa(s) o uso de recursos da linha de crédito que utilizou?

- () não () sim

Parte C – Pronaf/Crédito

C.01 - Usou o Pronaf-Crédito antes de 2006?

- () não () sim () não sabe

01.1. Se sim, quantas vezes usou o Pronaf – Custeio? _____

01.1.1 Em que ano usou o Pronaf-custeio? _____

01.1.2 Em que ano usou o Pronaf-custeio pela última vez? _____

01.2 Quantas vezes usou o Pronaf- Investimento? _____

01.2.1 Em que ano usou o Pronaf-investimento pela primeira vez? _____

01.2.2 Em que ano usou o Pronaf-investimento pela última vez? _____

01.3 Quantas vezes usou o Pronaf – Agregar? _____

01.3.1 Em que ano usou o Pronaf-agregar-investimento pela primeira vez? _____

01.3.2 Em que ano usou o Pronaf-agregar-investimento pela última vez? _____

C.02 - Como tomou conhecimento do Pronaf-Crédito?

02.1 () Gerente / funcionário do banco

02.2 () Vizinho(a)

02.3 () PO meio da associação / sindicato / cooperativa

02.4 () Técnico da extensão pública

02.5 () Técnico da extensão privada (ONGs, cooperativas, firmas de planejamento)

02.6 () Pessoas da prefeitura

02.7 () Jornais/tv/rádio

02.8 () Amigo(a)

02.9 () Parente

02.10 () Reunião marcada pelo conselho municipal de desenvolvimento rural (cmdr)

02.11 () Pessoa que participou de reunião do CMDR

02.12 () Outro: _____

02.13 () Não se lembra

C.03 - Conhece os grupos de beneficiários do Pronaf-Crédito? () não () sim
Se sim, em que grupo está atualmente?

03.1 () A (assentamento da reforma agrária e do banco da terra)

03.2 () B

03.3 () C (Pronafinho)

03.4 () D

03.5 () não sabe

C.04 - Onde obteve e quanto pagou pela atual declaração de aptidão (que atesta se o entrevistado é ou não um agricultor familiar ou um trabalhador rural)?

04.1 () Sindicato dos trabalhadores rurais 04.1.1- não pagou 04.1.2 valor pago R\$ _____,00

04.2 () Sindicato rural patronal 04.2.1- não pagou 04.2.2 valor pago R\$ _____,00

04.3 () No serviço de extensão oficial 04.3.1- não pagou 04.3.2 valor pago R\$ _____,00

04.4 () Pagou, mas lembra quando 04.4.1- não pagou 04.4.2 valor pago R\$ _____,00

C.05 - Usou Pronaf-Custeio em 2006? () não () sim

05.1 Se sim, quantos contratos? _____ 06.1.1 – valor total? R\$ _____,00

C.06 - Usou Pronaf-Investimento em 2006? () não () sim

06.1 Se sim, quantos contratos? _____ 05.1.1 – valor total? R\$ _____,00

C.07 - Usou Pronaf-Agregar Individual em 2006? () não () sim

07.1 Se sim, quantos contratos? _____ 07.1.1 – valor total? R\$ _____,00

C.08 Usou Pronaf-Integrado em 2006? () não () sim
08.1 Se sim, quantos contratos? _____ 08.1.1 – valor total? R\$ _____,00

C.09 Usou crédito(s) de outra(s) fonte(s) para si e, ou, para o(s) estabelecimento(s) em 2006? () não () sim

09.1 Se sim, quantos contratos? _____ 09.1.1 – valor total? R\$ _____,00

C.10 Em qual(is) instituição(ões) bancária(s) foi(ram) efetuado(s) o(s) financiamento(s) do Pronaf-Crédito em 2006?

10.1 () Banco do Brasil

10.2 () Banco do Nordeste

10.3 () Cooperativa de crédito

10.4 () Outro: _____

Parte D – Uso da terra e valor bruto da produção

D.01 - Plantou que tipo de cultura?

01.1 () Feijão

01.2 () Milho

01.3 () Sorgo

01.4 () Mandioca

01.5 () Outra: _____

D.02 -Qual a área plantada por cultura?

02.1 () Feijão: _____ ha

02.2 () Milho: _____ ha

02.3 () Sorgo: _____ ha

02.4 () Mandioca: _____ ha

02.5 () Outra: _____, _____ ha

D.03 -Quantos quilos colheu na safra 2006?

03.1 Feijão: _____ kg

03.2 Milho: _____ kg

03.3 Sorgo: _____ kg

03.4 Mandioca: _____ kg

03.5 Outra: _____, _____ kg

D.04 - Parte da produção foi consumida pela própria famílias? () sim () não

D.05 - Quais produtos? _____

D.06 - Qual percentual ficou para o consumo e qual foi para venda? _____

D.07 - Como foi comercializada a produção?

- 07.1 () Cooperativa
07.2 () CONAB
07.3 () Feira livre
07.4 () Intermediário
07.5 () Associação
07.6 () outra: _____

D.08 - Qual o valor da produção em 2006?

- | | | |
|-----------------------|---------------------------------|-----|
| 08.1 () Feijão | 08.1.1 – valor total? R\$ _____ | .00 |
| 08.2 () Milho | 08.2.1 – valor total? R\$ _____ | .00 |
| 08.3 () Mandioca | 08.3.1 – valor total? R\$ _____ | .00 |
| 08.4 () Sorgo | 08.4.1 – valor total? R\$ _____ | .00 |
| 08.5 () Outro: _____ | 08.5.1 – valor total? R\$ _____ | .00 |

D.09 - O(a) senhor(a) participou do programa da Compra Antecipada da Produção? () Sim () Não

09.1 Qual foi o produto que o(a) senhor(a) vendeu à CONAB? _____

D.10 - Quantos quilos o(a) senhor(a) entregou? _____

D.11 - A quem o(a) senhor(a) entregou o produto? _____

D.12 - Qual foi o destino do produto depois de comprado pela CONAB?

- 12.1 () Creches
12.2 () Associações de produtores
12.3 () Assentamentos do MST
12.4 () Abrigo de velhos
12.5 () Acampamentos do MST

D.13 - O preço do produto por ocasião da comercialização foi superior ao preço do mercado? () Sim () Não

13.1 Se sim, qual o percentual acima do preço do mercado? _____%

D.14 - Qual era o preço praticado pelo mercado? R\$ _____,00

D.15 - Por quanto o(a) senhor(a) vendeu o produto? R\$ _____,00

D.16 - Há sempre crédito disponível no município para a compra da produção?
() Sim () Não

16.1 Se sim, qual o agente financiador? _____

D.17 - Há quanto tempo o(a) senhor(a) comercializa os seus produtos com a CONAB? _____

D.18 - Existe alguma dificuldade para o(a) senhor(a) comercializar os produtos com a CONAB? () Sim () Não

18.1 Se sim, quais? _____

D.19 - Com o crédito adquirido com a venda dos produtos a CONAB, em que o(a) senhor(a) aplicou os recursos? _____

D.20 - Comparando com outras linhas de crédito disponíveis nos agentes financeiros do município, qual a melhor linha de crédito? _____

D.21 - Por que é melhor? _____

Entrevistador	Nome	Tempo de duração

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

Não encontrado ()

Recusa a responder ()

Junho/2007

RELAÇÃO DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS NA PESQUISA

N.º Quest.	Ano	Nome do produtor	Nome da propriedade	Localidade	Área total	Área explorada
1	2007	Adailson da Costa	St. do Espinho	Caititu	25,0	10,0
2	2007	Adão Raimundo Filho	St. Barauna	Faz. Rajada	5,5	3,0
3	2007	Adelcino Celestino da Silva	St. Espinho	Caititu	39,9	15,0
4	2007	Almiro da Costa Bomfim	St. Chapada Terra Branca	Caititu	83,0	30,0
5	2007	Antonio Coelho Rodrigues	St. Baixa do Capim	Barauna	10,0	4,0
6	2007	Antonio Raimundo Ribeiro	St. Aranzel	Atalho	30,0	13,0
7	2007	Bartolomeu Alves da Costa	St. Barreiro	Caititu	30,0	11,0
8	2007	Benedito Ferreira Gomes	St. Barauna	Barauna	28,0	18,0
9	2007	Benedito Lima de Souza	St. Angical	Angical	27,0	6,0
10	2007	Benedito Manoel Filho	St. Romão	Faz. Rajada	59,0	35,0
11	2007	Carlos Augusto Luiz da Costa	St. Baixa Alegre	Baixa Alegre	21,3	12,0
12	2007	Carlos Silos do Bonfim Gomes	St. Icó de Né Gomes	Baixa Alegre	11,0	8,0
13	2007	Damião Erviro Rodrigues	St. Baixa do Tatu	Caititu	88,0	13,0
14	2007	Darlan da Silva Alves	St. Riacho dos Canudos	Atalho	13,0	13,0
15	2007	Deusdete Francisco Robeiro	St. Alto Bonito	Caititu	125,0	30,0
16	2007	Dilmar Antônio Ribeiro	St. Aranzel	Faz. Atalho	15,0	3,0
17	2007	Domingos dos Santos Gomes	St. Baraúna	Faz. Rajada	6,5	5,0
18	2007	Edmundo Alves	St. Baixa Fechada	Caititu	11,0	6,0
19	2007	Elidio Antônio Rodrigues	St. Mudubim	Caititu	37,0	7,0
20	2007	Emmanuel Torres de Souza	Sítio Anglo-Inez	Atalho	123,0	10,0
21	2007	Erasmus Ribeiro da Costa	St. Lagadiço da Telha	Caititu	40,0	25,0
22	2007	Estelina Rodrigues Ramos	St. Cajueiro	Faz. Rajada	100,0	10,0
23	2007	Estenelau Nunes Rodrigues	St. Lagoa do Grajau	Caititu	71,0	42,0
24	2007	Fabio Rodrigues Marques	St. Carretão	Caititu	70,0	10,0
25	2007	Francisca Ribeiro Filho	St. Baixa da Travessa	Caititu	16,0	9,0

Continuação

N.º Quest.	Ano	Nome do produtor	Nome da propriedade	Localidade	Área total	Área explorada
26	2007	Francisco Ferreira Gomes	St. Gacheiro	Faz. Gacheiro Velho	30,0	5,0
27	2007	Geraldo Macedo Rodrigues	St. Riachinho do João Paulo	Caititu	150,0	30,0
28	2007	Geraldo Magela G. de Alencar	St. Angical Ii	Atalho	54,0	30,0
29	2007	Geraldo Manoel Filho	St. Romão	Faz. Rajada	124,0	4,0
30	2007	Gilmar José da Silva	St. Atalho	Atalho	28,0	20,0
31	2007	Gilson Geraldo Coelho	St. Gacheiro	Faz. Rajada	4,0	4,0
32	2007	Gilvan Coelho de Macedo	St. Lagoa do Pau Ferro	Caititu	67,0	30,0
33	2007	Gilvan José da Silva	St. Sossego	Angical	20,0	8,0
34	2007	Ildemar Alencar Coelho	St. Baixa do Escondido	Baixa Alegre	80,0	8,0
35	2007	Isabel Francisca da Silva	St. Mudubim	Atalho	30,0	10,0
36	2007	Iza Paula da Silva	St. Luzia	Atalho	12,0	9,0
37	2007	Jaesse Gomes de Amorim Coelho	St. Bx. da Derradeira Lagoa	Faz. Água Branca	124,0	10,0
38	2007	Jailson Manoel Da Silva	St. Sossego	Atalho	40,6	5,0
39	2007	Jivanildo Lima de Souza	St. Baraúna	Faz. Rajada	3,0	3,0
40	2007	João Bosco Gomes	St. Baraúna	Barauna	26,0	5,0
41	2007	João dos Santos Nascimento	St. Buenos Aires	Atalho	41,0	6,0
42	2007	João Lucindo da Costa	St. Barreiro	Caititu	28,4	20,0
43	2007	Joao Raimundo da Costa	St. Barreiro	Caititu	43,0	25,0
44	2007	Joazito Sebastião Ribeiro	St. Lagoa do Manoelzinho	Caititu	25,0	9,0
45	2007	Joel Manoel do Bomfim	St. Volta do Riacho	Atalho	18,0	8,0
46	2007	José Antônio Filho	St. Queimada Nova	Barauna	102,0	53,0
47	2007	Jose Aparecido da Costa	St. Baixa Alegre	Baixa Alegre	10,0	8,0
48	2007	José Aparecido dos S. Gomes	St. Barauna	Barauna	16,0	6,0
49	2007	José Carlos da Silva	St. Atalho	ATALHO	70,0	15,0
50	2007	Jose Cincinato Coelho	St. Baixa Fechada	Caititu	71,0	18,0

Continuação

N.º Quest.	Ano	Nome do produtor	Nome da propriedade	Localidade	Área total	Área explorada
51	2007	José da Costa	St. Lagoa do Bastião	Atalho	32,0	6,0
52	2007	José Francisco da Silva Ribeiro	St. Chapada Formosa	Caititu	143,0	50,0
53	2007	Jose Ramos da Costa	St. Baixa Alegre	Baixa Alegre	32,0	15,0
54	2007	José Rodrigues da Silva	St. Paraíso	Rajada	57,0	4,0
55	2007	José Rodrigues da Silva	St. Baraúna	Barauna	14,0	11,0
56	2007	José Valter Coelho	St. Baixa Fechada	Caititu	40,5	3,0
57	2007	Josefa Gregória de Souza	St. Angical	Angical	100,0	26,0
58	2007	Josival José Gomes Coelho	St. Baixa Fechada	Caititu	24,0	5,0
59	2007	Jucelino Angelo Gomes	St. Lagoa do Espinho	Caititu	35,0	10,0
60	2007	Juracy José Alves	St. Romão	Faz. Rajada	51,0	18,0
61	2007	Ladjane Lima Rodrigues	St. Romão	Faz. Rajada	8,0	4,0
62	2007	Lino João da Silva	St. Barreiro	Baixa Alegre	10,0	10,0
63	2007	Luciano Guimarães Costa	St. Chapada do Barreiro	Caititu	20,0	4,0
64	2007	Lucindo da Costa	St. Alto Verde	Caititu	20,7	12,0
65	2007	Luiz Souza Coelho	St. Romão	Faz. Rajada	10,0	8,0
66	2007	Luiza Inácia Feliciano	St. Recanto	Caititu	10,0	6,0
67	2007	Luzinete da Costa Viana	St. Recanto	Baixa Alegre	7,5	3,0
68	2007	Manoel Andre da Silva	St. Atalho	Atalho	31,0	10,0
69	2007	Manoel Antonio Rodrigues	St. Baraúna	Faz. Rajada	50,0	6,0
70	2007	Manoel Neto do Bonfim	St. Barra da Água Branca	Faz. Santa Clara	77,0	30,0
71	2007	Margarida Maria Luz Rodrigues	St. Baraúna	Rajada	16,0	15,0
72	2007	Maria de Sales Neta Coelho	St. Baixa Fechada	Caititu	20,0	5,0
73	2007	Maria do Socorro Nunes	St. Ramalhete	Faz. Poço Da Pedra	40,0	7,0
74	2007	Maria Francisca Rodrigues	St. Gacheiro	Faz. Rajada	39,0	13,0
75	2007	Maria Gorete Pereira da Costa	St. Baixa Alegre	Caititu	4,0	2,0
76	2007	Maria Raimunda da Costa	St. Recanto	Faz. Poço Da Pedra	13,0	5,0

Continuação

N.º Quest.	Ano	Nome do produtor	Nome da propriedade	Localidade	Área total	Área explorada
77	2007	Miguel José Gomes	St. Gacheiro	Faz. Rajada	30,0	5,0
78	2007	Nelson Alves da Costa	St. Lagoa do Mendes	Atalho	118,0	23,5
79	2007	Nemezio Cincinato Coelho	St. Alta Mira	Caititu	30,0	6,0
80	2007	Nilberto Baldomiro Ribeiro	St. Lagoa do Espinho	Baixa Alegre	54,0	12,0
81	2007	Norberto Nunes dos Santos	St. Lagoa do Mari	Cruz De Salinas	17,0	10,0
82	2007	Oswaldo Alves da Silva	St. Romão	Faz. Gacheiro	33,0	6,0
83	2007	Oswaldo José da Silva	St. Da Luzia	Atalho	33,0	17,0
84	2007	Paulo Lima Tolentino	St. Romão	Faz. Rajada	19,0	6,0
85	2007	Pedro Antonio de Santana	St. Malhadinha	Faz. Rajada	48,0	10,0
86	2007	Pedro José Alves	St. Romão	Faz. Rajada	22,0	8,0
87	2007	Raimundo José Gomes	St. Gacheiro	Faz. Rajada	30,6	4,0
88	2007	Raimundo José Rodrigues	St. Romão	Faz. Rajada	33,5	16,0
89	2007	Raimundo Nonato Gomes	St. Lagoa do Pau Ferro	Faz. Poço Da Pedra	100,0	10,0
90	2007	Raimundo Nonato N. Rodrigues	St. Baixa do Rancho	Baixa Alegre	55,0	35,0
91	2007	Ranilson da Silva Rodrigues	St. Verdes Valles	Faz. Atalho	20,0	3,0
92	2007	Roberto Joaquim dos Santos	St. Cacimba do Bomfim	Caititu	34,8	15,0
93	2007	Sebastiao José Ferreira Gomes	St. Lagoa do Espinho	Faz. Rajada	36,0	10,0
94	2007	Valmir José do Bomfim	St. Baixa Alegre	Baixa Alegre	25,0	3,0
95	2007	Venancio Antonio dos Santos	St. Carretão	Caititu	13,0	4,0
96	2007	Vicente Pedro dos Santos	St. Atalho	Atalho	10,0	5,0
97	2007	Vitor Antonio Gomes	St. Romão	Faz. Rajada	4,0	4,0
98	2007	Zozimar Benedito Gomes	St. Baixa do Pau de Leite	Caititu	58,0	22,0
99	2007	Joaquim Timotei dos Santos	Sítio Baixa do Carretão	Rajada	37,0	10,0
100	2007	José do Bomfim Nascimento	Sítio Lagadiço da Bezerra	Caititu	30,0	8,0